

**Casa de Oswaldo Cruz-FIOCRUZ**  
**Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde**

**CÁSSIA REGINA DA S. RODRIGUES DE SOUZA**

**ACONSELHANDO AS MÃES: UMA ANÁLISE DOS MANUAIS DE MEDICINA  
DOMÉSTICA ATRAVÉS DA *GUIA MÉDICA DAS MÃIS DE FAMÍLIA***

**Rio de Janeiro**

**2018**

**CÁSSIA REGINA DA S. RODRIGUES DE SOUZA**

**ACONSELHANDO AS MÃES: UMA ANÁLISE DOS MANUAIS DE MEDICINA  
DOMÉSTICA ATRAVÉS DA *GUIA MÉDICA DAS MÃIS DE FAMÍLIA***

Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

Orientador: Prof. Dra. Kaori Kodama

Rio de Janeiro

2018

**CÁSSIA REGINA DA S. RODRIGUES DE SOUZA**

**ACONSELHANDO AS MÃES: UMA ANÁLISE DOS MANUAIS DE MEDICINA  
DOMÉSTICA ATRAVÉS DA *GUIA MÉDICA DAS MÃIS DE FAMÍLIA***

Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Kaori Kodama (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz) – Orientadora

---

Prof. Dr. Flávio Edler (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz)

---

Profa. Dra. Iamara Viana (Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica-PUC/RJ)

**Suplentes:**

---

Profa. Dra. Rachel Fróes da Fonseca (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz)

---

Profa. Dra. Karoline Carula (Departamento de História da Universidade Federal Fluminense-UFF)

Rio de Janeiro

2018

Ficha Catalográfica

---

S719a Souza, Cássia Regina de S. Rodrigues de.

Aconselhando as mães: uma análise dos manuais de medicina doméstica através da *Guia Médica das Mães de Família* / Cássia Regina de S. Rodrigues de Souza. – Rio de Janeiro: s.n., 2018.

112 p.

Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2018.

Bibliografia: 101-112f.

1. Guias de Prática Clínica como Assunto. 2. Serviços de Saúde Materno-infantil - história. 3. Mortalidade Infantil – história. 4. História do Século XIX. 5. Brasil.

CDD

610.981

---

Catálogo na fonte - Marise Terra Lachini – CRB6-351

*Soli Deo Gloria*

## AGRADECIMENTOS

Ao chegar na fase final desse trabalho, tenho a difícil tarefa de resumir nesse espaço as suas etapas e tentar nomear aqueles que passaram por elas e que de maneira alguma, podem ser esquecidos pois, como já dizia o poeta: “gratidão é a memória do coração”.

Contrário a máxima que diz que “todo historiador é ateu”. Não tenho como chegar ao término dessa etapa e não reconhecer a presença de um Deus, que creio ser Único, Soberano e pessoal, que intervêm e se mistura na história humana e em nossa vida cotidiana. Esse Deus, através de seu impressionante, infinito e ousado amor, a quem eu posso chamar “Aba, Pai”, tem me alcançado. É o Deus de toda a sabedoria, aquela que é distinta da inteligência humana. É ela que nos ajuda a tomar decisões certas e achar caminhos nunca pensados diante das dúvidas. Para os pesquisadores, ela pode ser aquela “lâmpada” que se acende quando não temos resposta diante do objeto pesquisado e que nos faz exclamar “como eu não pensei nisso antes!”. À esse Deus doador de toda sabedoria, que se mistura na minha história, seja a glória eternamente.

A minha pequena, mas presente família:

Meu esposo Dário, meu apoiador e ouvinte. A ele devo quase a co-autoria dessa pesquisa por suas incontáveis contribuições. Grata por acreditar em mim e sonhar os meus sonhos. Não desprezemos os pequenos começos! Deus tem lugares ainda mais altos para nós!

A minha mãe, que mesmo sem entender muito o porquê estudo tanto, sempre esteve presente, descomplicando e facilitando a vida de modo que os compromissos do mestrado pudessem ser atendidos. O meu amor pela História e a sede pela leitura devo a ela.

A minha prima Bruna, como mestranda, também compartilha das alegrias e dificuldades da pós-graduação. Obrigada pelo apoio, sugestões, correções no texto e confecção de tabelas. Para ela digo uma frase que sempre ouvimos: “Vamos com tudo!”.

Ao meu primo Bruno, minha tia Tânia e ao Zeca, agradeço pelo apoio, pelos “vamos lá, você consegue!”. Grata a Deus por vocês!

Agradeço especialmente a minha orientadora Dra. Kaori Kodama, que desde a pós-graduação na COC, tem conduzido com primazia essa pesquisa e aprimorado esse tema. Sem dúvida, sua participação tem feito com que um manual desconhecido, perdido no acervo da

Biblioteca da Universidade de Ohio adquira vida e se torne inspiração para novos estudos. Muito obrigada pela paciência e por prontamente me atender toda vez que era solicitada. Profissionalismo e ética são os adjetivos que a definem.

À coordenadora do PPGHCS, Gisele Sanglard pelo incentivo ao dizer a frase que marcou o início dessa caminhada : “Não deixe de tentar o processo seletivo desse ano”. O meu muito obrigada!

Aos colegas que tornaram o PPGHCS ainda mais respeitado e um ambiente onde o gosto pela pesquisa é estimulado. Em especial, a Caroline, Ticiane e a doce Harumi, que com sua amizade e simpatia conquista todos ao seu redor.

Ao Paulo, Sandro, a Maria Cláudia e a Amanda. Sempre tão solícitos e com um sorriso no rosto ao nos atender. O profissionalismo de vocês fazem dessa casa um lugar de excelência!

À Fiocruz que através da bolsa de fomento à pesquisa permitiu a condução e a finalização desse estudo.

À querida Iamara Viana, que o “Google” me apresentou. Companheira de estudos sobre o até então, não muito conhecido Jean Baptiste Alban Imbert .Sempre tão acessível e disposta a partilhar seus conhecimentos! Pessoas como ela, fazem da caminhada acadêmica ainda mais prazerosa.

Ao Ricardo Cabral de Freitas, egresso da COC, mesmo sem conhecê-lo pessoalmente, disponibilizou materiais importantíssimos para essa pesquisa. Imensamente grata!

Aos membros da banca: mais uma vez, à Dra. Iamara Viana, Dr. Flavio Edler, Dra. Rachel Froes e Dra. Karoline Carula por terem disponibilizado seu tempo e pelas grandes contribuições que darão para esse estudo.

O meu muito obrigada! Gratidão pela vida de cada um!

## RESUMO

Este estudo procura analisar os manuais de medicina doméstica produzidos a partir do final do século XVIII, tendo como fonte principal a *Guia Médica das Mães de Família* publicada em 1843 pelo médico francês Jean Baptiste Alban Imbert. No Brasil do século XIX, esses manuais representaram uma das únicas formas de acesso da grande maioria da população à medicina acadêmica. Entre seus objetivos principais estavam: introduzir noções de medicina de forma compreensível para os leigos e instruir os leitores contra os perigos do charlatanismo. A *Guia Médica* é direcionada a instrução das mães e gestantes e contém prescrições a serem observadas durante a gravidez, puerpério e primeira infância. Inspirada por Rosseau e por outros importantes autores de compêndios de medicina europeus do século XVIII, a obra se propõe a orientar as mães de acordo com a ciência higiênica. Este estudo privilegia a busca pela compreensão do surgimento e usos desses manuais dentro de uma sociedade marcada por uma medicina ainda em processo de institucionalização que contracenava com sujeitos que disputavam sua prática e pela escassez de médicos no grande território rural brasileiro do século XIX. A *Guia Médica das Mães de Família*, inserida nesse contexto, representava a preocupação do dr. Imbert com a mortalidade infantil que assolava a sociedade brasileira nesse período e a tentativa combater esse mal através do desenvolvimento de uma maternidade segundo os princípios científicos.

## ABSTRACT

This study aims to analyze the domestic medicine manuals produced from late Nineteenth century, carrying as main source the *Guia Médica das Mães de Família*, published in 1843 through the french doctor Jean Baptiste Alban Imbert. In Brazil on XIX, these manuals represented one of the access way of the most population to academic medicine. Among their main objectives are: introducing notion of medicine in a comprehensive form to dummies and instructing the readers against the dangers of quackery. The *Guia Médica* is headed to instruction of mothers and pregnant women and carries prescriptions to be observed during the pregnancy, puerperium and early childhood. Inspired by Rosseau and by others important authors of European medicine compendiums from 18th century, the work proposes to guide the mothers according to hygienic science. This work favors the search for understanding the emergence and use of these manuals inserted in a society marked by a medicine in process of institutionalization, that acted with subjects who disputed its practice, and for the shortage of doctors in the big Brazilian country territory of 19th century. The *Guia Médica das Mães de Família*, inserted in this context, represented the preoccupation of Dr. Imbert as regards the infant mortality that afflicted the Brazilian society on this period and the attempt of fight this issue through the development of a maternity according to the scientific principles.

## LISTA DE TABELAS

**Tabela 1-** Teses da Faculdade de Medicina relacionadas as temáticas: gravidez, parto, aleitamento e cuidados com a primeira infância (1833-1849)..... 60

**Tabela 2-** Periódicos produzidos a partir da década de 1830..... 78

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo 1- Os manuais de medicina doméstica como literatura do tipo “faça você mesmo” .....</b>	<b>9</b>
1.1-Os manuais de medicina doméstica no contexto do processo de institucionalização da medicina.....	9
1.2- Os manuais como obras auto instrutivas: Aspectos gerais, circulação e práticas de leitura.....	20
<b>Capítulo 2- A <i>Guia Médica das Mães de Família</i> e o Pensamento Médico sobre a Maternidade no Século XIX.....</b>	<b>37</b>
2.1- Por dentro da <i>Guia Médica das Mães de Família</i> : .....	37
2.2- Imbert e a carreira médica no século XIX.....	46
2.3- A construção da maternidade higiênica segundo a <i>Guia Médica das Mães de Família</i> ....	50
<b>Capítulo 3- A <i>Guia Médica das Mães de Família</i>: Por Caminhos e Trajetórias.....</b>	<b>78</b>
3.1- Entre livros, livreiros e leitores: A trajetória editorial e comercial da <i>Guia Médica</i> .....	78
3.2- Difusão dos manuais de medicina doméstica: A <i>Guia Médica das Mães de Família</i> , um caso bem-sucedido?.....	85
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>95</b>
<b>Referências.....</b>	<b>98</b>

## INTRODUÇÃO

Desde a graduação em História, os temas voltados para o estudo sobre a presença feminina no Brasil do século XIX sempre fizeram parte de minhas pesquisas, normalmente conduzidos por um viés baseado em uma atuação mais dinâmica das mulheres. Contrariando essa tendência, a opção pela atual temática nasceu do desejo de conhecer um pouco mais sobre o pensamento médico sobre a mulher enquanto elemento passível da intervenção da classe médica e de políticas públicas. Seu corpo, sobretudo em face de uma gravidez, tornou-se alvo dessas intervenções e paciente de uma medicina que se impunha como tutora na direção de seus comportamentos e ações (RODHEN, 2009). Nesse sentido, essa temática foi sendo desenvolvida e adquirindo consistência nessa pesquisa.

Esse desenvolvimento ocorreu durante o curso de pós-graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz). Naquele momento, a pesquisa apoiava-se na análise dos discursos higiênicos direcionados à maternidade presentes nos periódicos “*A Mãe de Família*” e “*A Família*”, ambos jornais destinados ao público feminino, sendo o primeiro, escrito pelo médico Carlos Costa, já o segundo, escrito por uma mulher, Josefina Álvares de Azevedo e apresentava propostas mais progressivas, como: a defesa à educação, trabalho e o voto feminino. A temática foi sofrendo modificações, atualizações e um amadurecimento maior até chegar o atual estágio. Dentre essas, a mais significativa e que alterou todo o rumo da pesquisa foi a escolha de uma outra fonte histórica e a opção por sua análise individualizada. Essa descoberta feita por um acaso no acervo digital da Biblioteca da Universidade de Ohio, me permitiu atentar para a especificidade de um gênero literário até então praticamente desconhecido por mim: os manuais de medicina doméstica. A *Guia Médica das Mães de Família* (1843) de autoria do médico francês Jean Baptiste Alban Imbert, também é pouco explorada por nossa historiografia. Dentre as principais referências à obra, as quais não podemos qualificar como estudos, estão os clássicos: *Casa Grande & Senzala* (1933) de Gilberto Freyre e *História Geral da Medicina Brasileira* (1977) de Lycurgo Santos Filho. Tal fonte revelou-se um material grandemente profícuo para o estudo sobre o pensamento médico no tocante à maternidade no século XIX.

A ausência de estudos mais consistentes sobre a obra gerou inúmeras inquietações e questionamentos que acompanharam sua análise que, por se tratar de um manual, exigia o conhecimento mais aprofundado desse gênero. Inicialmente, a busca por referências em língua

portuguesa demonstrou-se frustrante. O reduzido número de títulos que abordam o tema especificamente ou que apresentam uma análise mais sólida, tornou-se o maior obstáculo, com ressalvas para os estudos de Maria Renilda Nery Barreto (2005, 2007), sobre os manuais portugueses de obstetrícia, Antonio Gomes Ferreira (2000, 2003) sobre higiene e controle da infância e Iamara Viana (2016) que utiliza a obra mais conhecida de J.B.A Imbert, o *Manual do Fazendeiro* (1834 e 1839) como objeto de análise. Seu estudo é de grande valor pois, apresenta dados sobre a vida pessoal do médico antes de sua chegada ao Brasil o que permitiu-nos reconstruir parte de sua trajetória.

Já em língua inglesa temos sobretudo, os trabalhos relevantes de Roy Porter com ênfase em *Patients and Practitioners: Lay Perceptions of Medicine in Pre-Industrial Society* (1986) e *The Popularization of Medicine* (1992). Por meio dessas bibliografias demonstrou-se a necessidade imprescindível de retroceder a análise abarcando também as décadas finais do século XVIII. Nesse sentido, foi possível perceber que os debates acerca da maternidade como função primordial da mulher não foi uma invenção de finais dos Dezenove, sendo desenvolvida ainda no século anterior.

A *Guia Médica das Mães de Família ou A Infância Considerada na sua Higiene, suas Moléstias e Tratamentos* foi publicada pela Typographia Franceza. Seu autor, formado pela Universidade de Montpellier, foi um dos mais antigos membros da Academia Imperial de Medicina (AIM). Segundo ele, sua principal missão era de suprir a carência dos manuais de medicina doméstica no país: “o Brasil reclama os socorros de huma medicina doméstica, sábia e prudente, na ausência e privação, bem sentidas e reconhecidas, da medicina em diploma, que até agora tem preferido concentrar-se nas grandes cidades deste vasto Império (...)”<sup>1</sup>. A obra é dividida em três partes e oferece orientações sobre a gravidez, parto, cuidados com o recém-nascido até os primeiros anos da infância, além de tratar das enfermidades mais comuns em crianças, sempre direcionados pela ciência higiênica. O manual ainda apresenta um formulário e um adendo sobre a Homeopatia. No Formulário Medical, Imbert, reuniu uma compilação de receitas de medicações, que, segundo ele, o paciente poderia recorrer sem nenhum embaraço de acordo com a doença apresentada<sup>2</sup>. Para tanto, as receitas observavam uma classificação científica de fácil compreensão e em linguagem vulgar.

---

<sup>1</sup> IMBERT, Jean Baptiste Alban. *A Guia Médica das Mães de Família ou A Infância Considerada na sua Higiene, suas Moléstias e Tratamentos*. Rio de Janeiro: Typographia Franceza, 1843, p.10;

<sup>2</sup> Ibidem, p.300;

Um dos graves problemas que assolavam a sociedade naquele momento era a mortalidade infantil que constituía um motivo de apreensão por parte da classe médica. Na obra, o esculápio apresenta de forma pedagógica as orientações destinadas às mães no cuidado com os bebês e a infância de um modo geral, numa tentativa de redução dessa mortalidade. Ele afirma que buscou incluir no manual os preceitos mais simples, mais fáceis e menos arriscados em sua aplicação que, na verdade, constituíam os preceitos gerais que escritores antes dele tinham proferido, porém, não redigidos com uma linguagem técnica ou científica mas, voltados para utilização de leigos, não iniciados na matéria médica<sup>3</sup>. Isso, de fato, constituía a principal função dos manuais de medicina doméstica ou popular. Voltados para a difusão da medicina entre os leigos, eram elaborados de modo a facilitar a leitura através de uma linguagem de fácil compreensão. Como características gerais apresentavam a descrição das moléstias, bem como os conselhos e medicamentos que deveriam ser empregados em cada uma delas e sua respectiva formulação (GUIMARÃES, 2005).

De forma semelhante a outros manuais de medicina doméstica, como Buchan, Tissot e Cullen, a disposição textual da *Guia Médica* tem em comum o fato de apresentar temas divididos pedagogicamente em títulos direcionados a facilitar a interpretação do cidadão comum na ausência de um de médico (GUIMARÃES, 2005:503; ABREU, 2011:127). Roy Porter (1992) reitera essa classificação afirmando que essas publicações tinham o objetivo de transmitir noções de medicina e de higiene à população tendo como base procedimentos simples com o intuito de tornar mais acessíveis os conhecimentos para a conservação da saúde. A indicação de uma conduta terapêutica também é bem definida, onde a ideia da higiene como a mola mestra da saúde ficava clara. O dr. Imbert adverte sobre a importância da observação dos preceitos higiênicos, como sendo responsáveis pela saúde das cidades e preservação da vida humana.

Segundo o autor, sua chegada ao Brasil em 1831 tinha como objetivo estudar “a maneira com que se pratica a Medicina popular no Brasil”<sup>4</sup>. Nesse momento, o autor se depara com uma medicina ainda em processo de institucionalização, caracterizado por uma forte heterogeneidade marcada por conflitos, negociações e convivências onde diversos sujeitos

---

<sup>3</sup> IMBERT. *A Guia Médica. op.cit.*, p.12;

<sup>4</sup> IMBERT, Jean Baptiste Alban. *Manual do Fazendeiro ou Tratado Doméstico sobre as Enfermidades dos Negros*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1839, p.XVI; Disponível em: [https://archive.org/stream/DELTA539211FA/BSG\\_DELTA53921\\_1FA\\_0001#page/n0/mode/2up](https://archive.org/stream/DELTA539211FA/BSG_DELTA53921_1FA_0001#page/n0/mode/2up). Iamara Viana (2016) ressalta que as doenças populares que acometiam os negros constituíam uma das principais motivações do estudo de Imbert e motivo de sua apreensão devido aos altos índices de mortalidade que atingiam esse grupo.

contracenavam com o reduzido número de médicos, em sua maioria, portugueses e franceses. Dentre os indivíduos praticantes da medicina leiga estavam: barbeiros, boticários, cirurgões sangradores, herboristas, curandeiros, parteiras, entre outros. Bruno Barreiros (2014) aponta que até as primeiras décadas do século XIX, a escassez de médicos constituía uma referência habitual nos relatórios das autoridades portuguesas o que favorecia a permanência de práticas não sancionadas pelas instituições oficiais. Nessa perspectiva, os manuais de medicina doméstica também procuravam prestar essa função: enquanto elucidavam as atribuições da ciência introduzindo noções de medicina de forma compreensível para os leigos, uniam os leitores contra o charlatanismo (GUIMARÃES, 2016).

A *Guia Médica* está inserida nesse amplo contexto, onde a “medicina de diploma” buscava sua afirmação procurando distanciar-se cada vez mais das práticas de medicina populares, herança de um passado colonial tido como atrasado. Imbert recorre a temas pertencentes à Higiene, ciência em voga nos países “civilizados” e que também estiveram presentes em boa parte dos tratados médicos de finais dos XVIII e XIX (FERREIRA, 2000), tais como: a atenção ao ar, ao clima, os exercícios, a alimentação e todo o regime relativo à gravidez, ao parto, bem como os cuidados com o bebê no pós-parto. Tais temas também foram parte constituinte da pauta de uma agenda médica que tinha como preocupação “a profilaxia das doenças contagiosas, (...) o estudo da atmosfera, das águas, das habitações, dos hospitais, das prisões, dos portos, da alimentação, das atividades físicas e da higiene pessoal” (BARRETO, 2005:29). Antônio Gomes Ferreira (2003:12) afirma que, embora as obras de puericultura não apresentassem ideias muito originais, “estes médicos pensavam na racionalidade das práticas usadas ou recomendadas com base numa modernizante postura crítica e indagadora.” A nova ciência ditava a redação dessas obras.

Em Imbert, a Higiene se apresenta como ramo da Medicina capaz de contribuir para o progresso e conservação da raça humana, e pelo conseqüente aumento populacional. Os conselhos higiênicos apresentados no manual eram distintos dos cuidados maternos que, segundo ele, seriam insuficientes para assegurar a saúde das crianças resumindo-se à costumes passados de mãe para filha<sup>5</sup>. Para tanto, o médico propunha um “código higiênico” que deveria ser observado durante a gravidez, puerpério e nos primeiros anos da infância. Seu discurso

---

<sup>5</sup> IMBERT. *A Guia Médica das Mães de Família*, op.cit., p.16;

possuía um objetivo bem definido: a construção de uma maternidade orientada pelos princípios higiênicos, tutelada por uma mãe capaz de responder pela formação física e moral da criança.

O pensamento de Imbert representa as ansiedades de uma época, onde a mortalidade infantil constituía um dos reflexos da preocupação com o bem-estar das populações, que tomou forma a partir dos setecentos (PITA, 2006). A fragilidade infantil e a carência de cuidados adequados foram algumas das hipóteses apresentadas como responsáveis por essa mortalidade, ligadas diretamente, a uma ausência de um sentimento de maternidade. Esse sentimento, por sua vez, foi apontado como uma construção relativamente recente da sociedade ocidental, sendo desenvolvido gradativamente a partir do discurso médico e filosófico do século XVIII (ÀRIES, 1981; BADINTER, 1985).

Os médicos acreditavam que o amor da mãe não era suficiente para uma boa formação dos filhos. Assim, como portadores da verdade científica propunham-se a ensinar os princípios higiênicos a fim de garantir crianças saudáveis, dirimindo dessa forma, os efeitos da mortalidade. É nesse contexto que o “código higiênico” do dr. Imbert é apresentado em a *Guia Médica*, fornecendo prescrições médicas necessárias para que a mãe, assim guiada pela Higiene, pudesse garantir uma boa saúde tanto para si, quanto ao novo ser que ela gerava. Em linhas gerais, o código se referia às regras relativas à gravidez até os primeiros anos da infância e todas as noções que envolviam a identificação de doenças e seus possíveis tratamentos. Procurei dividi-lo em três partes ou blocos, a saber<sup>6</sup>: gravidez, parto e higiene da infância; por considerar esses tópicos substanciais na construção de uma maternidade tida como ideal de acordo com o discurso do dr. Imbert e que foi a balizadora de sua obra.

Na construção dessa maternidade ideal ou mais propriamente higiênica, importa analisar a figura de J.B.A Imbert enquanto médico e também como senhor de escravos. Isso poderá nos fornecer dados que nos permitam compreender sua obra. O entendimento de quem é o “autor”, que compreende os modos de existência, o funcionamento de certos discursos e as estratégias utilizadas por alguns indivíduos dentro de uma determinada configuração social (CHARTIER, 2012) nos auxiliarão na reconstrução de seu discurso. Dessa forma, será possível inferir sobre determinados posicionamentos assumidos pelo médico mediante alguns temas tratados no manual. Discutirei nesse caso, a sua postura perante temas conflituosos para a classe médica

---

<sup>6</sup> O código citado perpassa por temas, tais como os que acabamos de mencionar, bem como, por àqueles relacionados às patologias cutâneas, patologias de cabeça e tronco, patologias do aparelho digestivo, por um formulário médico com as medicações indicadas para cada enfermidade, e, por fim, por um adendo sobre homeopatia.

daquele momento, tais como: a relação com as parteiras, incluídas dentro da classe de agentes de cura não legitimados pela medicina oficial e as amas de leite, figuras que estiveram por um longo período inseridas dentro de um contexto onde seus serviços eram requisitados porém, mais tarde sendo condenados por sua associação à escravidão.

Este estudo privilegia a busca pela compreensão do surgimento e usos dos manuais de medicina doméstica dentro de uma sociedade marcada por uma medicina ainda em processo de institucionalização que contracenava com sujeitos que disputavam sua prática e pela escassez de médicos no grande território rural brasileiro do século XIX. Pelas lentes da *Guia Médica das Mães de Família*, inserida nesse contexto, procurarei investigar as características e funções propostas pelos manuais pedagógicos de educação das mães que foram definidos sobretudo, por um discurso contra a mortalidade infantil e a tentativa combater esse mal através do desenvolvimento de uma maternidade segundo os princípios científicos. Como suporte para essa análise utilizei importantes obras do século XVIII que circularam no Brasil, dentre elas: *Medicina Doméstica* de Willian Buchan (1785), *Aviso ao Povo sobre sua Saúde* de Samuel August Tissot (1777) e *Tratado da Educação Fysica dos Meninos, para Uso da Nação Portuguesa* (1790), além das teses publicadas pela Faculdade de Medicina até a metade do século XIX, por representarem uma amostra do conhecimento médico produzido nesse período. Ainda utilizei periódicos publicados a partir da década de 1830 até o final do século XIX, na tentativa de verificar a circulação das obras do dr. Imbert, sobretudo a *Guia Médica*, a fim de perceber sua possível audiência em território nacional.

Este trabalho foi dividido nos três capítulos a seguir:

No primeiro, sob o título “Os manuais de medicina doméstica como literatura do tipo ‘faça você mesmo’” contextualizo a presença dessa literatura no Brasil do século XIX, apresentando-a como uma das principais formas de difusão do saber médico acadêmico em regiões rurais onde a presença de um médico era quase inexistente. Foram utilizados pela medicina oficial na transmissão do único conhecimento médico legitimado, enquanto alertavam contra os perigos de práticas por ela não sancionadas. Essas práticas realizadas por diversos indivíduos representavam a feição da medicina produzida em terras brasileiras até cerca de meados dos Oitocentos, numa completa interseção de saberes com a medicina de herança lusitana. Já em um segundo momento analiso a especificidade dos manuais pedagógicos, apresentando seus aspectos principais com destaque para uma preocupação com a “saúde dos povos” traduzidas em “preocupações didáticas” apresentadas pelos médicos que julgavam ser necessária à sua intervenção (MARQUES, 2004). Analiso também a circulação dessas

literaturas dentro de um contexto maior, devido à escassez de registros de sua presença nas bibliotecas públicas ou particulares e em livrarias. Nessa análise, o exame das práticas de leitura também torna-se importante para verificar o acesso e a recorrência às literaturas médicas..

No capítulo dois examino mais profundamente o discurso do dr. Imbert que é conduzido pelo tema da maternidade. Nesse exame, procurei identificar uma das principais propostas da obra que, por sua vez, foi traduzida na elaboração do “código higiênico” proposto no manual. Porém, primeiramente, apresento algumas características referentes à *Guia Médica*, tais como: formato gráfico, preço, locais de venda, além da descrição dos capítulos e principais temas abordados. Após, juntamente com o levantamento dos dados referentes a vida pessoal de Imbert, investigo sua atuação enquanto membro da Academia Imperial de Medicina e no exercício de sua profissão na tentativa de construção do “autor” que irá nos auxiliar na compreensão de seu discurso. Ao analisar sua atuação como médico, procuro pensar suas relações no interior da AIM tendo como elemento condutor as características que identificavam a competência profissional de um médico no século XIX. Por fim, destaco a proposição de “código higiênico” citado anteriormente, como sendo o núcleo do pensamento de Imbert em a *Guia Médica*. Na construção de uma ideia de maternidade guiada por princípios científicos, a atuação do médico como senhor de escravos é evidenciada. Suas relações com o sistema escravista também é discutida nesse capítulo.

Finalmente, no terceiro e último capítulo, tento reconstruir a trajetória editorial e comercial de a *Guia Médica* por meio dos jornais publicados a partir da década de 1830 até final do século XIX.<sup>7</sup> Sobre a escolha de um jornal como fonte histórica, Capelato e Prado (1980:19) o justificam não como “mero ‘veículo de informações’, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere”. Nesse sentido, compreende-se a utilização dessa fonte como um material capaz de revelar não somente os caminhos percorridos pela obra mas, as estratégias utilizadas pelo autor e editores na transmissão de uma ideia representativa dos interesses de um determinado grupo. Como parte desses interesses, discuto a intenção dos autores dos compêndios de medicina populares de destiná-los a um público não iniciado nos assuntos médicos, sob a alcunha de “popular”. Quais os possíveis significados e a extensão do termo serão analisados nesse tópico, bem como sua influência na questão da autoridade científica atribuída ao autor. Por último, por meio do

---

<sup>7</sup> A escolha desse recorte temporal considerou a chegada de Imbert ao Brasil (1831), bem como a publicação de sua primeira obra no país, *O Manual do Fazendeiro* de 1834.

levantamento da trajetória da obra, procuro avaliar a audiência da *Guia Médica*, considerando o seu empreendimento como promissor na divulgação da ciência no século XIX.

Sendo assim, essa pesquisa pretende ingressar no campo de História da Medicina contribuindo para o estudo de um material tão representativo que são os compêndios de medicina doméstica ainda pouco explorados por nossa historiografia. Por meio dessa literatura é possível perceber a atuação da medicina acadêmica no cenário das práticas de cura. Em se tratando dos manuais pedagógicos de educação feminina, o estudo sobre a *Guia Médica* constitui um fio condutor para a análise da maternidade tida como função principal da mulher entre os séculos XVIII e XIX. Por meio dela, compreendemos o tratamento dispensado às mães que poderia variar de acordo com sua cor e classe social. Outra contribuição que poderá advir dos estudos dos manuais de medicina doméstica é a reflexão sobre popularização da ciência no século XIX e como esses títulos foram instrumentos de divulgação de uma ciência antes restrita aos círculos letrados.

## **CAPÍTULO 1- Os manuais de medicina doméstica como literatura do tipo “faça você mesmo”.**

### **1.1-Os manuais de medicina doméstica no contexto do processo de institucionalização da medicina.**

*“Os manuais de medicina do Império traduzem uma maneira própria de se compreenderem os médicos, aspráticas leigas de cura, as autoridades sanitárias e as formas como a sociedade do período lidava com a doença”*

*Maria Regina Cotrim Guimarães*

O século XIX presenciou a emergência e consolidação de um tipo de literatura que dentre seus objetivos consistia em formar um indivíduo autônomo, capaz de aprender sozinho, sem a mediação de um especialista. Com a utilização de uma linguagem fácil e precisa, fornecia o passo a passo de uma determinada atividade. Alessandra El Far (2004) ressalta a existência desse tipo de publicação durante boa parte do período imperial, ao fazer menção aos manuais de civilidade que circulavam na corte de Pedro II, escritos para auxiliar a elite brasileira a se comportar nos eventos públicos. Esses compêndios, ditavam regras de higiene, o ritmo das conversações, as boas maneiras na hora das refeições e o vestuário da moda para os exercitados nas artes da civilidade.

Dentre esses, temos os manuais voltados especificamente para a difusão da medicina entre os leigos, os chamados manuais de medicina doméstica ou popular, que eram elaborados de modo a facilitar a leitura através de uma linguagem de fácil compreensão. Apresentavam como características gerais a descrição das moléstias, bem como os conselhos e medicamentos que deveriam ser empregados em cada uma delas e sua respectiva formulação (GUIMARÃES, 2005).

Guimarães (2016:63) e Schwarcz (1997) assinalam que foi no século XIX que ocorreu a proliferação desses manuais, principalmente aqueles pautados nas concepções e regras de higiene, em códigos de elegância e polimento como modelos de uma sociedade civilizada. Guimarães elenca três princípios de cunho civilizador que podem ser observados nessas literaturas: elucidar as atribuições da ciência, com informações corretas dentro do contexto do período; unir os leitores contra o charlatanismo que constituía um dos principais objetivos

estabelecidos pelos manuais de medicina doméstica e por fim, introduzir noções de medicina de forma compreensível para os leigos (GUIMARÃES, 2016).

Os manuais de medicina doméstica representavam a difusão do saber médico acadêmico, antes circunscrito aos centros de algumas províncias, em regiões rurais onde a presença de um médico era quase inexistente. Sobre essa realidade Jean Baptiste Alban Imbert declarava em seu *Manual do Fazendeiro*:

Deste estado de cousas resulta que os proprietários das Fazendas estão isolados, posto que em meio de escravos indispensáveis ao trabalho de suas terras. Privados de todo o socorro, ou pelo menos, só podendo mui dificilmente have-lo, por causa da distancia em que estão as cidades e Villas, e da falta de comunicações commodas, eles têm de acudir a si mesmo, e lhes he forçoso exercer a Medicina, não só em benefício seu e de suas famílias como também não podem dispensar de tratar do negros, muito mais suscetíveis de contrahir as moléstias, que afligem a espécie humana.<sup>8</sup>

Penetraram nos ambientes domésticos circulando entre as salas, alcovas, cozinhas e nas senzalas, onde eram utilizados por fazendeiros no tratamento de escravos doentes. Foram apropriados e ressignificados por indivíduos leigos que já praticavam artes de cura inspiradas no saber médico oficial. No tocante a isso, Flávio Edler destaca a função dos manuais no prefácio de *Civilizando as Artes de Curar* de Maria Regina C. Guimarães:

os livros de medicina auto instrutivos, satisfaziam, assim, aos interesses dos donos de escravos, que pretendiam manter a saúde de sua força de trabalho com o mínimo de despesas, e dos poucos letrados que em variadas circunstâncias exerciam diversos ofícios de cura voltados para o enorme contingente de pobres desamparados (GUIMARÃES, 2016:11).

É em meados do século XIX, no ano de 1843 que surge um desses manuais. Voltado especificamente para os cuidados com as crianças, a *Guia Médica das Mães de Família*, principal objeto desse estudo, foi escrita pelo já citado médico francês Jean Baptiste Alban Imbert. Como médico e membro da Academia Imperial de Medicina, Imbert se lança na proposta de escrever para mães uma obra direcionada a sua instrução, contendo prescrições a serem observadas durante a gravidez, puerpério e primeira infância. Inspirada por Rousseau<sup>9</sup> e por importantes autores de compêndios de medicina europeus do século XVIII, tais como

---

<sup>8</sup> Imbert. *O Manual do Fazendeiro. op.cit.*, p. XIII-XIV;

<sup>9</sup>Jean Jacques Rousseau em *Emílio, ou da Educação*, obra publicada em 1762, considerada um romance pedagógico serviu de inspiração para o doutor Imbert (*Guia Médica das Mães de Família*, p.46) e para diversos escritores acadêmicos no que tange ao ensino da educação higiênica, sendo frequentemente mencionado nos manuais de medicina doméstica e, principalmente em teses da Faculdade de Medicina. O livro aborda de forma didática diversos temas relacionados à educação que também fizeram parte das discussões da classe médica contemporânea à *Guia Médica*.

Willian Buchan e Samuel Auguste Tissot, a *Guia Médica* se propõe a orientar as futuras mães no cuidado de sua saúde e de seus filhos de acordo com a ciência higiênica. Este primeiro capítulo se propõe a investigar o contexto no qual o livro do dr. Imbert e outros compêndios de medicina doméstica foram inseridos, privilegiando a busca pela compreensão de seu surgimento e seus usos dentro de uma sociedade marcada por uma medicina ainda em processo de institucionalização que contracenava com sujeitos que disputavam sua prática e pela escassez de médicos no grande território rural brasileiro do século XIX.

A *Guia Médica* foi introduzida nesse complexo cenário que aponta para o heterogêneo processo de institucionalização da medicina no Brasil, caracterizado por conflitos, negociações e convivências. No entanto, tal cenário não se estabelece nos Oitocentos, suas raízes remontam períodos anteriores, caracterizado pela herança lusitana e influenciada profundamente pelas práticas leigas de cura exercidas em sua maioria por escravos e ex-cativos.

Para delinear o perfil da medicina exercida no Brasil nesse período é necessário inicialmente, também compreendermos melhor quais são essas heranças, investigando o perfil da medicina que chegou ao Brasil trazida por bagagens portuguesas, suas características e as práticas de cura que aqui foram apresentadas aos médicos que desembarcavam. Tal análise torna-se válida na tentativa de traçar um quadro da complexa medicina praticada em nossas terras em finais do século XVIII e XIX, anterior a organização profissional e regulamentação do ensino médico no país (BARRETO, 2005:16).<sup>10</sup>

O quadro dos agentes de cura nas colônias portuguesas não apresentava grandes diferenciações em relação à metrópole até cerca de finais dos oitocentos. Esse quadro era composto pelo reduzido número de médicos, em sua maioria, portugueses e franceses, bem como, por diversos sujeitos tais como: barbeiros, boticários, cirurgiões sangradores, herboristas, curandeiros, parteiras, entre outros. Bruno Barreiros (2014) aponta que até as primeiras décadas do século XIX, a escassez de médicos constituía uma referência habitual nos relatórios das autoridades portuguesas o que favorecia a permanência de práticas não sancionadas pelas instituições oficiais. A análise da produção do saber médico português no século XVIII também

---

<sup>10</sup> Me apoio na hipótese apresentada por Maria Renilda Nery Barreto de que havia uma intrínseca relação entre Brasil e Portugal no que tange às doutrinas médicas. Primeiramente, por um motivo óbvio, visto que, entre 1500 e 1822, o Brasil foi território de domínio português, e os médicos e cirurgiões enviados para exercerem o ofício no país eram representantes de crenças e práticas médicas vigentes em Portugal. E, segundo, a organização das Escolas Cirúrgicas do Rio de Janeiro e da Bahia, criadas após a chegada da Família Real Portuguesa em 1808, foram fundadas e administradas por autoridade e legislação portuguesas;

pode nos fornecer importantes elementos que auxiliarão na compreensão do estado da medicina nos domínios lusos.

O ensino da medicina na Universidade de Coimbra, um dos principais centros de produção do saber na Europa e origem acadêmica de muitos médicos que desembarcaram no Brasil, durante um longo período foi fundamentado pela leitura de autores da Antiguidade como Hipócrates e Galeno, além de seus comentadores árabes na Idade Média, como Avicena, médico que atuou na Pérsia e foi um dos grandes responsáveis pela convergência das tradições hipocráticas e galênica com a árabe. Esse ensino foi criticado por diversas vezes por ser considerado obsoleto em um momento em que diversas regiões da Europa passavam por transformações advindas do estudo da Anatomia. Os anatomistas foram considerados a vanguarda do novo “espírito científico” que emergiu na Europa e foi responsável por grandes avanços na medicina moderna. Jean Luiz Neves Abreu (2011:19,20) advoga a ideia de um certo atraso na medicina portuguesa em relação a outros centros europeus. Segundo o autor, o ensino adotado na Universidade de Coimbra e os obstáculos epistemológicos impostos pelas concepções aristotélicas contribuíram para a permanência de determinadas orientações no ensino da medicina. Apesar de uma relativa abertura dos jesuítas no restante da Europa que propunham conciliar as doutrinas aristotélicas com a ciência nos moldes do cartesianismo, o ensino de Portugal não incorporou tais mudanças. Luis Carlos Villalta (1997), igualmente, concorda ao afirmar que predominava em Portugal de meados dos XVIII um “uma perspectiva escolástica, contrária à experimentação e, em grande medida, ao livre pensamento”. Entretanto, ambos os autores são categóricos em afirmar que apesar da insistência nos ensinamentos de Hipócrates e Aristóteles, não houve em Portugal um completo isolamento em relação ao que ocorria além de suas terras. Os conhecimentos sobre Anatomia circulavam entre os portos portugueses, franceses, holandeses e italianos. Em 1720 era impressa em Lisboa a obra *Cirurgia Metódica e Química Reformada* de Francisco Soares Ribeira traduzida para o português por Manuel Gomes Pereyra. Nela, o médico procurava apresentar “os novos inventos anatômicos”, como o movimento circular do sangue.

A partir da década de 1770, o ensino em Portugal sofreu significativas transformações que abarcaram também às populações coloniais. As reformas, inicialmente direcionadas aos âmbitos administrativos e econômicos, também se estenderam ao universo da ciência. A faculdade de medicina estava incluída no conjunto de reformulações promovidas pelo então chefe da Secretaria de Negócios e Guerra, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal.

As reformas no ensino português visavam sobretudo, “reforçar o princípio da autoridade monárquica, reestruturando o aparelho do governo; fazer com que a educação cumprisse seu papel de ilustrar o reino e auxiliar na secularização do Estado português” (VALE, 2017:1). Em linhas gerais, as reformas no ensino na Universidade de Coimbra eram pautadas nos princípios ilustrados, principalmente no pragmatismo e na valorização da ciência com o objetivo de fornecer cidadãos úteis ao Estado e à administração pública, compondo o aparelho burocrático do governo português.

O terceiro capítulo dos Estatutos da Universidade era dedicado ao curso de Medicina. O documento enfatizava a prática da “medicina empírico-racional”. Todo o curso de medicina sofreu reformulações nas quais aos alunos eram exigidas algumas habilitações, como o conhecimento do latim, grego e filosofia (MORAES:1940).<sup>11</sup>A preocupação com a “saúde dos povos” constituiu um fator que foi reforçado com a promulgação dos Estatutos. Essa preocupação incluía o desenvolvimento de uma medicina preventiva, porém o maior obstáculo era a precariedade da assistência médica. Na tentativa de atenuar essa deficiência, o consulado pombalino intencionava prover as suas colônias com médicos e cirurgiões, formando um corpo médico totalmente direcionado para atender os domínios ultramarinos. Outro objetivo dessas reformas era a regulamentação e maior fiscalização das artes de curar, que em Portugal, bem como em suas colônias, a atuação dos empíricos e dos curandeiros era maciça. Inicialmente, a realização dessa atividade era feita pela Junta do Promedicato, órgão responsável pela fiscalização dos ofícios de curar. Em 1808 o órgão foi substituído pela Fisicatura-mor que possuía o objetivo de operar com maior rigor na inspeção e na repreensão daqueles praticados sem licença e na clandestinidade (ABREU, 2007).

Na América Portuguesa, eram os físicos que compunham a classe que atuava como médicos da Coroa, da Câmara e nas principais cidades e vilas, em um número extremamente reduzido. Flávio Edler aponta que no século XVIII havia apenas três ou quatro físicos exercendo suas atividades em cidades como Rio de Janeiro, Salvador e Recife. Entre as suas responsabilidades estavam o exame, diagnóstico e o receituário para os pacientes. Aos cirurgiões, cabiam os ofícios manuais, como as sangrias, à aplicação de ventosas, a cura de

---

<sup>11</sup> O dr. Francisco de Moraes, conservador da Sala do Brasil da Universidade de Coimbra, organizou a relação nominal de estudantes brasileiros da Universidade de Coimbra abarcando o período que vai desde a reforma do Marques de Pombal, em 1772 até o ano de 1872. A partir de 1772, nota-se um acentuado crescimento de matrículas de estudantes oriundos da América Portuguesa, apresentando um novo aumento nos anos seguintes. A porcentagem de estudantes correspondeu a um aumento de 15,6% após a reforma no ensino. Cf. (FREITAS, 2017);

feridas e fraturas, sendo-lhes proibida a administração de remédios internos, um privilégio dos médicos formados em Coimbra (EDLER, 2017).

Segundo Jurandir Freire Costa no clássico *Ordem Médica e Norma Familiar*(1989) a condição dos esculápios nos primeiros séculos de colonização se apresentava como:

(...) a baixa cotação social derivava da insuficiência do conhecimento e da inexpressividade numérica dos profissionais.

Até o final do século XVIII, a racionalidade do saber médico, pouco se distinguia do conhecimento empírico dos jesuítas, pajés, curandeiros, entendidos, etc. A prática curativa era essencialmente a mesma: sangria, purgativos, infusões com plantas e pós, dietas, etc. Pobres no saber, eles também o eram em número. (...) A formação só podia ser feita na Europa. (...) A assistência efetiva à população fazia-se através da medicina popular (p.74)

Porém, esse complexo quadro composto pela interseção de saberes e práticas entre os agentes da arte de curar, não pode levar-nos a um reducionismo desse cenário atribuindo uma inexistência de qualquer prática científica que fundamentasse a atuação dos médicos durante o período colonial e imperial. É o que contesta Flávio Edler ao afirmar que “para a maioria dos autores, foi somente com a institucionalização da medicina pastoriana, na última década o século XIX, que alguns ramos da ciências naturais (...) se tornariam objeto de pesquisas sistemáticas”<sup>12</sup>, no que diz respeito a medicina, tal interpretação identifica como a única orientação científica legítima aquela provinda da prática experimental do laboratório baseada na clínica. Para o autor, a rejeição de um suposto caráter ornamental das instituições médicas faz-se necessário pois, de acordo com ele, há inúmeras evidências de que os médicos formados pelas faculdades de medicina no país despenderam esforços na tarefa de inovação científica nos campos do “diagnóstico e da terapêutica, na identificação os agentes deletérios ambientais que se acreditava estarem implicados na produção das doenças próprias ao nosso clima, e na adequação das medidas profiláticas propugnadas pela Higiene às condições nacionais.”<sup>13</sup> Dessa forma, a adoção dessa interpretação reducionista das instituições científicas no Brasil é assegurar que não há ciência. É limitar os esforços dos acadêmicos afirmando que todo o “trabalho de síntese, o tratamento das informações e o arranjo do conhecimento, não houve no Brasil.”<sup>14</sup>

Retomando a atuação dos agentes da medicina popular, Maria Regina Cotrim Guimarães aponta que os papéis sociais desempenhados por esses eram marcados por uma “rede de relações com significativos graus de heterogeneidade e hierarquização”(2016:23). É importante

---

<sup>12</sup> EDLER, Flavio Coelho. A Medicina no Brasil Imperial: fundamentos da autoridade profissional e da legitimidade científica. *Tomo LX*, 2003, p.140;

<sup>13</sup> *Ibidem*, p.141;

<sup>14</sup> CAMENIETZKI, Carlos Ziller. Problemas de História da Ciência na Época Colonial: A Casa Grande de Gilberto Freyre. *Revista de História e Estudos Culturais*. Jul-set./2007, vol.4, Ano IV, n.3, p.12;

destacar que esse cenário não se limitava aos estereótipos que serão apresentados na tentativa de esquadramento abaixo:

Primeiramente, destacam-se os médicos licenciados. Esses tinham a sua formação realizada em Coimbra ou na França. A licença ou carta era concedida pela Junta de Promedicoato ou pela Fisicatura-Mor, após extinção da primeira. Sua concessão era feita após o médico cursar um período de aprendizado prático junto a um mestre ou em um hospital. Posteriormente, havia a submissão a um exame, na qual os candidatos deveriam demonstrar a sua capacidade para exercício da profissão (SANTOS FILHO, 1991). Ocupavam quase todos os cargos de físicos da Coroa, do Senado da Câmara e outros na administração.

Já entre os chamados terapeutas populares, categoria pouco precisa, destacam-se as parteiras, cirurgiões, barbeiros, os sangradores, boticários, curandeiros e curadores, feiticeiros, entre outros. Sob essa categoria, diversos indivíduos eram incluídos: os que baseavam o seu tratamento em crenças religiosas ou em conhecimentos acadêmicos adquiridos por meios de divulgação de folhetos, livros e periódicos, ou na experiência com ervas medicinais. Os dois primeiros possuíam o direito de legalizar suas atividades, para tanto, um pedido deveria ser feito, juntamente com a apresentação de um atestado do mestre com quem foi realizado as aulas práticas. Esse atestado poderia ser substituído pelo testemunho de terceiros. Um auto do exame feito pela Fisicatura-Mor também era requerido e por fim, a ordem para a emissão da carta ou da licença. Essa carta apresentava os limites de atuação de cada classe, além dos instrumentos que cada uma podia utilizar (PIMENTA, 2004). Dentre essas categorias que exigiam licença, os cirurgiões cumpriram o papel destinado aos médicos nos tempos coloniais. Com o intuito de fornecer um conhecimento formal a esses profissionais, foram criadas em 1808, escolas na Bahia e na Corte que ministravam aulas de medicina, anatomia e fisiologia. Mais tarde, a inauguração das escolas médico-cirúrgicas formaria os cirurgiões após um período de cinco a sete anos. Em 1848, um decreto garantiria aos cirurgiões formados, o direito de exercer a medicina.

As parteiras constituíam um dos grupos que mais disputaram o exercício da medicina com a comunidade médica, isso deveu-se sobretudo, à sua clientela, já que os médicos tinham pouco acesso ao tratamento das doenças femininas e aos partos propriamente ditos. Esses, eram normalmente chamados somente quando o parto sofria complicações (GUIMARÃES, 2016).

A vida profissional de uma parteira muitas vezes iniciava-se muito cedo, entre os familiares e a vizinhança. Seus conhecimentos abrangiam às questões referentes à gravidez, ao parto, às ervas abortivas e orientação às mães nos cuidados com as crianças<sup>15</sup>.

Os barbeiros, além de cortar cabelos e barbas, também sangravam e faziam pequenas cirurgias, como extração de dentes, de tumores, aplicação de ventosas e por vezes, se aventuravam como médicos na ausência desses. Sem instrução e pertencentes as camadas baixas da população, entre eles, contavam-se os negros escravos e mulatos libertos.

Outra categoria bem presente no universo da cura eram os boticários ou farmacêuticos. Inicialmente, esses termos eram utilizados para fazer referência a todos aqueles profissionais que manipulavam fórmulas médicas e vendiam-nas nas boticas. Porém, como indica Guimarães (2016:27), farmacêuticos passaram a ser aqueles que haviam cursado a faculdade, entretanto, as licenças continuaram a ser expedidas aos práticos, desde que esses comprovassem o exercício da profissão há mais de seis anos. Os boticários gozaram de prestígio durante um longo período, em alguns casos, chegavam a atuar como médicos, amparados por formulários ou manuais, como os de Chernoviz, Buchan, entre outros.

Por fim, encontramos os curandeiros, os feiticeiros, as benzedeadas e, dentre esses, podiam-se identificar diversos atores praticantes das crenças africanas e até mesmo curiosos que mesclavam essas crenças com o conhecimento proveniente da medicina oficial. Rosilene Farias (2012) afirma que, especialmente em tempos de epidemia, a incapacidade dos médicos de conter a doença estimulava à procura por outras terapias, nesse caso, a busca pelo curandeirismo. Essas terapias, praticadas em sua maioria por cativos ou ex-cativos, constituíam práticas fortemente arraigadas na população e entre a sua clientela era comum a procura por mais de uma terapia. Um exemplo de sua popularidade é a frequência de anúncios de curandeiros oferecendo seus serviços nos jornais da Corte, demonstrando a permanência da receptividade dessas práticas no seio da sociedade dos oitocentos (WITTER, 2006:21; FARIAS, 2012:224).

Diante da grande composição do quadro dos agentes de cura populares e da pequena presença de médicos com formação acadêmica, as fronteiras entre a medicina culta e a medicina

---

<sup>15</sup> Trataremos mais adiante, no capítulo dois deste trabalho, um pouco mais sobre a classe das parteiras, classe essa que recebeu atenção especial do dr. Imbert em suas obras sobretudo no que diz respeito as relações com o sistema escravista.

popular eram frequentemente transpostas constituindo um obstáculo ao estabelecimento da autoridade da médica.

Uma das estratégias da medicina oficial para estabelecer sua autoridade foi a tentativa de demarcação das inúmeras terapias, reunindo sob uma única categoria, os diversos sujeitos que as praticavam. O “charlatão”, foi a denominação atribuída à uma categoria abrangente que englobava curandeiros, homeopatas, boticários, parteiras, médicos não habilitados pelas escolas de medicina, práticos leigos fabricantes de remédios, entre outros. O termo denominava uma “figura hostil em oposição à identidade do médico, portador dos saberes da ciência e único profissional confiável para questões de saúde”(SAMPAIO, 2001:30 *apud* FARIAS, 2012:24). Dessa forma, os médicos podiam cobrar das autoridades providências contra todos aqueles que se encontravam inseridos nessa categoria. No entanto, a historiografia atesta sobre a frouxidão das leis, que sem o respaldo social, acabavam por permitir o livre exercício das artes de curar, indicando a continuidade desse ofício mesmo em meio às proibições.

O dr. Jean Baptiste Alban Imbert, personagem dessa pesquisa, também demonstrou sua apreensão e de seus pares com o mal que representava o charlatanismo. Formado em Montpellier, o médico informa que chegou ao Brasil com o objetivo de estudar “a maneira com que se pratica a Medicina popular no Brasil”<sup>16</sup>. Em 1835 teve seu diploma reconhecido e foi admitido como membro da Academia de Medicina do Rio de Janeiro em virtude da Lei de 03 de outubro de 1832 que “dava nova organização às atuais Academias Medico-cirúrgicas das cidades do Rio de Janeiro, e Bahia”<sup>17</sup>. Em um discurso proferido na sede da Academia Imperial de Medicina em 1837, intitulado *Uma Palavra sobre o Charlatanismo e os Charlatões*, o doutor manifestava sua preocupação com os charlatões que se infiltravam na medicina oficial. O médico francês aponta inicialmente como terreno fértil para atuação dos charlatões, a capacidade humana de aceitar sem reflexão tudo que tem a aparência de ser fácil ou prazeroso. Segundo ele, o charlatanismo se apresenta “ora enfeitando-se com o barrete da ciência, ora cobrindo-se com a máscara da religião, da virtude, da sabedoria, do gênio ou da magia”<sup>18</sup>. Especialmente em tempos de enfermidade, o espírito humano tende a crer em tudo o que lhe é apresentado como solução para as suas mazelas. O autor ressalta que a credulidade é um defeito

---

<sup>16</sup> IMBERT. *O Manual do Fazendeiro. op.cit.*, p.XVI;

<sup>17</sup> Uma breve biografia de J.B.A. Imbert está disponível em: <http://www.anm.org.br>. Apresentarei um pouco mais sobre o dr. Imbert no capítulo dois, onde será exposto suas obras e seu pensamento de forma mais pormenorizada.

<sup>18</sup> IMBERT, Jean Baptiste Alban. *Uma Palavra sobre o Charlatanismo e os Charlatões*. Rio de Janeiro: Typografia de J.S.Sain -Amant e L.A Burgain, 1837, p.2. Disponível em: <https://www.nlm.nih.gov/>;

presente principalmente nos “espíritos simples, isto é, nas pessoas que vivem na ignorância absoluta dos manejos que a sciencia dos charlatães inventou (...)”.

A credulidade é defeito que igualmente se encontra assaz comumente nas pessoas de bem, pois a fé, que dificilmente suspeita ardis, costuma obrar como pensa, acolhe como sente, e raras vezes se arma de prevenção para duvidar antes de admitir”.<sup>19</sup>

É neste ambiente que as propostas dos charlatães encontram acolhida e popularidade. Por receio da morte muitos se entregam aos sedutores apelos dessa classe, assegura o doutor. Sua preocupação volta-se também para a terra que o acolheu, ao afirmar que o Rio de Janeiro não está livre dessa “indústria bastarda” e que esta cidade “paga igualmente seu tributo á credulidade.”<sup>20</sup>. Infelizmente, o médico só faz alertar para o perigo resultante do envolvimento com o charlatanismo. No final desse documento de meados dos oitocentos, Imbert demonstra toda a sua indignação de não ver cumprida a lei do código brasileiro que regula o exercício da medicina: “Oh! Justiça dos homens, quantos sois injusta!”. Para ele, essa lei é “puramente nominal”.<sup>21</sup>

A tentativa de redefinição das práticas de cura por meio da comunidade médica, da qual o doutor Imbert fazia parte, juntamente a alguns marcos, tais como: a criação da Faculdade de Medicina, da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro (SMRJ) em 1829, mais tarde transformada em Academia Imperial de Medicina (AIM) e publicação de periódicos médicos constituíram fatores motivadores do processo de institucionalização do saber médico. Tais referências funcionaram como indicadores de um novo período constituído pela legitimação da prática médica, estabelecendo uma gradativa mudança na relação entre governo, médicos acadêmicos e terapeutas populares. A partir desse momento, verifica-se o avanço da prática médica em direção a uma contínua especialização, onde o saber médico é cada vez mais identificado com um saber erudito e sistematizado, ocorrendo assim um distanciamento paulatino do conhecimento popular.

No entanto, esse processo foi lento e conflituoso, marcado pela convivência das terapias populares e da medicina acadêmica. A lei de 1832<sup>22</sup> é apontada como uma das principais responsáveis no estabelecimento do monopólio legal das artes de curar por parte dos médicos.

---

<sup>19</sup> *Ibidem*, p.4;

<sup>20</sup> *Ibidem*, p.24;

<sup>21</sup> *Ibidem*;

<sup>22</sup> Lei de 03/10/1832 foi responsável pela transformação das academias médico-cirúrgicas em faculdades e concederia os títulos de doutor em medicina, farmacêutico e parteira, sem os quais ninguém poderia exercer a profissão, excetuando os ofícios legalmente autorizados em virtude da lei anterior. Cf. PIMENTA, 2004:72;

Algumas categorias passaram a ser deslegitimadas, enquanto outras tiveram seu exercício atrelados à Faculdade de Medicina. Essa tentativa de regulamentação já vinha ocorrendo desde 1828 quando as câmaras municipais passaram a ser responsáveis pelas funções relativas à inspeção de saúde pública. Porém, devido à ausência de uma nítida demarcação com relação ao exercício das atividades terapêuticas populares, essas poderiam ser tratadas de diferentes maneiras pelas autoridades. Nem todo aparato burocrático era suficiente para reprimir as atividades consideradas ilegais. Para Tânia Pimenta (2004:70) havia uma correspondência entre os tratamentos oferecidos pelos terapeutas populares e as necessidades de quem recorria a eles, isso punha obstáculos a qualquer tentativa de repressão. Esses terapeutas constituíam a maioria e seus serviços continuavam a ser requisitados pela população. Em suma, a medicina acadêmica representava apenas mais uma das possibilidades de terapia, não sendo também a mais popular.

Sobre esse confronto entre as diversas terapias, Sidney Chaulhoub (1996) afirma que “a medicina oficial era uma arena de conflitos, fragmentada pelas disputas entre os diferentes sistemas médicos, dividida quanto às terapêuticas mais eficazes para várias doenças”. A elite médica, em um esforço pela legitimação de sua atuação, pressionava as autoridades através de mandados legislativos, das associações, das faculdades e também por meio dos periódicos especializados.

A literatura médica, representada por esses periódicos e pelos manuais de medicina doméstica também constituíram um meio de legitimação do saber médico oficial junto à sociedade. Ferreira (1999) afirma que os periódicos exerceram uma função social ao ser intermediários entre a comunidade científica e a sociedade. Essa mediação podia ser constatada através das matérias publicadas, bem como, por sua relação com os valores vigentes na sociedade.

Os periódicos no Brasil seguiram o modelo dos europeus, difundindo o conhecimento médico através da publicação de textos médicos, correspondências entre médicos, artigos e notícias de jornais estrangeiros, além da divulgação dos trabalhos da Academia Imperial de Medicina. Um meio de diálogo com sociedade foi a publicação de matérias que versavam de interesse do público formado por leigos letrados. A Higiene demonstrou como determinadas doenças se tornaram assuntos de relevância social e a forma como foram tratadas pelo saber oficial. Ferreira destaca ainda que esse diálogo com a sociedade constitui uma forma de legitimação social, pois a ciência como qualquer outra atividade social precisa conquistar uma audiência ampla não restrita ao público especializado.

Os manuais de medicina tornaram-se um dos meios de inserção do conhecimento legitimado pelas instituições médicas na sociedade. Esses tratados serviram de guia de medicina no cotidiano da população, sendo utilizados por diversos indivíduos como cirurgiões, parteiras, boticários, senhores de escravos, mães, entre outros. Tais publicações possuíam contornos pedagógicos que revelavam a preocupação da medicina oficial em intervir nesse cotidiano, muitas vezes, distantes da presença dos esculápios (ABREU, 2007:766; WITTER, 2006:18).

Uma das características mais recorrentes nos manuais era a ênfase no caráter prático e utilitário desse tipo de literatura. Neles, buscava-se adaptar o conhecimento científico e erudito da medicina para uma linguagem leiga. O dr. Imbert reforça esse princípio em o *Manual do Fazendeiro*: “(...) para alcançar o fim a que nos propomos, era preciso clareza nos princípios, simplicidade nos meios e pormo-nos ao alcance das pessoas, para quem mais particularmente escrevemos”<sup>23</sup>. Assim, a medicina acadêmica adaptada para a utilização de uma população leiga abria um caminho para disseminação do conhecimento médico oficial em lugares onde a presença dos médicos era praticamente inexistente. Inseridos no bojo das discussões sobre o processo de institucionalização da medicina, os manuais de medicina doméstica fizeram parte da afirmação da classe médica como produtores do único conhecimento médico sobre terapêuticas e a saúde que deveria ser legitimado.

---

<sup>23</sup> IMBERT. *Manual do Fazendeiro. op.cit.*;

## 1.2- Os Manuais como obras auto instrutivas: Aspectos Gerais, Circulação e Práticas de Leitura.

*“Povo informado, esclarecido poderia usufruir os resultados do progresso atingido pela arte dos doutores, além de melhorar suas condições de existência e, de inhapa, condenar charlatães. Ademais, contabilizava-se a possibilidade de enquadrar curandeiros, barbeiros, parteiras e outros curadores, paulatinamente aos ditames da ciência médica ao instruí-los a curar através das cartilhas.”*

Vera Regina Beltrão Marques

### *Aspectos Gerais*

Os manuais de medicina doméstica, como uma literatura auto-instrutiva, representaram no Império umas das principais formas de contato da imensa maioria da população do Brasil com medicina produzida nas academias. Não apenas no que diz respeito as obras de cunho médico, mas, essas literaturas permitiram o acesso da população aos mais variados assuntos, às ciências em geral, bem como às leis, à engenharia, etc. Alessandra El Far aponta que esses manuais de utilidade prática<sup>24</sup> ensinavam o leitor a executar todo o tipo de atividade: redação de cartas formais ou informais, receitas culinárias, feitiços de amor, oratórias, ofícios burocráticos, cultivo de plantas, correspondência comercial, dicas de bom comportamento, e “regras sociais fundamentais para se construir o que os autores de tais obras idealizavam como ‘civilização’”, fenômeno observado principalmente a partir da segunda metade dos XIX (GUIMARÃES, 2004). A ampliação do mercado livreiro impulsionada pela criação da Imprensa Régia em 1808 possibilitou uma maior circulação desse tipo de impresso. Lucia Bastos Pereira das Neves (2014) ressalta que a transmissão de valores e de normas tornou-se relevante num momento de constituição de uma sociedade letrada onde buscava-se a difusão das “luzes” entre o povo. Carlota Boto esclarece que essa tendência começa a ser observada a partir do século XVIII onde há o surgimento de uma preocupação com maneiras de se educar, fruto de ideais iluministas.

Ocorrerá, a partir de meados do século XVIII, uma intensificação do pensamento pedagógico e da preocupação com a atitude educativa. Para alguns filósofos e pensadores do movimento francês, o homem seria integralmente tributário do processo educativo a que se submetera. A educação adquire, sob tal enfoque, perspectiva totalizadora e profética, na medida em que através ‘dela, poderiam ocorrer às necessárias reformas sociais perante o signo do homem pedagogicamente reformado. (...) Das relações mestre e discípulo às determinações políticas do ato pedagógico, tudo isso seria considerado decorrente de um fator preliminar, concernente à identificação dos mecanismos propulsores do aprendizado humano (BOTO, 1996:21).

---

<sup>24</sup> A autora (FAR, 2004) aponta que o termo “manuais de utilidade prática” foi extraído do “Extrato do Catálogo da Livraria de H. Garnier”. Cf. (AZEVEDO, 1903);

Boa parte das literaturas desse período assume um caráter estritamente pedagógico e preventivo, como apontado acima. Esse aspecto ficou evidenciado, sobretudo nas obras médicas, onde a chamada “saúde dos povos” constituía um tema recorrente. Esses tratados serviam de guia médico no cotidiano das mais diversas classes e revelavam as “preocupações didáticas” apresentadas pelos médicos que julgavam ser necessária à sua intervenção (MARQUES,2004). Porém, veremos que tais preocupações não eram evidenciadas apenas nos manuais de medicina doméstica. Com a vinda da Corte Portuguesa para o Brasil em 1808, a vida social da Colônia também sofreu inúmeras mudanças, tanto no tocante ao mundo político quanto à vida cotidiana da sociedade. A criação da Imprensa Régia em 1808 exerceu um importante papel na educação e na cultura escrita de um modo geral, sendo incumbida de difundir as luzes ao povo.

A europeização dos costumes e as transformações nas formas de comportamento da sociedade passam a ser distintivos dessa sociedade letrada. Maria do Carmo Rainho (1995) em um estudo sobre os manuais de civildade que tiveram ampla circulação no Brasil do século XIX, aponta que foi no contexto do processo de civilização dos modos, dos cuidados com a higiene e em uma distinção na forma de se portar e vestir é que as literaturas de civildade surgiram. Segundo ela, esse *corpus* é constituído pelos livros voltados para o ensino dos comportamentos tipos como corretos. Essas obras que surgiram na Europa a partir do século XVI instruíam os leitores com relação as maneiras de comer, hábitos à mesa, higiene corporal (banhos, modos de assoar o nariz, cuspir, etc), os comportamentos em casa, na igreja, na rua, entre outros. Os comportamentos civilizados ou corretos visam “transformar em esquemas incorporados, reguladores, automáticos e não ditos de condutas, as disciplinas e censuras que ela enumera e unifica numa mesma categoria”(RAINHO, 1995:141). De acordo com a autora, essa literatura não deve ser vista como espelho dos modos da “boa sociedade”, mas como um tipo de documentação que reflete a representação de um modelo de comportamento esperado. Nobeit Elias (1990) mostra que esses manuais foram fundamentais na Europa ao longo de quatro séculos durante a transformação dos costumes tidos como bárbaros pelas elites principalmente na corte de Luís XIV, onde a civildade servia como distinção entre as classes e tinha como objetivo disciplinar o indivíduo em suas posturas e gestos. É nesse contexto que surge o conceito de “civilizado” que passa a ser amplamente divulgado a partir do século XVI na França. Segundo Elias esse conceito consiste em:

Como membros da corte gostavam de designar, em sentido amplo ou restrito, a qualidade específica de seu próprio comportamento, e com os quais

comparavam o refinamento de suas maneiras sociais, seu ‘padrão’, com as maneiras de indivíduos mais simples e socialmente inferiores (p.54).

De acordo com o autor, a civilidade ou a moralidade não é um traço natural do homem, nem um legado da graça de Deus, ela se dá por meio de um processo de adestramento ou condicionamento, tornando esse homem um ser previsível (p.10). Esse é o teor dos manuais de utilidade prática, ou mais propriamente dos manuais de civilidade que chegaram ao Brasil no século XIX, onde o processo civilizador já estava consolidado na Europa. Esses manuais podiam ser divididos em duas categorias: os pedagógicos e os cortesãos. Ambos possuíam caráter pedagógico, porém os primeiros consistiam em obras que eram dedicadas especialmente à educação de jovens e os cortesãos eram voltados para o estabelecimento de etiquetas que deveriam ser utilizadas na corte ou nos salões. No âmbito desta pesquisa, interessa-nos aqui os manuais de cunho pedagógico, especialmente aqueles destinados à instrução das mães no que diz respeito à educação de crianças. Essas obras, costumeiramente apresentam poucas diferenciações. Consistiam em conselhos relacionados ao cuidado com os bebês e/ou em normas ou regras de como as crianças deveriam ser portar em determinadas situações ou locais, como por exemplo, como se vestir, hora de dormir, comportamentos à mesa, na escola, na igreja, na companhia dos mais velhos, entre outros. Aqui, apresentaremos dois manuais pedagógicos que servirão de introdução para o estudo dos manuais de medicina doméstica, objeto dessa pesquisa. Por meio desses exemplos, é possível perceber alguns dos aspectos presentes nesse tipo de literatura que tinha entre seus principais atributos a instrução realizada passo a passo.

O primeiro refere-se a um manual de civilidade propriamente dito, a obra *Entretenimentos sobre os Deveres de Civilidade Colecionados para Uso da Puericia Brasileira de Ambos os Sexos* (1875) de D. Guilhermina de Azambuja Neves, professora publica da Freguesia da Candelária. A obra, escrita por essa professora primária e diretora do externato Azambuja Neves, obteve tão grande acolhida na Corte que em curto espaço de tempo foi aprovada pelos conselhos de diretores de instrução primária e secundária e adotada pelo Governo Imperial nas escolas públicas. Por sua grande aceitação, a obra era vendida nas principais livrarias da época, além da Rua do Hospício n.100. Em seu prefácio, a autora, já adiantava o conteúdo do manual: “A polidez das maneiras e indício certo de boa educação”. Segundo ela, havia nas escolas a lacuna de um “livrinho escripto em linguagem simples e acomodada à intelligencia das creanças, pelo qual se lhes possa ensinar praticamente os deveres

de civilidade ou de polidez”<sup>25</sup>. É composta de duas partes, com dezesseis capítulos cada uma. A primeira parte aborda conselhos relacionados aos deveres para com Deus, com a família e a sociedade. Já a segunda, diz respeito aos deveres pessoais.

O livro é direcionado à instrução das crianças e destinado a ser lido por elas. Por esse motivo, a autora afirma que ele foi escrito com objetivo de ensinar à puerícia numa “linguagem persuasiva e fácil os deveres da civilidade”, característica frequentemente observada em manuais pedagógicos produzidos a partir do século XVIII. D. Guilhermina apresenta, em forma de diálogo, vários preceitos morais e de conduta à uma criança, a quem ela chama de filho,<sup>26</sup> o introduzindo em vários cenários e lembranças que servem de exemplos para os conselhos que ela deseja dar-lhe. Na igreja, os conselhos acentuam o respeito e reverência e de modo a não perturbar o silêncio do local. Aos sacerdotes, quando as crianças os encontrarem, devem lhes cumprimentar com todo o respeito, cedendo-lhes o lugar na calçada, honrando-lhes como ministros da Igreja (p. 9-16; 34-36).

Com relação aos pais, a orientação dada é para que eles sejam obedecidos com prazer e amabilidade. O dever das crianças é simplesmente obedecer-lhes (p.17-32). Já aos mestres, as recomendações não se restringem aos aspectos morais, mas, também abrangem às regras de etiqueta. Ao entrar, deve o aluno tomar o seu chapéu, guarda-chuva ou bengala e convidá-lo a sentar. Deve ter sempre os materiais à mesa e suas respostas devem ser sempre “sim, senhor” ou “não, senhor”. No colégio, o estudante receberá o seu professor levantando e inclinando-se para frente como sinal de respeito ( p.37-45). D. Guilhermina ainda trata na segunda parte do livro dos deveres pessoais, estes consistem em conselhos para a hora de acordar que deve ser ao nascer do sol e a hora de recolher-se que deve ser ao pôr do sol, como se vestir, tendo asseio e simplicidade na vestimenta (p.74-80). À mesa, as crianças nunca devem ser apressadas a tomar o assento, aceitar o lugar que lhes for oferecido; ao receber o alimento, fazer uma curta oração em agradecimento a Deus (p.80-83). Diante das visitas, devem se portar com educação e obediência, não falando muito, nem pouco (p.95-103). Os conselhos ainda incluem orientações quanto ao comportamento na rua, as visitas aos pobres, as esmolas, entre outras.

Sempre permeando os diálogos, a autora introduz exemplos vividos ou não, que possuem como modelos crianças que são tomadas como “maus exemplos” de conduta, pois não

---

<sup>25</sup> NEVES, Guilhermina de Azambuja. *Entretenimentos sobre os Deveres de Civilidade Colecionados para Uso da Puerícia Brasileira de Ambos os Sexos*, 1875;

<sup>26</sup> Desconhece-se a identidade desta criança. A obra não deixa claro se, de fato, trata-se do filho de Guilhermina de Azambuja ou se é uma personagem.

condiziam com os valores em voga naquele momento. O objetivo era deixar esclarecido a distinção entre os modelos de comportamentos tipos como civilizados e os que deveriam ser abandonados, por não condizerem com os ideais das luzes, rompendo assim com um passado colonial de atraso.

Os manuais de civilidade apresentavam poucas variações semânticas no que diz respeito aos preceitos morais e as regras de etiqueta, assim como os locais que deveriam ser respeitados e que exigiam a prática da civilidade. Dispunham-se a formar o *homme civilisé*, nas palavras de Mirabeau citado por Elias, o tipo humano que representava o verdadeiro ideal de uma sociedade de corte. O cumprimento dessas normas visava a conservação do lugar ocupado pela “boa sociedade”, bem como, a evidência das distinções entre as classes (ELIAS, 1990:54). No caso do Brasil, com a instalação da Corte buscava-se o desenvolvimento dessa “sociedade de corte, cujos hábitos e exigências tendiam a difundir-se pela população [...] despertando a antiga colônia para um processo de modernização”(NEVES, 2014:165).

Um outro exemplo de manual de caráter pedagógico ainda mais pertinente para essa pesquisa pois, reúne características que o podem incluir no *hall* dos manuais de medicina doméstica é *Cartas sobre a Educação de Cora Seguidas de um Cathecismo Moral, Político, e Religioso*, considerado o primeiro livro publicado no Brasil sobre a educação feminina. A obra, de autoria do médico baiano Dr. José Lino Coutinho foi publicada em 1849 por João Gualberto de Passos, reúne as instruções voltadas para a saúde de sua filha Cora desde sua infância, além das orientações que visavam sua formação moral. Coutinho foi lente da Patologia Externa da Escola de Medicina da Bahia e reuniu importantes cargos políticos em seu currículo: foi eleito deputado na Assembléia Geral Legislativa em 1826 e deputado das Cortes de Portugal sendo nomeado ainda com a importante função de conselheiro e médico honorário de D.Pedro I.

A obra é composta de 41 cartas que tinham como fins a educação física e moral da jovem, preparando-a tanto para a vida privada quanto pública que naquele momento de esboço de uma sociedade burguesa em ascensão, tinha na mulher a principal responsável pelo sucesso da família e na maternidade, uma redenção.

Da esposa do rico comerciante ou do profissional liberal, do grande proprietário investidor ou do alto funcionário do governo, das mulheres passa a depender também o sucesso da família, quer em manter seu elevado nível e prestígio social já existente, quer em empurrar o status do grupo familiar mais e mais para cima (D’INCAO, 2006:229).

As primeiras cartas foram endereçadas à sua preceptora, uma amiga do Dr. José Lino, cuja identidade é desconhecida e, versavam sobre a educação durante a primeira infância da criança<sup>27</sup>, desde seus primeiros passos até sua alfabetização. O ensino nesse momento, restringe-se aos aspectos relativos à saúde, como uma alimentação adequada baseada em legumes, o uso cuidadoso de carnes, licores fermentados e do café, que segundo o médico era um “ofensor” dos nervos, crença comum naquele período.<sup>28</sup>

O médico aconselhava a prática de exercícios que deveriam ser por meio de esportes e brincadeiras acostumando os músculos aos movimentos. Ele ressalta a importância do repouso, afirmando que a vida de um infante se resume em três importantes ações: comer, brincar e dormir. O sono não deveria ser interrompido por barulhos repentinos, o que poderia originar doenças nervosas, sugerindo novamente a crença na sensibilidade feminina. O médico observa que nessa fase a educação deve ser totalmente física sem ensinamentos morais, pois, a criança não teria maturidade o suficiente para apreender tais lições.

A segunda fase na vida de Cora é chegada<sup>29</sup>, onde de acordo com o dr. José Lino, ela se tornará mais quieta, seus desejos mudarão porque o seu físico sofrerá modificações com nova idade. Para essa nova fase, o médico desaconselha os castigos físicos diante da desobediência que deverão ser trocados pela prática constante de atos opostos às suas propensões.

Os conselhos ainda englobam temas referentes ao ensino pedagógico da menina, a instrução na língua portuguesa e mais tarde da francesa, incluindo a leitura de clássicos, como os do Fr. Bartholomeu dos Martyres, Lusíadas de Camões, entre outros, além do aprendizado da música. Dessa forma, Cora terá “riqueza de expressões, puridade de língua, sublimidade de estylo, e abundancia de idéas”(COUTINHO, 1849:54-55). Já a carta número XIX trata do ensino religioso que a partir daquele momento já podia ser inserido na educação de Cora, pois a jovem já apresentaria habilidades para receber ideias mais “sublimes e positivas”.

A partir da carta XXII, o dr. José Lino oferece orientações pertinentes a fase mais delicada da vida de Cora. A adolescência, que consiste na fase preparatória para o momento mais importante na vida de uma mulher e que constituía a sua missão principal: a de ser mãe. A menstruação, fenômeno que despertou a atenção da classe médica no século XIX, iria

---

<sup>27</sup> Cartas I à XII;

<sup>28</sup> Acreditava-se que algumas bebidas poderiam excitar os nervos, principalmente do sexo feminino, pois, de acordo com a medicina do século XIX, as mulheres eram naturalmente dominadas por um temperamento nervoso.

<sup>29</sup> Cartas XIII à XXVIII;

prepará-la para essa missão. Entretanto, o médico reconhece que esse fenômeno fisiológico era considerado por ele e por seus pares uma doença, mas, que agora admitem ser necessária para o progresso da vida humana. O médico apresenta ideias inovadoras a respeito desse assunto, aconselhando que as jovens durante esse período mantenham suas atividades normais, não restringindo seus hábitos, já que não se tratava de uma enfermidade. Seu conselho é que mantenham o exercício e o passeio o que auxiliaria no controle do nervosismo e de suas variantes, tal como a histeria que, poderia ser um desdobramento desse período.<sup>30</sup> O controle das paixões típicas da juventude através da recusa de leituras ou músicas que provoquem excitação também fazem parte das diretrizes dadas pelo médico.

A segunda parte da obra<sup>31</sup> se inicia trazendo consigo o núcleo do discurso do dr. José Lino, ou seja, os conselhos que irão preparar Cora para ser uma boa esposa e mãe de família, seu destino segundo a natureza. Nesse momento, o médico direciona sua fala para a própria filha, lembrando-a dos princípios básicos de um casamento, desde a escolha do cônjuge, os deveres de uma esposa aos perigos do divórcio.

A gravidez, classificada pelo médico como uma enfermidade, requer toda a atenção de uma futura mãe, bem como da classe médica. O dr. José Lino aconselha as mulheres a não deixarem de procurar os cuidados médicos nesse período<sup>32</sup> pois, o útero “irritado” com a presença do feto poderia expulsá-lo com facilidade, porém, alerta com relação ao emprego das parteiras, algo recorrente nos compêndios de medicina doméstica desse período que, conforme o discurso dos autores dessas obras, seriam em grande parte responsáveis pela mortalidade de muitas mães de família<sup>33</sup>.

O doutor ainda reproduz o discurso da comunidade médica daquele período ressaltando a importância da amamentação materna contrariando a prática vigente da recorrência às amas

---

<sup>30</sup> A histeria e a clorose eram consideradas desordens dos órgãos reprodutores e poderiam gerar perturbações em toda a constituição feminina, inclusive problemas mentais. Fatores psicológicos, tais como, os temperamentos também poderiam se manifestar em maior grau durante o período menstrual e a gravidez. De um modo geral, o discurso médico desse período propagava a ideia de que o cérebro feminino seria totalmente influenciado pelo útero;

<sup>31</sup> Carta XXVIII;

<sup>32</sup> Duas importantes obras relacionadas aos cuidados com a infância são mencionadas no livro pelo editor: os escritos dos médicos Francisco de Mello Franco e Francisco José de Almeida. O *Tratado da Educação Física dos Meninos, para Uso da Nação Portuguesa*, obras homônimas publicadas no século XVIII, com destaque para a do dr. Mello Franco, representaram importantes referências para o estudo da maternidade e foram citadas em alguns tratados de medicina doméstica;

<sup>33</sup> O discurso médico do século XIX recorria frequentemente a condenação ao emprego de parteiras que faziam parte das classes deslegitimadas pela medicina oficial. Na *Guia Médica* o dr. Imbert fez duras críticas a essa classe, veremos no capítulo dois as razões para esse posicionamento ;

de leite.<sup>34</sup>Essa prática, em sua maioria, condenada pelos médicos, via na figura da escravo um risco de contaminação pela transmissão de algumas doenças e características morais tidas como abomináveis. Esses discursos variavam entre a condenação e o controle rígido na escolha das amas (MARTINS, 2016).

*Cartas sobre a Educação de Cora* ainda apresenta um “catecismo moral, político, e religioso”, oferecendo conselhos concernentes a vida em sociedade, direitos e deveres de um cidadão, bem como, os aspectos principais da religião cristã, no caso, a Católica Apostólica Romana a ser seguida por Cora.

A obra, ainda pouco conhecida, tem sido referenciada consoante ao estudo sobre os direitos das mulheres. Elisabeth Rago aponta que alguns autores enxergam um feminismo bastante avançado nas ideias de José Lino Coutinho, por apresentar conceitos ousados em relação à educação das mulheres da elite, sendo que tais ideias “denotam as contradições de um período de redefinição cultural, econômica, social e política em que qualquer tentativa de mudança se defrontava com todo o peso do tradicionalismo cristão”(RAGO, 2007:116). De fato, seu contexto situado no período de consolidação do Segundo Reinado retrata um cenário, onde propostas de modernização de sociedade com vistas à sua modernização influenciaram a educação feminina, que tinha na higienização dos comportamentos o meio para alcançar tal estágio. A educação feminina tradicional, baseada nos dogmas religiosos, deveria ser substituída por novas noções de higiene corporal, uma educação ilustrada e exercícios físicos, características cada vez mais presentes nas literaturas de cunho pedagógico.

*Cartas sobre a Educação de Cora* apresenta particularidades que nos permitem refletir sobre os manuais de medicina doméstica. Embora não apresente instruções específicas sobre determinados temas como ocorre nesses manuais, como por exemplo, a descrição de doenças e as fórmulas utilizadas em seu tratamento, o livro exhibe conselhos para cada fase na vida da jovem Cora, preparando-a para a missão de ser mãe. Ana Paula Vosne Martins classifica Cora como a primeira mulher higiênica do Brasil que através da educação orientada por seu pai, o dr. José Lino, seria concretizado o plano pedagógico que visava transformá-la em uma “boa mãe, saudável, instruída nos mistérios da natureza e nos conhecimentos que ilustravam o espírito, moldada no seu caráter pelas orientações morais que, no conjunto, a habilitariam para formar seus filhos da mesma forma que seu pai fizera com ela.”(MARTINS, 2004:229).

---

<sup>34</sup> Essa temática também será retomada no capítulo em questão;

Através de uma linguagem didática, distintivos dessas literaturas, esses manuais leigos de pedagogia feminina também classificados como manuais de medicina doméstica, se propunham a redefinir o papel da mulher, pois de acordo com a medicina oitocentista, o quadro familiar brasileiro não era adequado aos princípios higiênicos: “ as casas insalubres, os hábitos alimentares e de asseio corporal deploráveis, a educação física e intelectual abandonada (...)”(MARTINS, 2004:226), portanto, se dispunham a formar um determinado modelo de mãe, orientada e domesticada pela ciência, abençoada pela religião e idealizada pela Estado. Veremos mais adiante, através da *Guia Médica das Mães de Família* como esses manuais foram utilizados nesse projeto de reeducação feminina e familiar.

### ***Circulação e Práticas de Leitura***

A circulação de livros que compõe a coletânea de obras do tipo “faça você mesmo” que compreende os manuais de civilidade, os almanaques, os avisos, e em especial, os manuais de medicina doméstica, foi impulsionada pela fundação da Imprensa Régia em 1808 que provocou o surgimento, ainda que tímido, de um certo número de gráficas e livrarias. O entendimento do processo de produção dos livros e das práticas de leitura no Brasil poderá contribuir para uma melhor compreensão sobre o espaço que essas bibliografias ocuparam nos séculos XVIII e XIX, e sobretudo, tentar construir o cenário por onde a *Guia Médica das Mães de Família* circulou, torna-se oportuno.

O Brasil esteve durante séculos distante das inovações trazidas pela tecnologia desenvolvida por Gutemberg no século XV que com a invenção de tipos móveis de prensas mecânicas substituiu a utilização de matrizes únicas feitas de madeira ou metal promovendo uma redução de custos e tempo na fabricação de livros. Embora alguns autores apontem que a China já era beneficiada com textos impressos com esse tipo de método, foi sem dúvida na Europa que a cultura escrita assumiu uma dimensão gigantesca que se estendeu para todo o mundo.

O lento desenvolvimento nas artes gráficas no Brasil é frequentemente atribuído às proibições de Portugal por não ser administrativamente necessária, economicamente possível ou por representar algum tipo de ameaça. A ordem real de 6 de julho de 1747 preconizava para fins de censura toda a produção de livros e qualquer tipo de impresso no Brasil, ficando essa restrita à Portugal. Um alvará de 20 de março de 1720 ratificava a proibição às “letras

impressas” e que seus donos fossem notificados para que não imprimissem “livros, obras ou papéis alguns avulsos”. Laurence Hallewell (2015) em um clássico estudo sobre a história do livro no Brasil, aponta que a obsessão dos portugueses pelo isolamento da colônia perpassa sem dúvida pelo receio de não permitir as influências estrangeiras, isso significava não apenas o banimento de visitantes de outras nações, mas, também a restrição ao acesso de navios de outras bandeiras por questões de segurança marítima. O autor ainda acrescenta que um regime que não se preocupava em satisfazer as necessidades da vida quotidiana dos colonos, certamente não iria atentar-se para indigências literárias de além-mar. As restrições tinham o objetivo de evitar uma possível propagação de ideias políticas progressistas e revolucionárias. Segundo Carvalho, Portugal receava a difusão das ideias iluministas e como medida preventiva às ideias liberais proibiu a entrada de livros e o estabelecimento da imprensa. O objetivo era isolar a Colônia de toda influência estrangeira (CARVALHO,1999:83)

As obras sobre a colônia, a começar pela carta de Pero Vaz de Caminha, só foram impressas anos depois. Dessa forma, o acesso aos livros em tempos coloniais só era possível de forma legal por meio da importação de Portugal que tinha como obstáculos, além de todos os trâmites burocráticos, os custos de transportes e a censura lusitana que inicialmente era realizada por meio da Inquisição e mais tarde pela Real Mesa Censória (FAR, 2006). Essas restrições tornavam o contrabando uma forma recorrente para entrada de livros no país canalizando assim, a fiscalização junto aos livreiros. Tais restrições explicariam dentre outros fatores, a existência de apenas duas livrarias durante todo o período colonial. A primeira, pertencente a Paul Martin, natural de Tours, considerado o primeiro livreiro carioca e a segunda, provavelmente de propriedade de “Brito”, nome que aparece no *Almanaque da Cidade do Rio de Janeiro* de 1799, mencionado por Hallewell (2015:26). Nelas eram vendidas obras importantes de Portugal como o *Almocreve das Petas*, *O Livro de Carlos Magno*, folhinhas e almanaques e nenhum título considerado subversivo.

Luiz Carlos Villalta (1997) destaca que os primeiros livros que chegaram em terras brasileiras provavelmente vieram com os jesuítas juntamente com Tomé de Souza<sup>35</sup>. As obras mais procuradas eram os manuais de confissão, os catecismos, uma suma da doutrina cristã, o *Flos sanctorum*, obra sobre a vida dos santos, e outros de cunho religioso, como as obras de doutrina. Entretanto, os títulos que tratavam de devoção mística e ascética também tinham

---

<sup>35</sup> O autor faz menção às primeiras remessas de livros que chegaram ao Brasil, provavelmente referindo-se aos meios legais, pois, outros autores atestam a circulação de obras na Colônia que versavam sobre mais variados assuntos, em sua maioria, consideradas de caráter subversivo;

acolhida no meio da população. No meio rural circulavam livros de sorte. No Nordeste, a obra *Diana*, de Jorge Montemor, obra proibida, teve grande recepção. Em Ilhéus, o italiano Rafael Olivi, por volta de 1574, “o mais afortunado indivíduo em termos de livros de então”, como afirma Villalta, possuía uma livraria com 27 volumes, muito atualizada e que fugia dos padrões da época, não se restringindo às obras devocionais. Nota-se também a presença de livros de medicina na Colônia, esses aparecem no testamento do cirurgião do exército Antônio José Vieira de Carvalho, falecido em 1818. Carvalho deixou 69 livros, sendo 28 relacionados à sua profissão, o *The English Hippocrates* de Thomas Sydenham (1624-1689), texto de medicina básica. Com relação à cirurgia havia a *Memória da Academia Real de Cirurgia*, os trabalhos do português Feliciano de Almeida, cirurgião Real Câmara (falecido em 1726), dos franceses George de La Faye (1699-1781) e Antoine Petit de Maurienne (1722-1794). Sobre anatomia, a dos dinamarquês Jacob Benignus Winslow (1699-1790) e a dos franceses César Verdier (1685-1759) e Raphael Bienvenue Sabatier(1732-1811). Sobre farmacopéia ele possuía a de Londres e Edimburgo. Sobre obstetrícia, os livros de André Leuret, parteiro da mãe de Luís XVI e inventor do fórceps curvo (1703-1780) e ainda *Observações sobre Partos*, de autor anônimo, entre outras obras mais especializadas.

Villalta faz uma importante observação a respeito de inventários e autos da devassa da Inconfidência das cidades de Diamantina, Mariana, Vila Rica e São João de Rei. Segundo ele, a posse dos livros diferenciava-se de acordo com a categoria profissional e a posição dos inventariados e inconfidentes, concentrando-se entre os proprietários, funcionários públicos e letrados. O tamanho das bibliotecas não era determinado pelas riquezas, mas sim, pelo nível intelectual e escolaridade de seus proprietários, sendo os padres, advogados e cirurgiões os maiores possuidores de livros. Em suma, havia uma relação entre a composição das livrarias e a condição social e ofícios de seus proprietários.

Os proprietários de terras, em sua maioria, possuíam em sua biblioteca, obras religiosas, como devocionais e liturgias. Em algumas delas, verificava-se a presença de manuais didáticos, obras de literatura, história e medicina (VILLALTA, 1997:362,365). Mais pertinente para nosso estudo, acrescenta-se o uso que alguns fazendeiros faziam dos manuais de fazendeiros, embora, a presença desse tipo de literatura seja mais notada no século XIX. Esses compêndios serviam de guias para “os novos fazendeiros que andam a esmo sem conhecer (...) a maneira de bem dirigir o seu trabalho”(WERNECK:1985 *apud* RODRIGUES:2010:1). Expressam a preocupação com a manutenção da ordem escravista e tentavam dar conta “das diversas esferas

do gerenciamento das unidades rurais escravistas brasileiras”<sup>36</sup>.Dentre eles, destacam-se *O Manual do Agricultor Brasileiro* (1839), de Carlos Augusto Taunay e *Memória sobre a Fundação de uma Fazenda na Província do Rio de Janeiro* (1847), do Barão de Pati de Alferes, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, *o Manual do Agricultor dos Generos Alimenticios*, de autoria do Padre Antonio Caetano da Fonseca (1863) e a obra de Jean Baptiste Alban Imbert, *O Manual do Fazendeiro* (1834 e 1839), que tratarei melhor no capítulo dois dessa pesquisa.

O início das atividades da imprensa no país foi impulsionado pela chegada da Família Real Portuguesa em 1808 marcando um novo cenário onde o campo literário propriamente dito, enriqueceu-se muito com a transferência da Real Biblioteca Pública da Corte e bibliotecas de nobres portugueses, com coleções de mineralogia e botânica (MOLINA, 2105:78).

Em 13 de maio de 1808 foi criada por decreto real a Imprensa Régia com o objetivo de imprimir toda a legislação e papéis diplomáticos provenientes das repartições reais. Pouco tempo depois, devido à ausência de outras tipografias no país e pela grande demanda, o governo português permitiu o uso da Imprensa Régia para outros fins além de documentos reais, assim, foram impressos em seus prelos textos literários e de conhecimentos gerais. A decisão n.17, de 24 de junho, determinava entre outras coisas, o estabelecimento da Junta de Direção. Tal junta possuía diversas atribuições, como fazer o inventário dos objetos pertencentes ao órgão, nomear os oficiais necessários e ocupar-se de publicações “úteis” para o povo, além do exame de papéis e livros que eram destinados à impressão, proibindo os escritos contra a religião, o governo e os bons costumes. Dentre as publicações “úteis”, John Luccock, comerciante e viajante inglês que chegou no Brasil em 1808, inclui todas os materiais de interesse do governo como: economia política, geografia, agrimensura, medicina, saúde pública, além de desenho e astronomia, pois eram disciplinas do currículo da Academia Militar.

Entre os anos de 1808 a 1821 foram impressos cerca de mil títulos, excetuando os atos governamentais. Além da documentação oficial, entre as obras impressas incluíam-se títulos de jurisprudência, história, belas-letas (os elogios aos soberanos e os romances), teologia, ciências, artes e periódicos. Foram também impressos livros destinados aos cursos de medicina e aos da Academia Real Militar. No fim desse período, órgão passou a ser chamar Tipografia Nacional atuando como auxiliadora no estabelecimento do ensino superior, exercendo conjuntamente um importante papel na difusão da ciência (MORAES:1993). Lúcia Maria

---

<sup>36</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar. A Administração do trabalho Escravo nos Manuais de Fazendeiros do Brasil Império, 1830-1847. *Revista de História*, FFLCH-USP, 137 (1997), p.96;

Pereira das Neves (2014) atesta a relevância desse órgão na legitimação do campo médico e de sua prática, possibilitando a formação de elites profissionais, que através do conhecimento adquirido, contribuíram para melhoramentos na saúde pública, confirmando a afirmativa de Maria Beatriz Nizza da Silva (1978:126) de que naquele contexto, a Medicina seria a mais “social” de todas as ciências, pois, é aquela que mais imbrica na vida cotidiana da sociedade.

Em 1821, o fim do monopólio da impressão realizada pela Coroa e a regulamentação da imprensa proporcionou a instalação de tipografias particulares no Brasil tornando o livro um objeto mais presente no cotidiano da população do país.<sup>37</sup>

A relação da população do Brasil com a leitura durante o período colonial e parte do Império baseava-se sobretudo, na oralidade e por uma indistinção entre público e privado. De acordo com El Far (2006:27), a palavra falada era dominante e fazia parte das festas, diplomacia, das leis, das pregações religiosas, “reafirmando constantemente os laços sociais, impondo autoridade política dos governantes, nutrindo o imaginário coletivo e trazendo a memória mitos e histórias de domínio público”.

Até 1759 a Companhia de Jesus foi o principal meio de promoção da educação formal, possuindo vários colégios voltados para a formação de clérigos e leigos. Além das escolas jesuíticas também havia outras instituições religiosas de ensino, tais como, as escolas beneditinas, franciscanas e carmelitas. No entanto, a Coroa ainda reforçava dependência da Metrópole, promovendo os vínculos com a Universidade de Coimbra, embora nos colégios já existissem cursos superiores, o governo incentivava a ida de brasileiros para a universidade.

Em linhas gerais, a educação no Brasil resumia-se em: ensinar aos homens ler, escrever e contar. Inicialmente, somente os homens das classes mais abastadas possuíam esse privilégio. Às mulheres ensinavam-se as atividades pertinentes ao meio doméstico, como cozinhar, lavar, costurar, etc. Até 1883 os pais não eram obrigados a dar instrução às meninas e nem o Estado a prover cadeiras, por esse motivo, elas não constavam da lista de crianças “aptas” a frequentar escolas. Porém, a educação das meninas foi incentivada pelo Estado e muitas vezes requerida, por meio de abaixo-assinados e criação de cadeiras públicas destinadas ao sexo feminino. Dessa forma, de acordo com a Lei 2.892 de 19 de junho de 1883<sup>38</sup> ficava estabelecido a obrigatoriedade do ensino para os meninos de 7 a 12 anos e meninas de 6 a 11 anos (VEIGA, 2007:49).

---

<sup>37</sup> Para mais informações sobre a Imprensa Régia, conferir o verbete “Impressão Régia” no site do Arquivo Nacional, disponível em: <http://linux.an.gov.br/mapa/?p=2733>;

<sup>38</sup> Regulamento n.100, 19/06/1883, Lei 2.892, cap.3, seção 2ª, art.63;

Entre as classes mais altas, não havia uma distribuição regular da instrução. Os comerciantes europeus que aqui chegaram e se estabeleceram mal sabiam ler e escrever. Em Minas Gerais, nas comarcas de Sabará, Vila Rica e Serro Frio, em período de maior riqueza, os proprietários faziam esforços para proporcionar a educação de seus filhos. Já na comarca de Rio das Mortes, os jovens eram enviados à Universidade de Coimbra, a fim de receber uma melhor instrução. Os pais menos abastados enviavam seus filhos para o Seminário de Mariana, atesta Villalta (1997:354-355). Em *Casa Grande e Senzala*, Gilberto Freire declara que até meados do século XIX, os filhos dos senhores de engenho do Nordeste costumavam a ter suas aulas na própria casa-grande, ministradas muitas vezes por capelães ou mestres particulares. A esses jovens, juntavam-se os escravos e agregados, na tarefa de aprender a ler, escrever, contar e rezar (FREYRE, 1981). No entanto, verifica-se a prevalência do analfabetismo, sendo a grande parcela da população que ainda não tinha acesso à instrução até pelo menos metade do século XIX. É o que podemos verificar na apresentação da obra *Machado de Assis Cronista*, publicada originalmente em 15 de agosto de 1876: “Publicou-se há dias o recenseamento do Império, do qual colige que 70% da nossa população não sabem ler”; “Há só 30% dos indivíduos residentes neste país que podem ler; desses 9% não leem letra de mão”. Nesse sentido, o escritor tinha em mente, a triste realidade de que a leitura de sua obra e de outros livros era um privilégio de poucos (FERREIRA, 2007:192).

Dentre os títulos presentes nas bibliotecas das casas de leitores brasileiros encontravam-se os manuais de medicina doméstica ou auto instrutivos, destacados nesse trabalho. Esses manuais satisfaziam em certa medida a necessidade de médicos onde sua presença era praticamente inexistente. A essas obras recorriam donos de escravos, senhoras, parteiras, curandeiros e curiosos. Dentre os manuais que tiveram maior circulação no Brasil destacam-se:

*Erário Mineral* (1735) de Luís Gomes Ferreira, editado pela primeira vez em Lisboa foi um dos primeiros tratados de medicina brasileira escrito em língua portuguesa. A obra reúne as experiências do cirurgião-barbeiro na capitania de Minas Gerais, a descrição das doenças, tratamentos e o inventário dos medicamentos mais utilizados na época e suas respectivas funções. Outra parte importante do livro é a composta de informações detalhadas obre a vida dos escravos: características, alimentação, hábitos, doenças, trabalho e moradia, dentre outros aspectos. Escrito dentro de um ramo considerado mais prático da medicina portuguesa desempenhando por cirurgiões, parteiras, barbeiros, o autor ressaltou a experiência como a base tanto para a medicina quanto para a cirurgia.

O *Aviso ao Povo sobre sua Saúde* foi publicado originalmente em francês no ano de 1773 por Samuel Auguste André David Tissot, médico protestante de origem suíça, que pretendia que o conhecimento médico erudito chegasse a todas as classes. Para tanto, escreveu às parteiras, sangradores e cirurgiões na tentativa de promover a mediação entre a saberes medicinais e a medicina prática (ABREU, 2007:766). No prefácio da edição portuguesa, Manoel Joaquim Henrique de Paiva declara como principal objetivo de Tissot “tratar no seu *Aviso ao Povo acerca da Saúde*, das principais e mais frequentes enfermidades agudas, que grassão nas aldeias e lugares onde faltam médicos”(TISSOT, 1786:XXVIII). No Tomo II, edição portuguesa de 1777, o dr. Tissot reserva alguns capítulos para os cuidados com a gestante e os infantes, discorrendo sobre temas caros àquele momento e que versavam também em outros importantes manuais de saúde individual, tais como: gravidez (alimentação, vestimenta, etc); cuidados relativos ao parto (a presença de uma parteira, o uso de bebidas quentes para a parturiente) e por fim como tratar das principais doenças infantis, entre outros. Sua obra teve grande acolhida e muitas tiragens foram feitas durante todo o século XVIII, porém, como afirma Marques, não foram as pessoas do povo seus maiores leitores. Por isso, o médico esperava que seus conselhos pudessem ser transmitidos, através de todos aqueles que tivessem acesso à sua obra, entre eles, os padres, os proprietários de terra, mestre-escolas, cirurgiões, etc., isto é, ele desejava que seus discursos fossem propagados, mesmo que por vias auditivas (MARQUES, 2004:1).

Outra obra de grande alcance que segue o modelo auto instrutivo é *Domestic Medicine* de Willian Buchan traduzido para o português em 1788 em 4 volumes como *Medicina Doméstica, ou Tratado de Prevenir, e Curar as Enfermidades com Regimento, e Medicamentos Simpleses*. Foi considerado o primeiro manual de medicina popular a se espalhar pelo Brasil ainda no século XVIII. Segundo Charles Rosenberg, nenhum livro de saúde individual desfrutou de tamanha popularidade antes do século XIX quanto *Medicina Doméstica*, alcançando entre a sua primeira e a última versão inglesa não menos que cento e quarenta e duas edições (1983:22). Na obra, Buchan tinha como um dos seus principais objetivos, assegurar que as pessoas instruídas tivessem o conhecimento dos “princípios gerais da medicina, para que pudessem aproveitar aquelas vantagens com que está adornada, e guardar-se ao mesmo tempo das destruidoras influências da ignorância, da superstição e charlatanaria (BUCHAN,1801:XXI). O livro poderia ser encontrado nas livrarias de segunda mão, em

edições gastas, páginas soltas com rabiscos de assinatura e receitas escritas a mão, indicando seu intenso, costumeiro e cuidadoso uso.<sup>39</sup>

Entretanto, dentre aqueles manuais de grande tiragem e circulação no Brasil, estão os escritos pelo médico polonês Pedro Luiz Napoleão Chernoviz, formado em Montpellier, na França em 1837. Logo após sua chegada ao Brasil em 1840 se associou à Academia Imperial de Medicina, o que lhe trouxe logo êxito social e profissional. Lançou o *Formulário ou Guia Médico* (1841) e o *Dicionário de Medicina Popular* (1842), o primeiro dirigia-se aos iniciados na medicina e o último, aos leigos, ambos, no entanto, ficaram conhecidos como “o Chernoviz”. O Formulário apresentava uma descrição completa dos medicamentos ali registrados, suas propriedades, doses e patologias na qual eles deveriam ser aplicados, plantas e águas do Brasil, como formular as medicações, além de receitas úteis na economia doméstica (GUIMARÃES, 2004:5). Já com relação ao dicionário, a autora destaca a sua inegável serventia doméstica pela utilidade dos assuntos escolhidos que foram apresentados de forma simples e acessível ao público geral. Ao lado de cada doença, órgão ou medicamento apresentado, a obra trazia uma descrição detalhada. Ambas as obras alcançaram grande repercussão, produzindo diversas edições ao longo do século XIX e no ano de 1904 o *Dicionário de Medicina Popular* já se encontrava em sua 14ª edição, utilizada amplamente pela comunidade médica, por fazendeiros, boticários, práticos de saúde, entre outros.

A fabricação de livros de saúde foi uma arte antiga, que, segundo Rosenberg, o tratado de Buchan, pode ter dado o ponto de partida. Consoante esse autor, a audiência bem-sucedida do livro, bem como de *Aviso ao Povo sobre sua Saúde* tenha se dado porque Buchan e Tissot ofereceram seu guia para uma elite rural que ministraria o conhecimento adquirido através da obra, aos seus vizinhos, familiares e dependentes impossibilitados de empregar um médico (ROSENBERG, 1983:23). Essas obras constituíram a prova da vitalidade e da demanda por um tipo de medicina que superou a aprovação da academia enquanto obtinha o status de livro de uso popular (PORTER, 1991:2). Dessa forma, é possível averiguar que os manuais de educação infantil, tal como a *Guia Médica das Mães de Família*, estava inserido num contexto de progressiva intervenção do discurso médico sobre os hábitos privados das populações, onde a medicina se volta para a intervenção direta sobre os hábitos individuais (FREITAS, 2017:76)

---

<sup>39</sup> Talvez o autor estivesse se referindo aos chamados “sebos”, tal como conhecemos no Brasil. Cf. (ROSENBERG, 1983:23);

sobretudo das mães, constituídas como agentes compulsoriamente responsáveis pela transmissão dos ensinamentos que tinha na Higiene o seu principal braço.

## CAPÍTULO II- *A Guia Médica das Mães de Família* e o Pensamento Médico sobre a Maternidade no Século XIX.

### 2.1- Por dentro da *Guia Médica das Mães de Família*

#### *Estrutura Textual*

A *Guia Médica das Mães de Família ou A Infância Considerada na sua Hygiene, suas Moléstias e Tratamentos* foi publicada em 1843 pela Typographia Franceza,<sup>40</sup> de autoria do médico francês formado pela Universidade de Montpellier, Jean Baptiste Alban Imbert. Imbert foi um dos mais antigos membros da Academia Imperial de Medicina (AIM) e também autor da obra o *Manual do Fazendeiro ou Tratado Doméstico sobre as Enfermidades dos Negros* lançada inicialmente em 1834, tendo a sua segunda edição em 1839. A *Guia Médica* em formato *in-oitavo*<sup>41</sup> poderia ser vendida ao preço máximo de 5\$000rs em um volume brochado e 6\$000rs o volume encadernado.<sup>42</sup> Na Corte Imperial, além de sua residência, as obras também eram encontradas em casa de E. e H. Laemmert, na loja de livros de Agostinho de Freitas Guimarães e Comp., na Typografia Franceza e na casa de Gueffier & Comp.<sup>43</sup>

Segundo o autor, sua missão principal era de suprir a carência dos manuais de medicina doméstica no país: “o Brasil reclama os socorros de huma medicina doméstica, sábia e prudente, na ausência e privação, bem sentidas e reconhecidas, da medicina em diploma, que até agora tem preferido concentrar-se nas grandes cidades deste vasto Império (...)”<sup>44</sup>. O autor divide o livro em três partes: Na primeira, ele emite conselhos relativos aos cuidados com a gravidez; na segunda, os conselhos são direcionados aos cuidados com o recém-nascido até os primeiros anos da infância, privilegiando a higiene e, por fim, a terceira parte trata das enfermidades mais comuns em crianças, sem contudo, como dito pelo autor, ser exaustivo nessa descrição.

---

<sup>40</sup> A Typographia Franceza foi fundada em 1837 por Jean Soleil Saint-Amand. Adquirida posteriormente pelo suíço George Leusinger, foi sob essa direção que esse estabelecimento se tornou uma das tipografias mais bem equipadas do país assumindo um importante papel no progresso da impressão no Brasil. Por volta do final do século XIX, continuava sendo a preferida do governo em detrimento da própria Tipographia Nacional. Cf. (HALLEWELL, 2005:230);

<sup>41</sup> Formado a partir de três dobras de uma mesma folha, formando uma espécie de caderno com 16 páginas;

<sup>42</sup> Cf. *Folhinha de Utilidade Pública*, 1849;

<sup>43</sup> Cf. *Diário do Rio de Janeiro*, Coluna “Obras Publicadas”, 25/08/1842, n.184; *Diário de Pernambuco*, Coluna “Avisos Diversos”, 10/03/1843; *Jornal do Commercio*, 31/07/1842; *Diário do Rio de Janeiro*, 13/01/1832;

<sup>44</sup> IMBERT. *Guia Médica das Mães de Família. op.cit.*, p.10;

O manual ainda apresenta um formulário e um adendo sobre a Homeopatia. No Formulário Medical, Imbert, reuniu uma compilação de receitas de medicações, que, segundo ele, o paciente poderia recorrer sem nenhum embaraço para o caso que se apresentar (p.300). Para tanto, as receitas observavam uma classificação científica de fácil compreensão e em linguagem vulgar.

Nesse adendo sobre a Homeopatia, saber em fase de afirmação no meio médico naquele momento, Imbert expõe seu extenso parecer sobre aquela que se apresenta como “a expressão do único methodo curativo racional, e como a última palavra que possa ser dita sobre a arte de curar”(p.379). Ao permitir transparecer sua opinião através das expressões irônicas que registrava, o autor deixava claro o seu posicionamento no tocante ao novo saber que despontava: “(...) a presença de promessas magníficas que a homeopathia proclama por toda a parte ao som de trombeta”, “(..) não sendo ilusórias essas maravilhas curativas (...)”(p.380). Tal saber, de acordo com ele, não poderia comparar-se com o Hipocratismo que tinha ao seu favor, vinte e dois séculos de existência e de glória.

As três partes que compõem a *Guia Médica* se subdividem em oito capítulos compondo 423 páginas expostas em: Capítulo 1- “Conselhos sobre os cuidados e precauções que reclama o estado de prenhez”; Capítulo 2- “Da hygiene da infância”; Capítulo 3- “Moléstias cutâneas”; Capítulo 4- “Das Moléstias que tem sua séde, ou origem na cabeça, e nos órgãos dos sentidos”; Capítulo 5- “Das Enfermidades que tem sua sede nos órgãos da respiração”; Capítulo 6- “Moléstias do aparelho digestivo, do fígado, etc”; Capítulo 7- “Signaes da prenhez”; Capítulo 8- “Formulário medical” e Anexo “A Homeopathia”.

A *Guia Médica das Mães de Família* constitui o segundo manual escrito por Imbert. Nele, a atenção é dirigida para as mães e gestantes.<sup>45</sup> Um dos graves problemas que assolavam a sociedade naquele momento era a mortalidade infantil que constituía um motivo de apreensão por parte da classe médica. No manual, o esculápio apresenta de forma pedagógica as orientações destinadas às mães no cuidado com os bebês e a infância de um modo geral, numa tentativa de redução dessa mortalidade. Ele afirma que buscou incluir no manual os preceitos mais simples, mais fáceis e menos arriscados em sua aplicação que, na verdade, constituíam os preceitos gerais que escritores antes dele tinham proferido, porém, com uma sensível diferença que não era um discurso guiado por vistas científicas. Afirma ainda, que só lançou mão da

---

<sup>45</sup> Uma análise mais detalhada sobre o objetivo proposto pelo autor na obra e os principais temas abordados será feita no tópico 2.3: “A Construção da Maternidade Higiênica Segundo a *Guia Medica das Mães de Família*”;

ciência para facilitar a inteligência da narração, em uma linguagem de fácil entendimento das mães (p.11,12).<sup>46</sup>Na verdade, essa postura foi assumida pelo autor já em o *Manual do Fazendeiro*, onde ele afirmava que para alcançar os objetivos a que se propôs era preciso: “clareza nos princípios, simplicidade nos meios (...). A nossa linguagem será por tanto, o mais que nos fôr possível, clara e precisa(...)”<sup>47</sup>

A disposição textual da *Guia Médica* segue o modelo de outros manuais, tais como, Buchan, Tissot e Cullen que têm em comum o fato de apresentarem temas divididos pedagogicamente em títulos direcionados a facilitar a interpretação do cidadão comum na ausência de um de médico (GUIMARÃES, 2005:503; ABREU, 2011:127).

Muito mais do que informar acerca dos cuidados com a saúde, tais manuais, afirma Vera Marques possuíam a finalidade de “regrar procedimentos, formas de tratar os doentes e suas doenças, em um esforço normatizador que colocava o médico mesmo nos lugares nos quais ele não era encontrado”(2004:39). Roy Porter (1992) salienta que tais publicações tinham o objetivo de transmitir noções de medicina e de higiene à população tendo como base procedimentos simples, com o intuito de tornar mais acessíveis os conhecimentos para a conservação da saúde. Já Guimarães (2016) ressalta que é nos prefácios dessas obras que o aspecto pedagógico ficava mais claro: enfatizava-se a importância de que o leitor criasse novos hábitos, aprovados pelas regras higiênicas do período. A indicação de uma conduta terapêutica também é bem definida, onde a ideia da higiene como a mola mestra da saúde ficava clara. Isso é evidenciando tanto por Imbert quanto nas obras de Chernoviz. O dr. Imbert reitera a importância da observação dos preceitos higiênicos, como sendo responsáveis pela saúde das cidades, e, caso isso não fosse observado, o caminho estaria aberto para o assalto das epidemias.

Outro importante fator que insere a *Guia Médica* nas discussões mais recentes daquele período é o que diz respeito às amas de leite. Para o doutor, seria raro existir uma mulher sequer no país que apresentasse as condições físicas capazes de prover uma nutrição eficaz, dado as condições climáticas locais, com seu calor excessivo que afetava grandemente o sistema nervoso, unidas às gravidezes em tenra idade que tornavam a sua saúde muito frágil. Dessa forma, para Imbert, tais mulheres não apresentariam condições de suportar uma amamentação prolongada sem grave detrimento da saúde. Nesse caso, apesar de não ser a sua preferência, o médico aconselhava recorrer às amas-de-leite, pois, segundo ele, é o que representava menos

---

<sup>46</sup> O autor ainda se autodenomina de “historiador popular”;

<sup>47</sup> Imbert. *O Manual do Fazendeiro. op.cit.*, p. XVIII;

riscos para a mulher. O dr. Imbert deixa claro que essa era a sua opinião atual e que não representava a totalidade da classe médica não o permitindo desconsiderar o parecer de seus pares<sup>48</sup>. Ele dá preferência pelas amas brancas, se elas apresentassem boas condições de saúde a despeito do clima, o que, segundo ele, não ocorria na maioria das vezes. Nesse caso, aconselha-se a utilização das africanas que já estavam acostumadas com o clima quente (p.51).<sup>49</sup>

Nas questões relativas ao parto, o autor não faz muitas recomendações, somente as relativas à higiene, a fim de que esse momento seja mais confortável para a mulher, diferentemente do *Manual do Fazendeiro*, em que Imbert demonstra de forma inquietante a preocupação com as parteiras. Nesse manual, ao tratar do parto das escravas, o doutor reprovava veementemente a participação de parteiras, que não sejam parteiras experientas<sup>50</sup> pois, as mesmas utilizariam práticas supersticiosas, unidas de movimentos e esforços que segundo ele, só trariam prejuízos à parturiente<sup>51</sup>. No entanto, tais justificativas possuem raízes muito mais profundas que fazem parte do debate envolvendo a afirmação da classe médica e condenação dos charlatões no cenário das práticas de cura, nas quais as parteiras estavam inseridas.<sup>52</sup> Verifica-se a presença desse princípio em muitos manuais: enquanto educavam-se os doentes, melhorando suas condições de existência, enquadravam-se “os curandeiros, barbeiros, parteiras e outros curadores aos ditames da ciência ao instruí-los a curar através das cartilhas”(MARQUES, 2003:3). O objetivo desses autores era cuidar para que ninguém fosse furtado do conhecimento, especialmente àqueles indivíduos sujeitos aos aproveitadores, ao passo que reafirmavam a autoridade do saber médico-acadêmico.

---

<sup>48</sup> IMBERT, *A Guia Médica das Mães de Família. op.cit.*, p:37,48-50;

<sup>49</sup> Retornarei a essa discussão ainda nesse capítulo no tópico “A Construção da Maternidade Higiênica segundo a *Guia Médica das Mães de Família*”, onde pretendo analisar alguns temas caros ao doutor Imbert que o ajudou a compor a imagem de uma maternidade ideal;

<sup>50</sup> Possivelmente J.B.A. Imbert ao mencionar “parteiras experientadas” referia-se à parteiras licenciadas. Maria Lúcia Barros Mott aponta a existência de dois grupos de parteiras: as práticas e as licenciadas, examinadas e as diplomadas em curso de partos. Entre as práticas situam-se aquelas que exerciam a profissão sem a autorização legal, constituindo um grupo mais numeroso. Atendiam às pessoas da família ou da vizinhança e nem sempre a assistência ao parto era a sua principal atividade. Já o segundo grupo, em número bem menor, era composto por aquelas parteiras que possuíam uma licença especial para o exercício da profissão. Tal licença era concedida pela Fisicatura Mor, órgão burocrático-administrativo responsável pelas questões referentes à higiene pública e exercício da medicina. Entre as exigências para a concessão da licença estavam a comprovação da experiência e o exame realizado por cirurgiões e/ou uma parteira aprovada. A partir de 1832, as mulheres que desejassem exercer a profissão deveriam ingressar no Curso de Partos oferecido pelas Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia. Cf. (MOTT, 1999);

<sup>51</sup> Imbert. *O Manual do Fazendeiro. op.cit.*, p.249;

<sup>52</sup> Essa discussão também será retomada ainda nesse capítulo ao tratar da maternidade proposta Imbert;

## *O Autor*

Jean Baptiste Alban Imbert ainda é pouco conhecido por nossa historiografia. As poucas referências ao autor e à coletânea de suas obras são feitas geralmente com relação às doenças, compra e venda de escravos, nascimentos e batismos e para explicar as altas taxas de mortalidade infantil. Entre suas publicações, além da *Guia Médica* e do já citado *Manual do Fazendeiro ou Tratado Doméstico sobre as Enfermidades dos Negros*, estão o *Ensaio Higiênico sobre o clima no Rio de Janeiro* (1837) e *Charlatanismo: Uma Palavra Sobre o Charlatanismo e os Charlatães* (1837)<sup>53</sup>. Como já mencionado, Imbert alega ter chegado ao Brasil em 1831 tendo como objetivo estudar “a maneira com que se pratica a Medicina popular no Brasil”<sup>54</sup>. Teve seu diploma reconhecido pela Academia de Medicina do Rio de Janeiro em virtude da lei de 03 de outubro de 1832<sup>55</sup> que dava nova organização às atuais Academias de Médico-cirúrgicas das cidades do Rio de Janeiro e Bahia. Se tornou o primeiro médico estrangeiro a revalidar seu diploma na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no ano de 1834. Foi também membro efetivo das Sociedades Auxiliadoras da Indústria Nacional (SAIN) e literatura do Rio de Janeiro. Imbert permaneceu no país até 1843 quando decidiu retornar à França a fim de tratar de uma enfermidade (*Jornal do Comércio*, 1843)<sup>56</sup>.

Sobre a trajetória de Imbert antes de sua chegada ao Brasil, as poucas referências nos são fornecidas por meio do trabalho pioneiro de Iamara Viana, *Corpos Escravizados e Saber Médico: Proposições de Jean-Baptiste Alban Imbert (1830-1850)*. Em sua tese, a autora, apresenta valiosos achados sobre a vida particular de Jean Baptiste Alban Imbert antes de seu desembarque no Brasil. Tais dados foram coletados em Montpellier e Draguignon, na França. Em Montpellier, segundo ela, foram encontradas informações sobre a tese, diploma e exames finais do médico. Porém, foi em Draguignon onde a maior parte dos dados foram encontrados. Lá estavam todos os documentos relativos ao período em que Imbert foi prefeito. A pesquisa de Iamara Viana abriu um caminho que até o momento permanecia obscuro. Por meio de sua

---

<sup>53</sup> Além dessas publicações, o *Diário do Rio de Janeiro* (13/01/1832) menciona uma obra intitulada *Conselhos às Mães de Família*, escrita em português e francês. Já a *Revista Médica Fluminense* (out./1835, n.7) faz referência ao *Tratado da Velhice, ou Arte de Prolongar a Vida e Conselhos às Mães Brasileiras sobre o Aleitamento*. As respectivas obras não foram localizadas durante a realização desta pesquisa;

<sup>54</sup> IMBERT. *O Manual do Fazendeiro*. *op.cit.*, p.XVI;

<sup>55</sup> Membro Titular: Eleito: 15/10/1835 - Posse: 15/10/1835 – Sob a presidência de [Joaquim Cândido Soares de Meirelles](#). Disponível em <http://www.anm.org.br/conteudo>;

<sup>56</sup> *Jornal do Comércio*, 20/07/1843, Ano XVIII, n°190;

tese, podemos conhecer um pouco mais do autor investigado nesse trabalho. A observação de sua biografia poderá fornecer possibilidades para a compreensão de seu discurso.

Imbert nasceu em 23 de junho de 1787, filho natural e legítimo de Balthazard Henri Pierre Imbert e Anne Rose Amic. Seu pai foi notório real e pertencia a uma das famílias mais abastadas de Le Beausset, pequena vila distante do centro político, econômico e cultural do país, Paris. Na sua formação consta *Bachelier ès-lettres*, equivalente ao ensino médio e *officier de santé*, uma espécie de agente de saúde e ainda *ex-chirurgien de 2ª classe de la Marine* que correspondia a um cirurgião de segunda classe de carreira militar. Os cirurgiões de segunda classe poderiam ascender a doutor durante o período que serviam a marinha francesa em suas colônias. Imbert concluiu o curso de medicina em Montpellier em 1815 com a tese *Ensaio sobre a Apoplexia*. Viana informa que após a conclusão do curso de medicina o recém doutor entrou para o cenário político da pequena vila de *Le Beausset* provavelmente apresentado por seu sogro que também era médico (VIANA, 2016:35-36).

Nos arquivos franceses, a autora também encontrou o provável motivo da fuga de Imbert para o Brasil: ameaças de morte recebidas por ele devido ao descontentamento por parte da população diante de um caso de favorecimento à Condessa de Seran (VIANA, 2016:38). Em documento assinado em 17 de maio de 1824 em Toulon, J.B.A. Imbert, informa sua saída do cargo a fim de ocupar outro, porém não informado.

A vida do doutor Imbert se inicia publicamente no Brasil em 15 de outubro de 1835, quando, de acordo com a documentação da Academia Imperial de Medicina foi aceito como membro titular (*Revista Médica Fluminense*, 1835)<sup>57</sup> porém, não foi possível verificar com precisão sua movimentação antes de chegar o país em 1831 devido à ausência dos passaportes equivalentes aos anos de 1820 a 1830, segundo informado por Viana. A partir de então, a documentação mais profícua a respeito do médico é encontrada nos jornais. Neles, é possível perceber, dentre outros fatores, um pouco da receptividade de suas obras atestada por seus clientes e/ou leitores dos periódicos, além de alguns aspectos de sua vida pessoal. Sabe-se que o doutor residia na Corte, na Rua da Quitanda n.61 em casa alugada por Joaquim de Brito e Oliveira (*Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, 1844)<sup>58</sup>, onde eram

---

<sup>57</sup> Publicada pela *Revista Médica Fluminense*, n.7 de outubro de 1835;

<sup>58</sup> Mesmo após partida de Imbert para a França, o *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* continuava a informar a presença do médico na cidade, constando como endereço a Rua da Quitanda n.39 (1844, N.3, p.47) em vez de n.61, como informado pelo *Jornal do Commercio*;

vendidas as suas obras, e em Paris na Lafayette n.73. Dúvidas pairam sobre o local de sua propriedade citada em o *Manual do Fazendeiro*, pois Imbert apenas menciona que sua fazenda estava estabelecida no “centro de huma das mais ricas e ferteis Provincias do Imperio Brasil”<sup>59</sup>, possuindo, segundo ele, cerca de duzentos a trezentos escravos.

Dentre os poucos dados pessoais que são fornecidos pelos jornais é sabido que o médico pôs os seus bens a leilão, sendo esses referentes à Corte, incluindo toda a sua escravaria, por ocasião de seu retorno à França. Alguns jornais da Corte daquele período nos atestam isso:

J.J Dodsworth fará leilão na rua da Alfandega n.28, no dia de sexta-feira, 21 do corrente mês, às 3 horas, (...) uma grande porção de livros de medicina e literatura antiga e moderna, algumas com gravuras coloridas e todos em bom estado, pertencentes a biblioteca do Ilm.º Sr. Doutor Imbert que se retira temporariamente d’esta corte para tratar de sua saúde (...) (*Diário do Rio de Janeiro*, 1843)<sup>60</sup>

Leilão de riquíssimos móveis pertencentes ao Ilm.º Sr. Dr. Imbert, que se retira temporariamente de sua saúde, de toda a sua soberba mobília de mogno e jacarandá, soberbos espelhos, gravuras, louça, crystaes, (sic), carro de quatro rodas, (...) nova com seus arreios, parelhas de bestas, etc. (*Jornal do Commercio*, 1843)<sup>61</sup>

Leilão extraordinário de escravos, casa da Rua da Quitanda n.112, sobrado por conta do Sr. Dr. Imbert, que se retirou para a França (...). O Sr. Dr. Imbert tinha reservado estes escravos na esperança de voltar ao Brasil, porém achando-se impedido pelo mau estado de sua saúde, resolveu-se dar ordem para que sejam arrematados impreterivelmente. (*Jornal do Commercio*, 1845)<sup>62</sup>

De acordo com o *Jornal do Commercio* (21/08/1843),<sup>63</sup> a partida de Imbert para a França se deu no dia 19 de agosto de 1843 na Barca Franceza Amélie. Seus planos de retorno ao Brasil não foram concretizados e o médico faleceu na França aos sessenta e três anos em 17 de junho de 1850 às nove horas da noite de causa não informada.<sup>64</sup>

Durante sua estadia no Brasil, Imbert revelou-se uma figura controversa, dado a não poucas situações polêmicas que envolveram o seu nome. Já no seu ingresso na Academia Imperial de Medicina, na ocasião da defesa de sua tese *As Hemorrhoidas*, o doutor foi criticado pelos presentes por não ater-se à explanação de seu trabalho, lendo um discurso que, segundo

---

<sup>59</sup> IMBERT. *O Manual do Fazendeiro*, op.cit., p.356;

<sup>60</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, n.159, 20/07/1843;

<sup>61</sup> *Jornal do Commercio*, 04/08/1843, Ano XVIII, n.204;

<sup>62</sup> *Jornal do Commercio*, 17/01/1845, Anno XX, n.16;

<sup>63</sup> *Jornal do Commercio*, 21/08/1843, Ano XVIII, n.220;

<sup>64</sup> Archives Départementales du Var. Draguignan, França. Vide VIANA. *Corpos Escravizados e Saber Médico*. op.cit., p.45;

o autor da matéria, não vinha ao caso, gerando um desconforto na plateia: “(...) por não ser bem entendido pelos espectadores, que não percebem todo o Francez corretamente expressado, foi mal interpretado e tomado em má parte (...)”(*Revista Médica Fluminense*, 1835).<sup>65</sup> Outra polêmica ocorrida na Academia, dessa vez em maiores proporções, envolveu o então autor de *Uma Palavra Sobre o Charlatanismo e os Charlatões*. Apenas dois anos após seu ingresso na Academia Imperial de Medicina, ele solicita seu desligamento devido à desentendimentos com seus colegas. O fato ocorrido é registrado no prefácio da obra, datada de julho de 1837. Nela, Imbert inicia relatando que aceitou o convite para filiar-se à entidade sem que houvesse por ele um pedido ou solicitação. Passa a descrever então que, no dia destinado a leitura de uma memória de sua autoria na sessão geral de 27 de julho do mesmo ano, seus companheiros, membros da Academia, em uma discussão acalorada afirmaram que o seu trabalho não era apropriado para uma sessão pública, antes mesmo de tê-lo lido. Imbert descreve sua indignação ressaltando que se absteve da leitura do texto, retirando-se do local. Ele afirma que a decisão que ele passa a tomar, não é fruto de um capricho, mas um ato de dignidade<sup>66</sup>.

A trajetória do esculápio foi marcada por ocorrências conturbadas que envolviam seus pares. Alguns dos acontecimentos colocavam em dúvida até sua reputação profissional perante a sociedade. Um desses, foi o que resultou num longo debate que transcorreu em várias edições do *Diário do Rio de Janeiro* envolvendo um importante médico da Corte, o Dr. A. Ildefonso Gomes (*Diario do Rio de Janeiro*, 1838).<sup>67</sup> O ocorrido foi relatado por um leitor que se identificou como “uma vítima”. Segundo ele, o Dr. Imbert afirmava haver mais de um feto em um parto assistido pelo dr. Ildefonso e alguns dos seus assistentes, a qual a vítima veio a falecer juntamente com a criança, nesse caso, apenas uma, como confirmado pela autópsia, gerando comoção no marido viúvo e demais familiares. A “vítima” acusa o dr. Imbert de tentar adquirir fama por meio de reputação alheia. De acordo com o relato, Imbert foi desmascarado, para alívio de dr. Ildefonso.

Outro imbróglio mencionado pela “vítima” envolvendo o dr. Imbert foi o ocorrido com um francês denominado David que havia levado uma facada. O mesmo implorara ao doutor para que lhe examinasse a fim de dizer se o ferimento era grave ou não. O parecer do médico foi claro: não havia perigo, pois, a ferida não era penetrante. Todavia, o paciente veio a óbito e a autópsia revelara um profundo corte que chegava ao estômago. A “vítima”, afirma ainda

---

<sup>65</sup> *Revista Médica Fluminense*, n.7 de outubro de 1835, *op.cit.*, p.6;

<sup>66</sup> IMBERT. *Uma Palavra sobre o Charlatanismo e os Charlatões*, *op.cit.* V-XI;

<sup>67</sup> *Diario do Rio de Janeiro*, 31/08/1838, Ano XVII, n.191;

conhecer muitos outros casos em que o dr. Imbert havia procedido de forma negligente, mas, se limitaria a esses, rogando ao redator que o relato fosse publicado a fim de que pudesse servir como um corretivo para a “ignorância ou a calculada malignidade”( *Diario do Rio de Janeiro*, 1838).

Não obstante os acontecimentos turbulentos que cruzaram a sua carreira profissional, não podemos negar que o dr. Imbert gozava de certa honra entre seus pares. Participou de comissões capitaneadas pela Academia Imperial de Medicina a fim de emitir parecer sobre determinados assuntos, como foi o caso das epidemias que assolaram o Rio de Janeiro entre 1836 a 1850; foi redator do periódico *Annaes Brasilienses de Medicina* juntamente com o dr. Sigaud; por vezes, também foi referenciado por periódicos populares e especializados, ao lado de renomados médicos, alguns deles estrangeiros como o próprio Sigaud, Chernoviz, Cuissant e Coats. Ademais, suas obras, em especial o *Manual do Fazendeiro*, foram colocadas ao lado de importantes manuais publicados nos séculos XVIII e XIX, tais como, *A Medicina Doméstica* de Buchan, *O Aviso ao Povo* de Tissot e o *Formulário ou Guia Médico* e o *Dicionário de Medicina Popular* de Chernoviz.

Sabemos que as relações sociais do dr. Imbert não se restringiam ao campo médico-científico. Como proprietário de terras e senhor de escravos, o médico ingressou na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) a convite, sob a presidência de Araújo Vianna (*O Auxiliador da Industria Nacional*, 1836)<sup>68</sup> muito provavelmente para estar a par dos debates acerca do progresso da ciência na área agrícola. Essa associação de caráter privado esteve ligada ao fomento do desenvolvimento econômico e alcançou grande expressividade no governo imperial tendo até mesmo a subvenção anual no orçamento do Estado. Congregando em seu *hall* de membros cientistas, letrados, políticos, fazendeiros, agricultores, negociantes e até médicos como Imbert, a SAIN tornou-se a partir de 1860 um órgão consultivo do Estado “concedendo licenças e prêmios para aqueles que se dispusessem a desenvolver novas espécies e máquinas agrícolas”(BARRETO, 2008:2).

Na matrícula geral de membros da SAIN de agosto de 1837 consta o nome de Imbert e a data de seu ingresso, que corresponde ao mesmo ano.<sup>69</sup> Já na lista de membros de janeiro de 1838, na presidência de Francisco Cordeiro da Silva Torres, verificamos a presença de Imbert

---

<sup>68</sup> *O Auxiliador da Industria Nacional*, 17/12/1836;

<sup>69</sup> Matrícula Geral dos Membros da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional. [S.I.], 20/08/1837. 44p. Orig. Ms. Coleção Decimal. Seção de Manuscritos. FBN. Disponível em: <https://www.bn.gov.br>

como sócio efetivo.<sup>70</sup> Segundo o Estatuto da SAIN são considerados sócios efetivos todos aqueles indicados pelo Conselho Administrativo que são coadjuvantes nos trabalhos da entidade ou que lhe tiverem realizado serviço relevante.<sup>71</sup> Porém, devido ao estado das atas que se encontram em grande parte ilegíveis, não foi possível verificar algum indicativo de qual tipo de serviço foi considerado relevante que permitiu o seu ingresso como sócio efetivo da mesma.<sup>72</sup>

A análise da figura de Imbert e sua representatividade nos auxiliará no caminho para a compreensão de sua obra. Para além de Foucault e sua *função autor* (FOUCAULT, 2010)<sup>73</sup>, Roger Chartier entende esse conceito como “característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade”(CHARTIER, 2012:27). Para ele, essa função também compreende as estratégias que alguns indivíduos podem utilizar dentro de uma determinada configuração social para ter sua autoria reconhecida. Sendo assim, procura-se aqui compreender a *Guia Médica das Mães de Família*, associando a obra a quem a produziu, buscando no autor pistas para elucidar o texto. A compreensão de suas relações no interior de um sistema típico de uma sociedade de corte, onde o nome muitas vezes era atrelado à figuras aristocráticas, além de sua expressividade como senhor de terras e de escravos poderá nos auxiliar na reconstrução de seu discurso.<sup>74</sup>

---

<sup>70</sup> Lista de Membros da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional. [S.I], 00/01/1838. 16p. Orig. Ms. Coleção Decimal. Seção de Manuscritos. Disponível em: <https://www.bn.gov.br>

<sup>71</sup> Estatutos da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional. Rio de Janeiro, 23/06/1831. 9p. Orig. Ms. Coleção Decimal. Seção de Manuscritos. FBN. Disponível em: <https://www.bn.gov.br>

<sup>72</sup> De acordo com consulta nas Atas de Sessões da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional. Assembleia, 15/11/1835-31/03/1838. Assinada por Francisco Cordeiro da Silva Torres. Aut. (43 doc.) 77p. Orig. Ms. Coleção Decimal. Seção de Manuscritos. FBN. Disponível em: <https://www.bn.gov.br>

<sup>73</sup> Segundo Foucault, a *função autor* pode ser resumida como: “(...) tem-se o hábito de ver na fecundidade de um autor, na multiplicidade dos comentários, no desenvolvimento de uma disciplina, como que recursos infinitos para a criação dos discursos”. Cf.: (FOUCAULT, 2010:36);

<sup>74</sup> Tratarei no tópico seguinte sobre fatores que determinavam a competência profissional de um médico naquele período, além de discutir como esses fatores eram arranjados a fim de testificar a autoridade científica.

## 2.2- Imbert e a Carreira Médica no Século XIX.

Imbert formou-se na universidade de Montpellier, onde concluiu o curso de medicina em 1815 com a tese *Ensaio sobre a Apoplexia*. A cidade francesa ficou conhecida como “cidade médica” desde o seu estabelecimento por volta do século X por atender a grandes demandas de atendimento médico devido aos intensos intercâmbios comerciais, originando ali diversas instituições de caridade e hospitalares. No início do século XIII, a Faculdade de Medicina já constituía um dos maiores centros de ensino médico da Europa Ocidental, posição mantida ao longo de cinco séculos seguintes, oferecendo não apenas o ensino livresco, mas também a prática clínica, sendo identificada pela literatura especializada como um dos principais centros do surgimento da abordagem das ciências da vida, conhecida posteriormente como vitalismo.<sup>75</sup>

Imbert chega em terras brasileiras em 1831 e é apresentado a uma classe médica em fase de estruturação e em uma luta pela legitimação que perdurará por todo o século XIX. É eleito pela Academia Imperial de Medicina em 15 de outubro de 1835 tomando posse como membro titular<sup>76</sup> no mesmo dia sob a presidência de João Candido Soares de Meirelles. Constituiu o 36º membro mais antigo da AIM.<sup>77</sup> Ao tomar posse, Imbert se depara com uma jovem Academia Imperial de Medicina, antes denominada Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro (SMRJ), fundada em junho de 1829 que representava o sentimento de liberdade oriundo da independência do monopólio profissional exercido pelos portugueses. Porém, é importante ressaltar que na prática, a medicina brasileira ainda era exercida desde o período colonial por profissionais de diferentes níveis de formação e marcada pela convivência com diversas “medicinas”(FERREIRA; MAIO; AZEVEDO, 1998:478). A preocupação em demarcar o território de atuação dos médicos ou mesmo de banir todo o exercício das “medicinas” não-

---

<sup>75</sup> Do grupo formado por Louis de La Caze (1705-1765), Gabriel F. Venel (1723-1775), e Bordeu (1751- ?) surgiu uma das principais formulações do vitalismo: 1- Crítica à aplicação da física, da mecânica e da química na medicina e ênfase na observação tanto da saúde quanto da ciência, isto é, somente pelo acompanhamento do curso das doenças e sua observação é possível compreender a sua verdadeira composição; 2- O corpo humano vivo é composto de duas propriedades fundamentais: o movimento e o sentimento, sendo privilegiado as análises sobre a sensibilidade (Bordeu) e a irritabilidade (Haller), definindo dessa forma, a linha de estudos de Montpellier. Cf. (WAISSE; AMARAL; ALFONSO, 2011). Porém, o vitalismo de Montpellier também ficou conhecido por Paul Joseph Barthez (1734-1806) e sua obra *Nouveaux Éléments de La Science de l’Homme* em suas três edições em 1778, 1806 e 1858, respectivamente. Nela, o autor propõe o que ele chama de “nova fisiologia”, coerente com a visão de “Homem inteiro” e com sua proposta de “Ciência do Homem”, a qual foi definida como “o conhecimento das leis que segue o ‘Princípio da Vida no Corpo Humano’”. Além disso, Barthez se opunha aos vitalistas clássicos de Montpellier que privilegiavam a sensibilidade sobre a motricidade, reduzindo a vida à sensibilidade.

<sup>76</sup> Para o ingresso como membro titular, exigia-se do candidato diploma de médico, cirurgião, boticário, botânico, químico ou naturalista, um trabalho escrito sobre ciências médicas ou naturais e a indicação por parte de um ou mais membros titulares. Cf. (FERREIRA; MAIO; AZEVEDO, 1998);

<sup>77</sup> Consultar Academia Nacional de Medicina: Membros. Disponível em: [www.anm.org.br](http://www.anm.org.br)

oficiais, ou seja, aquelas não regulamentadas pela lei de 1832, levou Imbert e outros médicos do período a aconselhar a população contra os malefícios de se procurar profissionais não autorizados pela Academia. É o que ele advertiu em *Uma Palavra sobre o Charlatanismo e os Charlatões*.

De acordo com a obra, todos aqueles que procurassem esses profissionais eram semelhantes a uma criança submissa e obediente que não teve sua razão desenvolvida ainda, se pondo “à disposição de qualquer individuo sem títulos conhecidos, nem talentos, que fizer ressoar a seus ouvidos, ou penetrar em seu peito, a lisonjeira esperança de recuperar em breve a saúde”<sup>78</sup>. É no âmbito da formação e legitimação da classe médica que ocorre o estabelecimento da Academia Imperial de Medicina por meio do Plano de Organização das Escolas Médicas do Império, inspirado no modelo francês, através do qual as academias médico-cirúrgicas da Bahia e do Rio de Janeiro passam a ser denominadas faculdades de medicina, representando assim os únicos estabelecimentos de ensino médico no Brasil, aprovados pelo Governo Imperial. A Academia traduzia os preceitos do higienismo e da anatomoclínica europeus, observando as relações entre o homem, doença e clima no que diz respeito ao saber e práticas médicas. Todas as práticas divergentes eram consideradas charlatanismo.<sup>79</sup> Nesse sentido é que a prática da homeopatia foi condenada por Imbert e seus pares, envolvendo acadêmicos e homeopatas num intenso debate na década de 1840.

Segundo Ferreira *et al* (1998) a mudança de nome para Academia Imperial de Medicina (AIM) trouxe consigo uma alteração significativa em todo o projeto original, o que foi repudiado por José Francisco Xavier Sigaud, um dos fundadores da SMCRJ, pois trazia como consequência direta a intervenção do governo nos assuntos da academia. Contudo, de acordo com os autores, foi o patrocínio estatal o responsável pela sobrevivência da entidade. Como órgão corporativo, a Academia seguia promovendo o delineamento das feições da medicina oficial, desautorizando qualquer atividade desenvolvida pelos médicos, cirurgiões e farmacêuticos que não fosse previamente aprovada pela AIM instituindo assim, um monopólio profissional baseado exclusivamente no pertencimento ao quadro de sócios. Mas, a filiação à AIM também poderia garantir certas honrarias à sua membresia. O Estatuto da Academia

---

<sup>78</sup> IMBERT, Jean Baptiste Alban. *Uma Palavra sobre o Charlatanismo e os Charlatões*. Rio de Janeiro: Typografia de J.S.Sain -Amant e L.A Burgain, 1837, p.3. Disponível em: <https://www.nlm.nih.gov/>;

<sup>79</sup> Cf. Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro. *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Disponível em: [www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br](http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br). Acesso em 11 de dezembro de 2017;

preconizava que “o lugar de membro da Academia é um título de recomendação para todas as comissões ou empregos relativos ao exercício da medicina”(Estatuto da Academia Imperial de Medicina, 1835).<sup>80</sup>Odaci Coradini aponta que o título de recomendação constituía “uma instância de acumulação de capital de relações e de consagração de imagens sociais”(CORADINI, 2005:5) presentes também na Academia Francesa. O princípio de recomendação e honraria preconizados no Estatuto, na verdade já estavam presentes nos critérios de seleção que incluíam, além dos já citados anteriormente, a avaliação da personalidade, dos títulos, da memória e dos trabalhos publicados. O autor ainda acrescenta como critério de seleção a condição profissional, como por exemplo, a de clínico de renome, professor, representante da classe ou algum de seus segmentos ou especialidades, e ocupantes de cargos de direção em organizações públicas ou privadas ( CORADINI, 2005:12).

No que diz respeito à competência profissional, Edmundo Campos Coelho salienta que essa competência era atestada não propriamente pelos resultados práticos das terapias desenvolvidas pelos médicos, mas por um conjunto de fatores que seriam sem muita relevância para os dias atuais, tais como: o domínio de uma língua estrangeira, sobretudo o francês, conhecimentos de teorias médicas mais em voga na Europa, a proveniência social, referências sociais, isto é, de clientes notáveis, uma certa cultura humanística e evidentemente, a posse de um diploma de medicina. Em outras palavras, o autor afirma que era a clientela e não a comunidade médica, quem socialmente definia o caráter da medicina e os procedimentos adequados para cada caso (COELHO, 1999:90). Um exemplo disso, eram as pacientes do sexo feminino que muitas vezes recusavam ser tocadas pelo médico, o que obrigava o mesmo a buscar meios alternativos para tratá-las. Isso, no que se refere a clientela mais abastada, pois a grande parcela da população não tinha acesso à medicina acadêmica devido aos poucos recursos ou mesmo por temor da figura do médico, muitas vezes, desconhecida. Desta forma, não eram raros os casos de egressos da faculdade de medicina recorrerem a outras atividades profissionais a fim de garantir o sustento, pois, de forma geral, os critérios que garantiam a renda, prestígio e poder eram todos de natureza extraprofissional: hábitos culturais, extração social da clientela e relações pessoais (COELHO, 1999:76). Sendo assim, de acordo com esse pensamento, todos aqueles que não eram tão afortunados nesses quesitos estariam fadados a nunca ascenderem prosperamente em suas carreiras.

---

<sup>80</sup> Estatuto da Academia Imperial de Medicina, Artigo7, 1835, p.7;

Outro fator capaz de consagrar um nome no interior do campo médico é autoridade científica. Sobre aquisição dessa autoridade ou a acumulação de capital científico, Bourdieu declara:

[...] é fazer um ‘nome’, um nome próprio, um nome conhecido e reconhecido, marca que distingue imediatamente seu portador, arrancando-o como forma visível do fundo indiferenciado, despercebido, obscuro, no qual se perde um homem comum (BOURDIEU, 1983:132).

Em nosso caso, em se tratando do médicos da Academia Imperial de Medicina, Aline Medeiros (2018) retrata a atuação do Dr.Chernoviz, onde após seu estabelecimento como médico na Corte buscou tomar parte nessa instituição que, devido a sua aproximação com o Estado corroborou, dentre outras coisas, para a existência de uma certa sociabilidade de corte, constituindo-se um espaço de escolhidos e eleitos a partir de relações sociais. Ciente dessa dinâmica, o médico não tardou em cultivar relações pessoais com nomes locais, tais como o dr. Sigaud e o dr. J.M.Faivre. Dentro de um pouco tempo, Chernoviz seria conhecido do próprio imperador, recebendo a medalha de condecoração de cavaleiro da Ordem de Cristo. Medeiros destaca que essa rede de relações cultivadas pelo médico viria a contribuir para a constituição de sua autoridade, conferindo um estatuto de verdade e confiabilidade a suas obras. Atento ao funcionamento do processo de aquisição dessa autoridade nos meios científicos imperiais, o médico tratou de atrelar esses importantes nomes às suas obras.

Já para o doutor Imbert, sua a inserção na AIM, órgão que reclamava para si o monopólio profissional e sua atuação no interior da mesma, como participação nas comissões com o encargo de emitir parecer sobre as epidemias que assolaram o Rio de Janeiro a partir da década de 1830, ou ainda como redator ao lado do dr. Sigaud dos *Annaes Brasilienses De Medicina*, periódico dessa instituição, foram importantes agentes na acumulação de capital científico na carreira desse médico. Sua inserção nas redes científicas que se formavam no interior dessa organização, nas quais se fomentavam a autoridade e a autoria dos livros de medicina, somados todos os benefícios inerentes à condição de associado e o preenchimento dos quesitos de natureza extraprofissional mencionados anteriormente, cooperou na construção de seu “nome”, tornando-o “conhecido”, o que nos leva a considerar que o médico desfrutava de uma certa reputação no seio da sociedade de meados do oitocentos o que conferia ao seu discurso e à suas obras o reconhecimento tanto do ponto de vista da relação médico-paciente quanto literário.

### 2.3- A Construção da Maternidade Higiênica Segundo a *Guia Médica das Mães de Família*.

J.B.A. Imbert anuncia no prefácio da *Guia Médica*, a função proposta pelo seu manual. Segundo ele, a atual publicação vinha preencher uma lacuna provocada pela ausência de uma medicina de diploma. Conforme declara, a obra de medicina doméstica possuía noções científicas, mas, dispostas de maneira simples e de fácil aplicação<sup>81</sup> colocadas à disposição do ensino das mães e das gestantes. Apresentava um “código higiênico” que deveria ser observado durante todas as fases da gravidez, puerpério e primeira infância.

Ao apresentar a obra, o doutor afirma que apenas reproduziu os “preceitos geraes que outros escriptores mais hábeis têm dado muitos annos [...] sobre a hygiene que respeita ao estado de gravidez”<sup>82</sup>. De acordo com ele, a originalidade em relação aos manuais anteriores à *Guia Médica*, consistia em expor tais preceitos com simplicidade e modéstia, não guiados por “vistas científicas” a fim de facilitar o entendimento do leitor, de modo que qualquer pessoa menos instruída nos assuntos científicos conseguisse fazer uma leitura proveitosa de sua obra, o que de certa forma, também representava os anseios de outros escritores de manuais de medicina doméstica do período das Luzes. Vera Beltrão Marques (2003:1) afirma que os autores desses manuais eram “unânimes em afirmar que suas recomendações eram fáceis, sumamente aplicáveis e visavam impedir os charlatães de explorar e enganar o povo”. Essa realidade foi reconhecida pelo próprio Tissot que declarou que seu desejo era que a Medicina fosse praticada somente por médicos, porém, como isso não era possível naquele momento, era sua tarefa e de seus pares remediar tal problema, oferecendo uma obra que segundo ele “pessoas caritativas, e inteligentes se valerão dela, ainda em moléstias gravíssimas, e a minha maior complacência será, se continuar a saber, que contribue para mitigar os males, e prolongar a vida dos meus semelhantes”<sup>83</sup>.

O texto prefacial é bastante rico e já nos permite perceber o teor da obra. Ele nos conduz a uma instigante curiosidade por conhecer os aspectos da maternidade idealizada por Imbert. Por meio da educação “poderiam ocorrer às necessárias reformas sociais perante o signo do homem pedagogicamente reformado(...)”(BOTO, 1996:21), isto é, seu discurso possuía um objetivo: a construção de uma maternidade orientada pelos princípios higiênicos e tutelada por

---

<sup>81</sup> IMBERT. *Guia Médica das Mães de Família*. op.cit.,p.10-11;

<sup>82</sup> *Ibidem*, p.12;

<sup>83</sup> TISSOT, Samuel Auguste André David. Tomo I, Lisboa: Officina de Filippe da Silva e Azevedo,1786, p. XXVIII. Disponível em: <https://books.google.es/books?id>, acesso em 15 de março de 2018;

uma mãe capaz de responder pela formação física e moral da criança. O “código higiênico”<sup>84</sup> proposto por Imbert e as mães leitoras de a *Guia Médica* são elementos indissociáveis.

Inicialmente, um ponto em particular, chama-nos a atenção: Imbert repreende as mães que por pensarem que os cuidados maternos eram suficientes para assegurar a saúde das crianças, não as submetia aos princípios da Medicina. Esses cuidados não eram sinônimos de uma teoria higiênica, afirma ele, resumia-se a costumes passados de mãe para filha (IMBERT, 1843:16). O médico introduz os princípios da Higiene, que, como ramo da Medicina, seria capaz de contribuir para o progresso e conservação da raça humana, e pelo consequente aumento populacional.

O pensamento de Imbert representa as ansiedades de uma época, onde a mortalidade infantil constituía um dos reflexos da preocupação com o bem-estar das populações, que tomou forma a partir dos setecentos (PITA, 2006). Phillippe Àries (1981) e Elisabeth Badinter (1985) dissertam sobre isso, ao apontarem que o sentimento de maternidade constitui uma construção relativamente recente da sociedade ocidental, desenvolvido gradativamente a partir do discurso médico e filosófico do século XVIII. Em seu estudo, Àries buscou afirmar que as crianças eram consideradas seres à parte das outras pessoas e que mal possuíam alma. Segundo ele, a sociedade tradicional pouco via a criança. A infância era reduzida ao seu período mais frágil. Logo que o “filhote do homem” adquirisse algum desembaraço físico, era logo misturado aos adultos. A passagem da criança pela família era muito breve para que a sensibilidade fosse despertada conforme atestado por Buchan ao discorrer sobre o sentimento de indiferença em relação aos infantes no século XVIII: “!Quanto trabajo y gasto se emplea para sustentar un viejo trémulo que vivirá pocos años!Y mil de aquellos que pueden ser útiles em la vida han de perecer sin ser mirados?”.<sup>85</sup>

A fragilidade da vida infantil provocada pelas condições higiênicas da época justificaria a ausência de um sentimento de cuidado por parte das mães, defende Àries. Já Badinter questiona essa afirmação, sugerindo que era justamente a falta de apego das mães, o causador do alto índice de mortalidade. A autora assinala ainda, que algumas preocupações surgidas nos setecentos contribuíram juntamente para uma mudança nos cuidados com a infância: discurso

---

<sup>84</sup> Este “código higiênico” será melhor exposto mais adiante;

<sup>85</sup> BUCHAN, William. *Medicina Doméstica*. Tomo I. Madrid: Imprensa Real, 1785, p.8. Disponível em: <https://archive.org>;

econômico, baseado em dados demográficos que sugeria um declínio populacional na Europa, provocado dentre outros fatores, pela mortalidade infantil e um discurso liberal que defendia ideais de liberdade, igualdade e felicidade individual. No entanto, de acordo com ela, foi no século XIX que essa preocupação atinge seu ápice, alterando de forma significativa a imagem da mãe, seu papel e sua importância (BADINTER, 1985:145).

A atenção aos infantes tornou-se pauta da Higiene, e as mães como responsáveis diretas por seu cuidado, passaram a ser destinatárias de boa parte dos manuais de medicina doméstica a partir desse período, preocupação que perdurou até primeiras décadas do século XX. Os médicos acreditavam que o amor da mãe não era suficiente para uma boa formação dos filhos. Assim, como portadores da verdade científica propunham-se a ensinar os princípios higiênicos a fim de garantir crianças saudáveis, dirimindo dessa forma, os efeitos da mortalidade. Ana Paula Vosne Martins salienta que a partir do século XIX, o tom de alerta se eleva com a queda da natalidade entre as classes altas europeias; criar filhos não poderia ser deixado à boa vontade dos pais. Os médicos deveriam servir de guia (MARTINS, 2008). Tal postura se consolidou em finais desse século sob o conceito de *maternidade científica*. Segundo Rima Apple (1995) este conceito tomou forma a partir da década de 1890 nos Estados Unidos e serviu para representar o impacto que a ciência e a medicina tiveram na vida diária das mães, transformando drasticamente as práticas maternas. Maternidade científica constituía a habilidade científica adquirida pela prática dos conselhos médicos que visavam a criação de filhos saudáveis (p.161). Envolveu além das mães, diversos profissionais, tais como: educadores, analistas sociais, médicos, entre outros. Mais tarde, no século XX, essa ideologia apresentou uma contradição: a mulher tornou-se responsável pela saúde e bem-estar de suas famílias, porém, foi-lhe negado o direito sobre a educação infantil. Foram responsáveis pela criação dos filhos, mas, incapazes dessa responsabilidade. No Brasil, de acordo com Maria Helena Machado (2012) esse conceito teve como um dos seus principais desdobramentos, a reprovação da figura do escravo, sobretudo da escrava, no âmbito do lar, por meio da crítica à amamentação mercenária. Os médicos condenavam, a partir de seus discursos, o emprego das amas escravas sob a crença de que seriam portadoras de doenças responsáveis pela mortalidade infantil, tais como, a febre amarela, varíola, cólera, sífilis, tuberculose, malária, sarnas, lepra, entre outras. Além disso, elas seriam veículos de transmissão de germes responsáveis por diversos vícios, entre eles, a promiscuidade.<sup>86</sup>

---

<sup>86</sup> Esse debate será aprofundado mais adiante, destacando o posicionamento de Imbert sobre o emprego de amas escravas no aleitamento;

A *Guia Médica* está inserida nesse processo. Imbert disserta a respeito de temas pertencentes à Higiene e que também foram recorrentes em boa parte dos tratados médicos de finais dos XVIII e XIX (FERREIRA, 2000).<sup>87</sup> A atenção ao ar, ao clima, os exercícios, a alimentação e todo o regime relativo à gravidez, ao parto, bem como os cuidados com o bebê no pós-parto: o enfaixamento, o asseio, aleitamento (envolvendo a discussão sobre o uso das amas de leite), e a e vacinação são tópicos abordados no manual. Tais temas também foram parte constituinte da pauta de uma agenda médica que tinha como preocupação “a profilaxia das doenças contagiosas, (...) o estudo da atmosfera, das águas, das habitações, dos hospitais, das prisões, dos portos, da alimentação, das atividades físicas e da higiene pessoal” (BARRETO, 2005:29). Deve-se destacar a preocupação do médico em ressaltar que todos os conselhos ali contidos passavam pelo crivo da Higiene que, assegura ele, seria responsável, por evitar maiores prejuízos às gestantes, bem como a morte de crianças. Antônio Gomes Ferreira afirma que, embora as obras de puericultura não apresentassem ideias muito originais, “estes médicos pensavam na racionalidade das práticas usadas ou recomendadas com base numa modernizante postura crítica e indagadora (FERREIRA, 2003:12).” A nova ciência ditava a redação dessas obras, e isso o doutor Imbert fazia questão de evidenciar em a *Guia Médica*.

Na apresentação do livro, o médico procura respaldá-lo mencionando os feitos da Higiene que será a condutora de seu discurso. De acordo com ele, a ciência é a responsável por todas as questões relativas à salubridade pública e o bem-estar dos indivíduos, não devendo ser negligenciada, o que seria o equivalente a deixar os caminhos abertos para a invasão das epidemias<sup>88</sup>. A fim de justificar seu embasamento científico, o autor faz alusão a essa ciência utilizando referências que a apresentam como própria de “povos civilizados” ou de uma “sociedade civilizada.” O código higiênico apresentado no livro se propunha a fornecer as prescrições médicas necessárias para que a mãe, assim guiada pela Higiene pudesse garantir uma boa saúde tanto para si, quanto ao novo ser que ela gerava.

---

<sup>87</sup> Segundo Ferreira os aspectos relacionados à higiene infantil foram abordados em alguns livros de cunho pedagógico ou inseridos em obras médicas. Alguns importantes tratados médicos ou livros pedagógicos que obedecem ao esquema apontado por Ferreira também foram abordados nesse trabalho. Cf.: BUCHAN, William. *Medicina Doméstica*. Tomo I. Madrid: Imprensa Real, 1785. Disponível em: <https://archive.org>; FRANCO, Francisco de Mello. *Tratado da Educação Física dos Meninos, para Uso da Nação Portuguesa*. Lisboa: Officina da Academia Real das Ciências, 1790; ROSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio, ou da Educação*. 3ª ed. São Paulo: Difel, 1979; TISSOT, Samuel Auguste David. *Aviso ao Povo sobre sua Saúde*. Tomo II. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1777. Disponível em: <https://obrasraras.sibi.usp.br>

<sup>88</sup> IMBERT. *Guia Médica das Mães de Família*. *op.cit.*, p.13-14;

Em linhas gerais, o código se referia às regras relativas à gravidez até os primeiros anos da infância<sup>89</sup> e todas as noções que envolviam a identificação de doenças e seus possíveis tratamentos. Podemos dividi-lo basicamente em três blocos:<sup>90</sup> gravidez, parto e higiene da infância. Dispostos em temas que perpassam pelos os que acabamos de mencionar, bem como, por àqueles relacionados às patologias cutâneas, patologias de cabeça e tronco, patologias do aparelho digestivo, por um formulário médico com as medicações indicadas para cada enfermidade, e, por fim, por um adendo sobre homeopatia.<sup>91</sup>

### **Gravidez**

No capítulo um, o autor pontua os elementos que ele passa considerar no código higiênico assim por ele denominado. Esses elementos, como influentes no estado gravídico, deveriam ser observados durante essa fase. O ar, o clima, os exercícios, vestimenta, banhos e o sono constituem alguns dos dados que deveriam ser considerados na anamnese. Segundo Flávio Edler, o bom médico examinava:

os *circunfusa* (meteorologia, hidrologia, geologia, climas e habitações), os *ingesta* (alimentos e bebidas), os *excreta* (excreções e banhos), os *applicata* (vestimentas e cosméticos), os *percepta* (costumes, sexualidade, higiene pessoal) e, por fim, os *gesta* (movimentos habituais, atividades profissionais). (EDLER, 2001:103)

O humoralismo grego tornou-se o mais usual esquema explicativo da saúde e da doença disponibilizado a médicos e leigos até a sua gradativa substituição durante o século XIX. Nele, a abordagem é sempre realizada em relação ao paciente como um todo, como apontado por Edler. Nesse esquema, dois elementos foram apropriados pela medicina ocidental e que também podemos observar no pensamento de Imbert: o equilíbrio e a moderação. Tal abordagem via a

---

<sup>89</sup> O médico se limitou aos primeiros quatro anos da infância afirmando que estava acima de sua capacidade acompanhar o desenvolvimento físico e intelectual da criança, após esse período, devendo ficar ao encargo das mães essa tarefa. Cf. (IMBERT, 1843:83);

<sup>90</sup> Optei por essa classificação a fim de facilitar a compreensão do conteúdo referente ao código higiênico proposto por Imbert. Tal classificação não corresponde à divisão de capítulos descrita no tópico “Estrutura Textual”. Nessa divisão, o autor aloca os “sinais da prenhez” como um capítulo específico (capítulo sete), no entanto, ele não justifica o motivo dessa divisão, já que os temas referentes à gravidez se encontram reunidos no capítulo um.

<sup>91</sup> Não faz parte dos objetivos deste tópico referenciar cada um dos temas mencionados nessa classificação, mas, demonstrar quais os principais aspectos que compõem o referido código que podem estar diretamente imbricados ou não com esses blocos e, sobretudo, como ele auxiliou na construção da maternidade desenvolvida em a *Guia Médica*.

saúde como resultado do equilíbrio dos humores. Já o desequilíbrio, como sendo o excesso ou a carência desses, o que provocaria o surgimento das doenças<sup>92</sup>.

Dentre os elementos que compunham as propriedades dos humores, o dr. Imbert destacava o ar e o clima como os influxos que poderiam atuar de forma mais significativa no quadro gestacional. Para ele, se as propriedades desses elementos atmosféricos estivessem em excesso ou em falta, poderiam levar uma pessoa à morte.

O campo era o melhor local para se respirar o ar puro, ao contrário das cidades em que o ar se encontrava “viciado”, provocando malefícios à gestante, como: vertigens, náuseas, dores de cabeça, etc. Recomendava que as mulheres que não pudessem deixar as cidades, deveriam se abster de frequentar locais onde havia reuniões de pessoas. Da mesma forma, para que evitassem se expor à temperatura não muito quentes ou frias, o que também causaria danos à sua saúde. A insalubridade das habitações devido ao clima do país também constituía outro agravante mencionado pelo médico<sup>93</sup>.

Considerava-se sobre o ar de um lugar:

é um caldo pavoroso no qual se misturam as fumaças, os enxofres, os vapores aquosos, voláteis, oleosos e salinos que exalam da terra, e, se for o caso, as matérias fulminantes que ela vomita, a morrinha que sai dos pantanais, os insetos minúsculos e seus ovos, animálculos espermáticos, e, muito pior ainda, os miasmas contagiosos que se elevam dos corpos em decomposição. (CORBIN, 1987:21)

Assim define Alain Corbin a crença sobre a composição do ar, e seus estudos científicos cada vez mais em ascensão na Europa após a metade do século XVIII. De acordo com ele, o conjunto dessas convicções que geraram uma vigilância atmosférica foi sustentada pela medicina neo-hipocrática que suscitou a epidemiologia do Antigo Regime. Hipócrates e seus discípulos pontuaram a influência dos ares e dos lugares no desenvolvimento do feto, na formação dos temperamentos, na gênese das paixões, entre outros<sup>94</sup>.

Foucault (1979:87) denominou de “medo urbano” o receio que surgiu nesse período pela construção das oficinas e das fábricas, do amontoamento das populações, das epidemias,

---

<sup>92</sup>William Bynum divide o sistema de humores da seguinte forma: Os quatro humores eram compostos pelo sangue, bile amarela, bile negra e fleuma. Eles incorporavam uma teoria de temperamentos que servia de guia para a personalidade humana e a suscetibilidade a doenças. As propriedades dos humores: calor, frio, seca e humidade, auxiliavam na leitura das doenças e do ciclo de vida do indivíduo. Cf. (BYNUM, 2011:16, 20-22);

<sup>93</sup> IMBERT. *Guia Médica das Mães de Família. op.cit.*, p.23-24;

<sup>94</sup> Cf. HIPPOCRATES. *Tratado sobre os Ares, as Aguas e os Lugares*. Tradução de Lucas Alexandre Boiteux. Bibliotheca Positivista. Rio de Janeiro: s.ed, 1930. Disponível em: [www.fgv.br/cpd/doc/acervo/arquivo-pessoal](http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/arquivo-pessoal);

dos cemitérios, dos esgotos e todos os todos pântanos que são frutos de uma inquietude político-sanitária. Imbert não se distancia desse pensamento. As suas recomendações em relação ao ar e ao clima são também herança do arcabouço acadêmico adquirido em Montpellier que, de acordo com Louis Dulieu (1990)<sup>95</sup> tinha na Higiene uma das disciplinas mais importantes do curso de Medicina da universidade. Ocupando-se do ar e de outras questões sanitárias, transcorria pelas preocupações biológicas, psicológica e sociais. A disciplina propunha uma visão totalizadora do indivíduo que possuía entre os seus objetivos principais, a promoção das condições adequadas à saúde da população.

A Academia Imperial de Medicina, da qual Imbert fazia parte, empenhou-se por adaptar a agenda higienista para a realidade brasileira, reinterpretando os tratados médicos europeus, criando assim uma cultura médica local, a partir da moldagem do conhecimento médico produzido na Europa às condições climático-telúricas do país (EDLER, 2001:112-113). Verificamos essa tendência refletida na *Guia Médica*, onde Imbert avalia a frágil constituição física das mulheres brasileiras, justificadas pelo clima, considerando-as praticamente incapazes de amamentar. Tal posicionamento se estende à todas as mulheres brancas, para tanto, ele aconselhava o emprego das amas negras já aclimatadas.

Num breve balanço sobre outros hábitos das mulheres nacionais, Imbert emite críticas sobre a ausência da prática de exercícios e do mau uso de algumas vestimentas. O exercício durante a gravidez seria um dos responsáveis pela boa condução desse período. O esculápio compara as mulheres da cidade com as do campo. As primeiras são apontadas por adjetivos como “nervosas”, “delicadinhas”, cheias de “mil achaques durante a gravidez” por não praticarem exercícios, o que poderia levá-las até à interrupção da gestação. Em suas palavras, as mulheres do campo são as que “mais se conformam com as leis da natureza” e já as da cidade “se afastam quase sempre para sacrificar aos usos sociais, raramente em harmonia, digamo-lo assim, com o código higienico da mulher pejada.” Em suma, a prática de exercícios não visava somente a saúde do feto, ela iria colaborar para o equilíbrio do sistema nervoso de acordo com a crença de que esse se alterava durante a prenhez. Os banhos também foram indicados para auxiliar na diminuição da irritação feminina durante esse período, atuando nesse equilíbrio.

Para a medicina do século XIX, a sensibilidade feminina encontrava-se concentrada no útero. Esse órgão constituía-se na causa ou na razão de toda a existência feminina, ou seja, *tota*

---

<sup>95</sup> Cf. DULIEU, Louis. *La Médecine a Montpellier*. Tome IV. De la Première a la Troisième République. 2ª parte. Avignon: les Press Universelles, 1988-1990 *apud* VIANA. *Corpos Escravizados e Saber Médico*. *op.cit.*, p.53;

*mulier in utero*.<sup>96</sup>O útero foi eleito o órgão central do corpo da mulher, exigindo toda a atenção da classe médica. No discurso médico iluminista, o determinismo biológico e a centralidade do útero são partes indissociáveis. Multiplicaram-se nesse período, os tratados sobre as doenças uterinas que estabeleciam uma imagem feminina que “vive no limite entre a fisiologia e a patologia, entre a norma e o desvio”(MARTINS, 2000:38-39). Observa-se também um considerável número de teses relativas a temas que abordavam as desordens nos órgãos reprodutores, como por exemplo a clorose e a histeria, que poderiam gerar perturbações em toda a constituição feminina, inclusive problemas mentais. Fatores psicológicos, tais como, os temperamentos, principalmente o nervoso, também poderiam se manifestar em maior grau durante a gravidez, além disso, as gestantes deveriam evitar os “esforços do espírito”, isto é, eram aconselhadas a não pôr em movimento suas faculdades intelectuais senão com uma certa reserva, pois o “cérebro, faz com que fique privado o órgão encarregado do desenvolvimento do feto, o útero”<sup>97</sup>. Isto indica, de modo geral que, o discurso médico de então, propagava a ideia de que o cérebro feminino seria totalmente influenciado pelo útero, existindo assim, uma associação mútua entre o corpo e a moral.

Na *Guia Médica* também foram feitas críticas em relação à vestimenta, todavia, essas não foram tão permeadas por questões morais, se restringindo à julgamentos pelo uso de determinadas roupas ou acessórios que poderiam promover o aparecimento de algumas doenças, tal como a tísica, devido à exposição do tórax às condições climáticas. Os coletes de barbatana, por exemplo, foram considerados “anti-hygienicos”, por apertarem o ventre, não permitindo um desenvolvimento normal do feto<sup>98</sup>.

Os temas presentes na *Guia Médica* tratados até aqui, também constituíram algumas das preocupações de importantes livros de medicina doméstica ou livros de avisos médicos no século XVIII. Esses últimos, eram comuns na literatura médica inglesa e eram caracterizadas sobretudo, por uma linguagem voltada para um regime de prevenção (SMITH, 1986). Segundo Rosenberg, até meados do século XVIII, os livros de saúde para leigos se desdobraram em duas amplas categorias: Os livros sobre regime e longa vida e, os que consistiam em receitas ou listas de medicamentos e suas respectivas aplicações no tratamento doméstico de determinadas

---

<sup>96</sup> Expressão em latim que significa “toda mulher é o seu útero” comumente utilizada nos livros de medicina a partir de finais do século XVIII. Segundo Lucila Scavone, essa definição se apoiava-se em um determinismo biológico para justificar uma posição subalterna das mulheres no conjunto das relações sociais. Cf.(SCAVONE, 2004);

<sup>97</sup> IMBERT. *Guia Médica das Mães de Família*. op.cit., p.29;

<sup>98</sup> *Ibidem*, p.27;

doenças. Tais textos se referiam muito mais a uma filosofia moral do que à tratados médicos (ROSEMBERG, 1983:23). Verificamos a recorrência de alguns desses temas em duas importantes obras citadas abaixo:

Em *Medicina Doméstica*, de 1785, vemos Buchan afirmar a respeito da incapacidade de algumas mulheres de procriar. Isso se devia:

Las mujeres de constitucion delicada, afligidas de pasiones históricas, ó de otras enfermedades nerviosas, son malas para criar. Estas incomodidades son tan comunes em el dia, que com dificultad se encontrará muger á la moda, que se halle libre de ellas; y así aunque quieran hacerlo están realmente impossibilitadas de darles el pecho sin danarlos<sup>99</sup>.

As impossibilidades não se restringiam às características morais, mas a todo o regime higiênico recomendado pelos médicos:

Las madres que no comem suficiente alimento sólido, ni disfrutan del beneficio del ayre libre y exercicio, [...] no pueden ministrar buena leche á sus hijos. De esto nace que los niños, que han mamado de uma mujer achacosa, ó mueren pronto, ó son débiles, y están enfermos, toda su vida<sup>100</sup>.

Já em 1790, temos a obra intitulada *Tratado de Educação Fysica dos Meninos para Uso da Nação Portuguesa* que alcançou uma significativa expressividade em terras luso-brasileiras, e é considerada uma obra de referência pois, é apontado como o primeiro manual lusófono de puerícia. Nela, semelhantemente a Imbert, Francisco de Mello Franco, autor da obra, acreditava que a sensibilidade feminina aumentava durante a gravidez, portanto, a mulher deveria ter cuidado na alimentação, dedicando mais tempo ao sono e ao descanso, pois esses constituíam os melhores calmantes indicados para a sensibilidade dos nervos. A violência das paixões devia ser evitada, assim como, todas as situações de tristeza, cólera ou até mesmo a alegria excessiva<sup>101</sup>.

A associação da saúde com os princípios preconizados pela ciência higiênica também estava presente no tratado. De acordo com ele, o ar puro, os locais abertos influenciam ou contribuem para a conservação da vida animal. Dessa forma, as pessoas, sobretudo, as grávidas, deviam procurar as ruas largas e limpas, os bairros elevados, as casas distantes dos cemitérios e de fábricas que infectam o ar com a emanção de suas substâncias.

---

<sup>99</sup> BUCHAN. *Medicina Doméstica. op.cit.*, p.3;

<sup>100</sup> *Ibidem*;

<sup>101</sup> FRANCO, Francisco de Mello. *Tratado da Educação Fysica dos Menino, para Uso da Nação Portuguesa*. Lisboa: Officina da Academia Real das Ciências, 1790, p.7,10;

Além dos manuais mencionados, temos as teses da Faculdade de Medicina que também podem nos fornecer subsídios para a análise dos preceitos higiênicos aplicáveis à maternidade. Foram selecionadas inicialmente, teses abrangendo o período compreendido entre 1833 a 1850. Tal seleção acompanhou o lapso temporal da produção da *Guia Médica* e do *Manual do Fazendeiro*<sup>102</sup>.

Tabela 1- Teses da Faculdade de Medicina relacionadas as temáticas: gravidez, parto, aleitamento e cuidados com a primeira infância (1833-1849):<sup>103</sup>

Referência		
<b>1833</b> XAVIER, Francisco Júlio - Considerações sobre os socorros que se devem prestar aos meninos do nascimento e sobre as vantagens do aleitamento materno	<b>1842</b> PORTO, Francisco José da Silva - o aleitamento.	<b>1847</b> MORAES, Francisco Gonçalves de - Partos. MEIRELLES, Zeférino Justino da Silva - Breves considerações sobre as vantagens do aleitamento materno.
<b>1838</b> BRETAS, Agostinho José Ferreira - A utilidade do aleitamento materno e os inconvenientes que resultarão do desprezo deste dever. REGO, Pedro da Silva - Os cuidados que reclama a mulher depois do parto natural.	<b>1843</b> MATTEZ, Luiz Manoel de - Acerca da hygiene da mulher durante a prenhez. FERREIRA, José Sergio - O aborto, precedido de algumas considerações a respeito da hygiene da mulher pejada. BORGES, João de Carvalho - Partos.	<b>1848</b> VEDEIROS, José Henrique - A mamentação matema é quase sempre possível.
<b>1840</b> LEITÃO, Antonio Gonsalves d'Araujo - Sobre a hygiene da infância. NUNES, Francisco Antonio - Rupturas do utero durante o trabalho de parto. PACHECO E COSTA, Thomas José Xavier dos Passos - Os cuidados que se devem prestar aos recém-nascidos quando vem no estado de saude e sobre as vantagens do aleitamento materno.	<b>1844</b> ARAÚJO, José Augusto Cesar Nabuco de - Acerca da utilidade do aleitamento materno e dos males provenientes do preso deste grandioso dever.	<b>1849</b> CORREA, José Joaquim dos Santos - Algumas considerações sobre a lactação materna.
<b>1841</b> SIQUEIRA, Joaquim Alexandre de - O parto  SAMPALIO, Francisco Sabino Coelho de - Preceitos relativos a mulher durante o estado de gravidez.	<b>1845</b> SANTOS, Angelo Custodio dos - Os preceitos higienicos relativos à mulher no estado de prenhez.	

Fonte: Centro de Ciência da Saúde-CCS/UFRJ

Vejamos alguns trechos:

<sup>102</sup> Para essa análise, me apoio na pesquisa de Fabíola Rodhen. A autora contabilizou 7152 teses relacionadas à sexualidade e reprodução entre os anos de 1833 a 1940. Esses temas foram divididos em vertentes, das quais, a ginecologia/obstetrícia e as questões médico/sociais são as mais relevantes aqui. Temáticas tais como: menstruação, doenças do aparelho reprodutor feminino, parto, prenhez, gravidez, puerpério, histeria, entre outras, compunham os desdobramentos dessas vertentes e também constituíam os principais assuntos de franco interesse para a medicina e nos fornecem uma significativa amostra do pensamento médico oficial daquele momento. Cf (RODHEN, 2009).

<sup>103</sup> A tabela é composta por 18 teses relacionadas à gravidez, parto, aleitamento e cuidados com a primeira infância. As teses se encontram disponíveis na Biblioteca da Casa de Oswaldo Cruz -COC/FIOCRUZ.

Sobre a constituição da mulher e a influência dos fatores atmosféricos sobre sua saúde, Pedro da Silva Rego assegura:

Essas diferenças na organização da mulher não são como se poderiam crer, o resultado de sua educação, e de sua maneira de viver; e com quanto estas causas possão, assim como a influencia dos climas, os caracteres distinctivos são assaz comuns, e geraes, para nos convencer, de que eles são o efeito de huma disposição originaria e innata á sua natureza. Ora, se isto he assim, se o físico e o moral estão huma dependência recíproca claro he que as diferenças orgânicas do sexo devem influir sobre sua maneira de sentir, e de pensar.

(...) todas estas variações estão subordinadas, nos parece, á influencia, de temperamentos, idade, clima, temperatura; e outras circunstancias, que podem influir no organismo da mulher<sup>104</sup>.

José Joaquim F. Monteiro Barros e Dr. Luiz Vianna D’Almeida Yalle, afirmam sobre essa mesma influência:

O ar atmosférico, agente indispensável e essencial da respiração, esse alimento da vida, como diz Hyppocrates, (...), pode ser causa de muitos males em certas circunstancias. As mulheres, sendo naturalmente mais sensíveis, mais impressionaveis, e tendo os pulmões menos desenvolvidos (...) sentem por isso mesmo com mais intensidade a influencia das vicissitudes atmosféricas (...) <sup>105</sup>.

Ninguém ignora a influencia dos climas, o regimem, os costumes dos paizes em que se habita, a educação physica e moral, as circunstancias favoráveis ou desfavoráveis, as revoluções operadas pela idade e outras muitas causas capazes de decidir do temperamento do indivíduo [...]. Precedendo estas considerações, vejamos qual é o temperamento a mulher na época em que ella é capaz de todas as funções para as quaes a natureza a tem destinado; época em que o principio da vida que reside em seus órgãos uterinos influe prodigiosamente sobre todo o resto da economia viva. <sup>106</sup>

No tocante à Higiene, a tese abaixo assinalava:

“A hygiene d’esta época da nossa vida merece muita consideração; porquanto he ella, que vai plantar os alicerces de huma existência feliz, he ella, que fará gozar hum lisonjeiro porvir”. “(...) He pois a Hygiene huma parte das Sciencias médicas assaz importante, he hum ramo de moral he (segundo Rosseau) hum virtude. Feliz o povo que lhe presta cultos, e que cegamente obedece ás suas leis”<sup>107</sup>.

---

<sup>104</sup> REGO, Pedro da Silva - *Os cuidados que reclama a mulher depois do parto natural*, Centro de Ciência da Saúde-CCS/UFRJ, 1838, p.7-8;

<sup>105</sup> BARROS, José Joaquim Ferreira Monteiro. *A Mulher, e sua Diferença do Homem; e sobre o Regimem que deve seguir no Estado de Prenhez*. Centro de Ciência da Saúde-CCS/UFRJ, 1845, p.16;

<sup>106</sup> YALLE, Luiz Vianna D’Almeida. *Mulher e Matrimonio Medicamente Considerados*, Centro de Ciência da Saúde-CCS/UFRJ, 1847, p.13;

<sup>107</sup> LEITÃO, Antonio Gonsalves d’Araujo - *Sobre a hygiene da infância*., Centro de Ciência da Saúde-CCS/UFRJ, 1840, p.6;

Embora escrita há mais de cinquenta anos após manuais europeus de fins dos setecentos aqui citados, verificamos a anuência da *Guia Médica* às teorias higiênicas vigentes. Essas teorias também permeavam o ensino médico no Brasil, como percebemos através das teses que foram produzidas durante o período selecionado, onde a maternidade, estabelecida como função primordial da mulher, foi constituída como um campo de constante de debates. Esse cenário nos ajuda a construir o conceito do doutor Imbert sobre o tema em questão.

### ***Parto***

No século XIX, a madre ou útero foi constituída em um território de saberes e de discursos científicos que ecoaram na medicina favorecendo, o surgimento e a consolidação da Ginecologia e da Obstetrícia como ciências preocupadas com a fisiologia e a patologia dos órgãos sexuais femininos e suas funções. No Brasil, o progresso dessas especialidades médicas esteve atrelado a criação das escolas de medicina e no ano de 1809, a arte obstétrica já era lecionada no Rio de Janeiro sob o nome de “Moléstia das mulheres pejudadas e meninos recém-nascidos” e como parte integrante do currículo das escolas do Rio de Janeiro e Salvador.

O desenvolvimento dessas especialidades corroborou com o delineamento dos discursos de que as mulheres eram dominadas pelos seus órgãos reprodutivos e que esses eram responsáveis por todo o funcionamento de seus corpos. Esses discursos já vinham sendo esboçados desde os finais do século XVIII, ao passo que, se estabeleciam os preceitos que ordenariam o fisiológico e a moral.

Embora Imbert não tenha se ocupado muito em tratar das questões relativas ao parto em a *Guia Médica*, como foi citado no início desse capítulo, seus comentários podem nos despertar curiosidade, pois, suas recomendações se restringiram apenas à observação das “leis higiênicas”, ou seja, para ele, todas as mulheres que não as infringiram durante a gravidez teriam um bom êxito nesse momento. Em um tom romântico e religioso, o doutor evoca o amor maternal que seria o condutor de tão nobre missão.

A brevidade desses comentários em a *Guia Médica* pode passar despercebida ao leitor não conhecedor do J.B.A.Imbert, proprietário de escravos e autor do *Manual do Fazendeiro*. Nesse manual, o autor faz duras críticas às práticas supersticiosas empregadas no ato do parto. Essas críticas estavam endereçadas a todas às parteiras que auxiliavam as mulheres naquele

momento. Segundo ele, todas as parturientes de qualquer classe social estavam sujeitas às suas ações e seus “erros supersticiosos. Dessas parturientes, poucas tinham a felicidade de não estarem sob a sua “perigosa dependência”<sup>108</sup>isto é, aquelas que possuíam as condições de ter ao seu lado um médico ou uma parteira experimentada<sup>109</sup>.

A imagem da parteira, fora sempre associada à uma figura “ignorante, analfabeta, sem moral, responsável pela morte de mães e recém-nascidos devido à falta de qualificação profissional”.<sup>110</sup>Segundo Enrereich & English (1981) durante toda a Idade Média europeia, era clara associação entre as bruxas e as parteiras. A Igreja, como legítima defensora do conhecimento médico oficial, denunciava como heresia todos os tratamentos efetuados por não profissionais: “Uma mujer que tine la osadía de curar sin haber estudiado es una bruja y debe morir”(p.19).

No Brasil, até o Primeiro Reinado, as parteiras eram chamadas de “aparadeiras” e mais tarde “assistentes”, sem, contudo, “alterar seu precário ofício, sempre relegado à pretas velhas e a ‘curiosas’(ALENCASTRO, 1997:71).

A má reputação das parteiras pode ser aqui também verificada através de tese apresentada por Francisco de Paula Costa à Faculdade de Medicina em 1841:

Quanto ás nossas parteiras, como os males que a sua ignorância produz são por assim dizer, duplos, matando muitas vezes a mãe e o filho, justo he que no detenhamos hum pouco. Mulheres, de ordinário, nascidas em uma classe mui baixa da sociedade, imbuídas de grave preconceitos, despidas de todos os conhecimentos, ignorando mesmo algumas vezes o lêr e o escrever, cuja mocidade foi estragada nos deboches e prazeres: taes são o character, condição e sciencia d’aquellas a quem he permitido entre nós, o exercício da difficil e laboriosa arte obstetrica!!!<sup>111</sup>

As dificuldades quanto ao ofício também auxiliavam na construção da imagem da parteira. Segundo Luis Felipe de Alencastro, quando uma “aparadeira” saía para exercer sua função, quase sempre havia um luto: ou de uma mãe ou de um nascituro (ALENCASTRO,

---

<sup>108</sup> IMBERT. *O Manual do Fazendeiro. op.cit.*, p.250;

<sup>109</sup> Cf. nota nº28 sobre o possível significado do termo “parteiras experimentadas”;

<sup>110</sup> Cf. (MOTT, 1999). Nesse artigo, Mott discute a construção da imagem da parteira ignorante. Segundo ela, essa imagem é decorrente da falta de qualificação profissional, e é encontrada não apenas na literatura médica brasileira do século XIX, como também na de vários países, tendo sido incorporada por historiadores e sociólogos do século XX. Para sustentar sua hipótese, a autora utilizou vasta documentação, incluindo, memórias, teses, livros de medicina para leigos, tratados de obstetrícia, entre outros, que demonstram solicitações de parteiras para realização de exames e obtenção de cartas para o exercício profissional.

<sup>111</sup> COSTA, Francisco de Paula. *Algumas Considerações sobre o Charlatanismo em Medicina.*, Centro de Ciência da Saúde-CCS/UFRJ, p.18;

1997:72) muitas vezes, devido ao mal-de-sete-dias ou ao tétano umbilical. Sendo muito comum no país os cultos à Nossa Senhora do Amparo, Nossa Senhora da Luz e Nossa Senhora da Glória, todos ligados à ideia de proteção ao parto.<sup>112</sup>

Já Adrian Wilson em *Participant or patient? Seventeenth century childbirth from the mother's point view* (1986) assinala que o ofício das parteiras não se restringia à orientação sobre posturas das mulheres no momento do parto, no uso da força, ou de deixar o ato ocorrer naturalmente. Elas poderiam também utilizar-se de ervas medicinais ou até de mágicas e encantos. De fato, esse era um dos fatores que mais incomodavam J.B.A.Imbert.<sup>113</sup> Na seção II do capítulo XXXV do *Manual do Fazendeiro*, ele relata com indignação todas as ações que as parturientes, nesse caso, as escravas, tinham que se submeter durante o parto: diversas posições, tomar toda a espécie de bebidas e movimentos desnecessários, além de beijar relíquias, usar cordões sujos deste ou daquele santo, rezar rosários, sujeitando-as à sarnas e outros tipos de moléstias<sup>114</sup>. Aqui, suas críticas tinham uma razão específica. O título da seção nos fornece essa resposta: “Do parto, precedido de algumas observações succintas, acerca de certos erros e prejuízos, que tendem a paralisar o progresso da população entre os negros escravos.”<sup>115</sup> Suas recomendações no tocante ao parto das escravas tinham o objetivo de evitar possíveis erros que poderiam levar à morte da mãe ou da criança que ela esperava. Seu proprietário teria então o prejuízo de perder um bem valioso diante de uma conjuntura caracterizada, dentre outras coisas, pela primeira lei do fim do tráfico.<sup>116</sup>

Sobre o fim da escravidão e seus prejuízos, Imbert escrevera:

As tribunas da Inglaterra, de França e da América do Norte, e do Brasil, têm visto levantarem-se vozes eloquentes e generosas, que arrastarão as opiniões todas, e levarão esta convicção aos espíritos; que o XIX século com os seus aperfeiçoamentos não podia por mais tempo tolerar um commercio de carne e

---

<sup>112</sup> Gilberto Freyre ao tratar do assunto em *Casa Grande & Senzala* cita um artigo publicado em 1847 pelo Barão do Lavradio no jornal da Imperial Academia. Nele, o barão faz algumas considerações sobre as causas da mortalidade em crianças nos primeiros meses de vida, apontando entre essas: mau tratamento do cordão umbilical, vestuário impróprio, alimentação desproporcional, insuficiente ou imprópria e o desprezo no princípio das moléstias de primeira infância. Cf. (FREYRE, 2013:450);

<sup>113</sup> Verificamos uma narrativa semelhante na análise de Maria Renilda Nery Barreto sobre manuais portugueses de obstetrícia dos séculos XVIII e XIX. Segundo a autora, os escritores desses manuais não pouparam esforços para culpabilizar as parteiras pelos graves danos à parturiente e ao feto; tais desacertos foram interpretados como desconhecimento das questões relativas à arte de partejar. Cf. (BARRETO, 2007);

<sup>114</sup> IMBERT. *O Manual do Fazendeiro.op. cit.*, p.249;

<sup>115</sup> *Ibidem*, p.48;

<sup>116</sup> A Lei de 7 de novembro de 1831 dispõe em seu artigo 1º: “todos os escravos, que entrarem no território ou portos do Brasil, vindos de fora, ficam livres”. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-14/Legimp-14\\_3.pdf](http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-14/Legimp-14_3.pdf). Acesso em 7 de abril de 2018;

de sangue. As Leis puzerão barreiras á cobiça; mas a Legislação sempre justa e sabia, quando he produto de hum concurso de opiniões que se elevão pela discussão, não póde dar efeito retroactivo á abolição da escravatura. Ella só tem falado ao futuro; nem podia sem injustiça endereçar-se ao passado: fora ofender direitos adquiridos, e causar perturbação e desarranjo de fortunas.<sup>117</sup>

O trecho acima demonstra a opinião do doutor a respeito dos últimos acontecimentos no país que eram reflexos das leis que já tinham sido promulgadas em outros continentes<sup>118</sup>. Sua fala revela resiliência, porém, não conformidade, afinal, seus bens e de outros fazendeiros estavam sendo ameaçados. Segundo Iamara Viana (2016:68), o escravo torna-se um problema relevante diante da possibilidade da abolição, desestruturando patrimônios e ameaçando fortunas. Para ela:

Imbert construiu um discurso privilegiando proprietários, com os quais se identificava. Apresentara um olhar privilegiado, destacando proposições que explicitavam o contexto internacional de rearranjo de interesses, associados à utilização da mão de obra escrava.

Justifica-se então a preocupação de J.B.A.Imbert com o corpo escravo. Sobre essa conjuntura Júlio César Medeiros Pereira, em seu estudo sobre os manuais de fazendeiros e teses de medicina correlacionados a saúde dos escravos de meados do século XIX, retrata a preocupação dos grandes proprietários de terras com a administração de suas fazendas. Para os manuais de fazendeiros examinados pelo autor, a boa administração de uma fazenda abarcava saúde dos escravos. “Bem ajustados, moldados, conformados e posicionados, os escravos contribuiriam para o sucesso das fazendas”. Com relação aos textos médicos, também objetos de sua análise, a precariedade da saúde dos escravos versava entre os temas de interesse. A mortalidade representava um dos assuntos abordados pelo médico David Gomes Jardim em 1847. Conforme o médico, razões da mortalidade não poderiam se resumir às mudanças climáticas e atmosféricas, mas, em sua ótica, elas estavam relacionadas à má alimentação, consumo de bebida alcoólica por parte dos escravos, falta de uma vestimenta adequada, trabalho excessivo, falta de repouso e moradia ou local de repouso precário. Dessa forma, aconselha os proprietários a observar todos esses aspectos a fim de que seus escravos não sofressem com uma saúde tão deteriorada por causa da escravidão (PEREIRA, 2016:117).

---

<sup>117</sup> IMBERT. *O Manual do Fazendeiro. op.cit.*, p.XII;

<sup>118</sup> Sobre o contexto pós lei de 1831, Rafael Marquese (2008) ressalta as ações tomadas por cafeicultores e seus representantes ao demandar nos espaços de discussões públicas no Império a anulação da lei de 1831, no que operaram em estreita articulação com o grupo político do Regresso que reconfigurou as bases institucionais do Estado brasileiro entre 1837 e 1841. Tais ações foram responsáveis, em grande parte por uma prática sistemática do tráfico ilegal em números equivalentes aos da década de 1820. Os números observados entre 1835 e 1840 foram de cerca de 315.000 africanos ilegalmente escravizados que aportaram no centro-sul do país;

Guardando as reais razões para tal mudança no tratamento para com o escravo, muitas vezes, traduzida de “humanidade” como foi repetidamente citada por Taunay (2001) em seu manual, podemos confirmar por meio da análise de Pereira a relevância assumida pelo corpo escravo pós lei de 7/11/1831. Retomando as preocupações do dr. Imbert, como senhor de escravos, julgava necessário tomar alguma medida. Para tanto, conclamava os fazendeiros para que ponderassem de acordo com seu interesse, sendo cautelosos e vigilantes com relação as práticas escravas utilizadas no parto e pós-parto que poderiam levar a morte de indivíduos, ou melhor, a diminuição do patrimônio. Aconselha seus pares a tomarem a iniciativa, nesse caso, fazendo eles próprios o parto das escravas através das orientações fornecidas em seu manual (IMBERT, 1839:251) e em caso de dificuldade, um cirurgião ou uma parteira experimentada deveria ser chamada o mais rápido possível.<sup>119</sup>

A compreensão do contexto vivenciado por J.B.A.Imbert nos permite analisar a possível razão da sua diminuta atenção ao parto das mães de a *Guia Médica*. Essas mães, mulheres brancas sujeitas aos preceitos higiênicos, assim como Imbert o afirmou, tinham suas crias muito menos propensas à mortalidade do que as das negras, entregues ao abandono, e sem acesso aos cuidados médicos. Imbert pede que seus leitores, em sua maioria, as mães a quem ele se refere, confrontem essa realidade e verifiquem qual a classe que mais padece com a mortalidade. O atendimento à Higiene seria responsável pelo “progresso, conservação da raça humana e pelo aumento da população”. As leitoras de a *Guia Médica* não constituíam uma preocupação maior pois, em tese, elas teriam acesso aos benefícios da higiene proporcionados pelo manual. Além disso, poderiam estar sob os cuidados de uma parteira experimentada ou de um cirurgião, figuras que, de certa forma, eram toleradas pela medicina oficial. Com respeito as escravas, o médico declara: “As negras que acabão de parir, isto he, que acabão de aumentar o capital do seu senhor (...)”<sup>120</sup>; seus partos mereciam atenção e o cuidado de seus senhores por se tratarem de uma questão econômica como foi evidenciado, envolvendo possíveis perdas diante de um cenário sem garantias de reposição, assim como preconizados na tese de Iamara Viana. Alencastro confirma essa ideia lembrando que os manuais de fazendeiros que versavam sobre os tratamento de escravos adquiriram no Brasil uma peculiaridade: o caráter

---

<sup>119</sup> Sobre o emprego de um cirurgião para a realização de um parto, Adrian Wilson afirma que durante o curso do mesmo, uma segunda ou até uma terceira parteira poderia ser chamada, caso nenhuma delas conseguissem realizá-lo, a mãe poderia morrer. Nesse caso, recorria-se a um cirurgião que com o auxílio de instrumentos tentaria a retirada da criança. Não era comum o uso de instrumentos por parteiras, de acordo como ele. As mulheres poderiam protelar até o ultimo momento para chamar um cirurgião o que colocaria em dúvida a autoridade da parteira. Sua tarefa era entregar uma criança viva, já a do cirurgião seria, muitas vezes, uma já morta. Cf. (WILSON, 1986:137);

<sup>120</sup> IMBERT. *O Manual do Fazendeiro. op.cit.*, p.257;

escrachadamente mercantil. Diante da extinção do tráfico negreiro efetivada em 1850, os autores desses manuais aconselhavam os senhores a resguardar a saúde das escravas grávidas a fim de garantir a reprodução de seu investimento como comprovamos através do “Plano filosófico, moral e higiênico” esboçado por Imbert que uniu a “filantropia leiga dos reformistas europeus aos interesses bem entendidos dos escravocratas.”(ALENCASTRO,1997:78).

### ***Higiene da Infância***

Nascida a criança, outros cuidados agora são prescritos pelo médico. O capítulo dois é dedicado aos cuidados da primeira infância que, segundo o doutor Imbert é um assunto que requer larga dissertação, mas, que o estava impedido pelos limites da obra. Todavia, seria fornecido à mãe todo o conhecimento necessário à conservação da saúde da criança que acabara de vir à luz.

A mortalidade infantil era o grande mal que rondava os primeiros anos de vida e tema constante de diversos tratados médicos do período. Para tanto, o médico reiterava a necessidade imperiosa de uma higiene infantil. O autor aconselhou sobre os primeiros cuidados que devem ser oferecidos no ato do nascimento até os primeiros quatro anos de vida.

Após o parto e a verificação do estado geral do bebê, dá-se o início ao primeiro banho com água morna e um pouco de azeite ou sabão para facilitar a limpeza; caso a criança esteja fraca, cabia o uso de um cozimento de flores aromáticas, como a alfazema, a camomila e o tomilho fervidas num pouco de vinho tinto. A partir desse momento, o médico adverte que os cuidados com o asseio da criança devem ser cuidadosamente considerados para a conservação da saúde, aconselhando o banho duas vezes ao dia.

O sono deveria ser outro aspecto a ser observado pelas mães. Depois de lavada e aquecida a criança, essa deveria ser posta em um ambiente sem muita claridade com circulação de ar puro e temperatura moderada. O colchão feito de crina ou de palha, porém nunca de lã ou de penas por conta do incômodo produzido pelo calor do país.

Um tópico que Imbert dedicou atenção e que foi alvo da sua indignação foi a vestimenta das crianças, mais precisamente, a prática do enfaixamento. O autor reitera que as mães acreditavam que era indispensável apertar fortemente o corpo da criança a fim de sustentá-lo e fortificá-lo. Enrolava-se dos ombros até os pés com uma peça conhecida como *faxão*, deixando a criança tolhida de seus movimentos e que consistia numa verdadeira tortura, afirma o doutor.

Ele recorre à Rousseau e louva seu posicionamento pois, esse faz duras críticas à educação tradicional que utilizava essa prática por medo de que os corpos dos bebês se deformassem pelos constantes movimentos. O filósofo alega que os países que mais enfaixavam as crianças são os que mais possuíam “corcundas, mancos, cambaios, raquíticos e aleijados de todo o tipo” (ROSSEAU, 1979:17). Para Imbert, Rousseau provocou uma “revolução benéfica no espírito das mães”<sup>121</sup> ao aconselhar a utilização de panos mais finos e menos apertados. De fato, por influência direta ou não do filósofo ao promover a ressignificação da criança (WENDT; DALBOSCO, 2012) a antiga prática do enfaixamento foi posteriormente combatida por importantes escritores de livros de medicina de aconselhamento e substituída gradativamente por métodos mais confortáveis para os bebês.<sup>122</sup>

Imbert também trata do tema da vacinação contra o mal da bexiga.<sup>123</sup> Nos casos em que a doença estivesse manifesta nos arredores onde a criança habitava, aconselhava-se a vacinação ainda no primeiro *mês* de vida, ao contrário, de acordo com ele, podia-se esperar até o terceiro ou quarto mês. O manual ainda forneceu às mães um guia detalhado de identificação das características da verdadeira e da falsa vacina.<sup>124</sup>

De todos os temas concernentes a higiene da infância ditados por Imbert, a questão da alimentação da criança foi um dos que mais exigiram do autor uma explanação mais demorada no manual e motivo de alguns esclarecimentos devido seu posicionamento.

Tema de inúmeros debates entre a classe médica, o aleitamento tornou-se pauta constante de diversos tratados médicos, de jornais especializados e até mesmo daqueles dedicados a informação e ao entretenimento. Na *Guia Médica*, esse tema foi introduzido objetivamente sob o título: “Deverá a criança ser amamentada pela mãe, ou por huma ama de leite?”. O autor alega que se trata de um tema grave e que requer um amplo desenvolvimento, e já prepara o leitor, ou mais precisamente, os seus pares, que certamente iriam julgá-lo por sua opinião. De fato, o tema por si só produziu intensas disputas que perduraram até cerca do início do século XX quando a alimentação artificial foi sendo cada vez mais utilizada pelas

---

<sup>121</sup> IMBERT. *Guia Médica das Mães de Família. op.cit.*, p.45;

<sup>122</sup> Cf. BUCHAN, William. *Medicina Doméstica. op.cit* e TISSOT, *Aviso ao Povo sobre sua Saúde. op.cit*;

<sup>123</sup> A bexiga foi o nome dado à varíola, que vitimou a vida de milhares de índios no litoral do Brasil no século XVI, sendo a mais drástica das epidemias no primeiro século de colonização. Há controvérsias sobre as causas da difusão da varíola no litoral no século XVI, embora haja certo consenso que a peste tenha se alastrado na Bahia trazida de um navio vindo de Lisboa no ano de 1562. Todavia, pesquisas na década de 1980 indicaram que a origem da peste foi provavelmente africana, apontando que o vírus teria chegado a partir do tráfico atlântico e grupos mais numerosos de escravos foram sendo introduzidos no país. Cf.(VAINFAS, 2001:77);

<sup>124</sup> IMBERT. *Guia Médica das Mães de Família. op.cit.*, p.60-67;

mães. Os discursos variavam entre a completa condenação e o controle rígido na escolha das amas. Entre os que condenavam, a justificativa apoiava-se na condição social e jurídica das amas, além de associação à transmissão de doenças (MARTINS, 2016).

As raízes da prática do aleitamento infantil por amas de leite são remotas. Jurandir Freire Costa (1983:256) aponta que, dentre essas, talvez uma das mais consolidadas é a que as mães ignorassem que a amamentação materna fosse vital à sobrevivência das crianças. À esse hábito, acrescentavam-se os usos da sociabilidade humana: as modas, as festas e diversões consumiam as energias femininas. O jornal *Ostensor Brasileiro* de 1845, publicado quinzenalmente na Corte já escrevia sobre a radicação dessa prática: “Não se encontrarão em todo o Império cinco mães que, pertencendo à classe elevada, aleitem seus filhinhos[...] não se encontrarão dez na classe média (...) não será coisa fácil apontar vinte na classe baixa”.<sup>125</sup> Desse modo, é possível verificar a amplitude do mercado do negócio das amas de leite na economia nacional.

No mundo europeu, assim como sustentado por Philippe Àries, Edward Shorter afirma que, entre a gente comum, categoria da qual se ocupa a sua pesquisa, a despreocupação tradicional em relação às crianças persistiu até pelo menos ao último quartel do século XVIII (SHORTER, 1975). Esse desinteresse em relação à vida infantil também é constatado por Asunción Lavrin ao apontar que os higienistas da América Espanhola preocupavam-se com a mortalidade e a viam não somente como uma ameaça biológica, mas, também como uma negligência desumana em relação aos seres “mais desvalidos da sociedade” (LAVRIN, 1994). Em linhas gerais, as principais justificativas para a difusão da prática da amamentação mercenária eram: “Partos em idade prematura, a ausência de uma cultura que valorizasse a amamentação e a crença na fragilidade das mães brancas e de seu leite, considerado ‘fraco’ e insuficientemente nutritivo para os bebês” (TELLES, 2016:183).

Esse discurso começa a alterar-se com a crescente preocupação com a mortalidade infantil causada pela transmissão de doenças. Porém, Costa (1989:256) afirma que, com efeito, foi somente a partir do momento em que a vida da criança da elite passou a ter importância econômico-política é que o aleitamento materno tornou-se uma preocupação de foro nacional já em fins dos XIX. No entanto, a sociedade contemporânea à Imbert já apresentava sinais dessa apreensão. Os debates em torno da matéria recorriam ao discurso de que todas as fêmeas da

---

<sup>125</sup> *Ostensor Brasileiro-Jornal Litterário e Pictoral*. Rio de Janeiro, 1845-1846 apud ALECASTRO, Luiz Felipe de. “Vida Privada e Ordem Privada no Império”, p.63;

classe dos mamíferos amamentavam suas crias e que aquelas que não o faziam, contrariavam uma vocação natural, o que mais tarde, foi de forma ferrenha, defendido pelo discurso higiênico.

A mulher, que tem hum filho, fica sujeita a huma lei imposta pela natureza, á qual não póde subtrahir-se, sem expor sua saúde a funestos resultados, e sem que os males, que resultão d'esta omissão, se estendão a seu filho: se aquella que cumpre tão sagrada lei, merece encômios, e sufrágios dos seus semelhantes; censurável, e digna de desprezo he aquella, cujo estado de saúde, e circunsancias convenientes lhe permitem amamentar seu inocente filho, e que se furta a tão doce desempenho, ou pelo prejuízo de arruinar a saúde, de perder a elegancia do talhe, e a formosura dos seus seios [...] e com manifesta ingratição entrega seu filho á huma mulher, que por nenhum título lhe prestará o leite, e os cuidados, que lhe são necessários [...]. Bárbaras! Abandonar o objeto, que lhe deve ser mais caro, e a quem dedicar sua alma, e seu coração!<sup>126</sup>

Na contramão do “espírito do systema”, em tempos de emergência de um discurso de valorização da função maternal, o dr.Imbert se declarava “muito pouco partidista da amamentação materno”<sup>127</sup> por não acreditar que existisse no país mulheres com força física o suficiente, capazes de prover uma dupla nutrição. Segundo ele, uma longa experiência no clima do país, o forçava a adotar tal posicionamento. Para sustentar sua justificativa, o doutor evoca sua autoridade baseada em sua experiência no exercício da profissão que vinha sendo realizado há doze anos na capital do Império<sup>128</sup>. O calor excessivo que esgota as forças e irrita o sistema nervoso de mulheres delicadas e naturalmente nervosas seria um dos grandes vilões. Porém, uma outra justificativa muito mais propagada seria, em caso de mães muito jovens como era comum no Brasil, a ausência de um vigor físico para suportar uma amamentação prolongada sem prejuízo para a saúde.

Algumas premissas sobre a fragilidade da mulher também foram comumente defendidas por outros autores de finais dos Setecentos. Francisco de Mello Franco, por exemplo, no tratado de 1790 se opunha veementemente contra os casamentos entre meninas muito jovens, de 12 ou 14 anos com homens de 60, 70 anos, prática recorrente em Portugal . Ele afirmava que tal união não poderia gerar filhos saudáveis, pois, as meninas ainda não estavam totalmente formadas e os homens já não possuíam um sêmen enérgico, nas palavras do médico<sup>129</sup>. Já Buchan, em sua *Medicina Doméstica* afiançava que mulheres delicadas ou afligidas por enfermidades nervosas não são boas para criar, pensamento corrente naqueles dias, de acordo com ele<sup>130</sup>. No Brasil,

---

<sup>126</sup> LEITÃO, Antonio Gonsalves d'Araujo - *Sobre a hygiene da infância*,. Centro de Ciência da Saúde-CCS/UFRJ, 1840, p.10-11;

<sup>127</sup> IMBERT. *Guia Médica das Mães de Família*. op.cit. p.48;

<sup>128</sup> *Ibidem*, p.49;

<sup>129</sup>FRANCO. *Tratado da Educação Fysica dos Meninos*, p.3;

<sup>130</sup> BUCHAN. *Medicina Doméstica*.op.cit, p.3;

igualmente, alguns futuros doutores da Faculdade de Medicina, partilhavam dessa ideia. Antonio Gonçalves D'Araújo Leitão em tese apresentada em 1840 à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro destaca que aquelas mulheres com pouca saúde e fraqueza e as acometidas de certas patologias, poderiam ser dispensadas da responsabilidade de amamentar:

(...) que estiver affectada de certas moléstias como Ptsica pulmonar, scorbuto, scrophulas, dartros, crancros, rachitismo &c., aquella que fôr fraca e lânguida, que exercer alguma profissão não saudável, que a secreção do leite não for suficiente, ou não tiver logar, que respirar continuamente o ar (...).<sup>131</sup>

Zeferino Justino da Silva Meirelles reitera essa posição: “Não incluiremos n’este numero aquellas cuja constituição e mau estado de saúde não lhes permitem aleitar seus filhos; estas são dignas de desculpa e até de elogio”.<sup>132</sup>

No capítulo segundo, Imbert reforça claramente a sua anuência à ideia da falta de condições físicas da mulheres brasileiras em amamentar seus filhos sem o detrimento de sua saúde <sup>133</sup>, ideia essa assentada por um longo período no seio da sociedade do país, como vimos brevemente, mas, que já vinha se despontando como refutada pela comunidade médica, principalmente a partir das constantes epidemias de febre amarela e cólera que atingiram o Brasil. Com base nessa nova postura de incentivo à amamentação, os médicos liberavam do dever de aleitar apenas aquelas mães com algum problema físico, de saúde ou de nervos, admitindo nesse caso, a utilização de uma ama examinada e aprovada (KOUTSOUKOS, 2009) por um médico.<sup>134</sup> Entretanto, entregar um filho para ser alimentado por outra mulher mesmo em tais condições passou a ser desde então, um erro gravíssimo contra a natureza e um vilipêndio à função mais nobre de uma mulher: a de ser mãe.

A culpabilização da mulher foi um artifício utilizado a fim de coagi-la a amamentar seu próprio filho, gerando-lhe um sentimento de culpa e perda. Se a mulher alimentou no seu ventre o seu filho durante nove meses, nada mais correto que continuasse a alimentá-lo. Segundo o parecer dos médicos da segunda metade do século XIX, o aleitamento materno traria dupla vantagem. Primeiramente, a qualidade do leite da mãe é sempre superior ao de qualquer outra

---

<sup>131</sup> *Ibidem*, p.11;

<sup>132</sup> MEIRELLES, Zeferino Justino da Silva. *Breves Considerações sobre as Vantagens do Aleitamento Maternal*. Centro de Ciência da Saúde-CCS/UFRJ, 1847, p.19;

<sup>133</sup> IMBERT. *Guia Médica das Mães de Família*. *op.cit.*, p.50;

<sup>134</sup> Karoline Carula aponta a existência de médicos que realizavam exames para atestar a qualidade do leite. No entanto, essa avaliação era facultativa constituindo um recurso pouco utilizado, o que pode demonstrar que as mulheres não considerassem necessário tal exame. Cf. (CARULA, 2012); Já Maria Lúcia Mott já atesta que desde 1834, a parteira mais conhecida como Madame Durocher participava das escolha de amas de leite. Ela avaliava a constituição física da candidata a fim de verificar a quantidade e a qualidade do leite. Por vezes as enviava para a inspeção na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Cf. (MOTT, 2005);

mulher. E em segundo lugar, o leite materno garantia a transmissão das qualidades morais da mãe (CARULA, 2012:201), o que afastava o receio em relação as amas negras frequentemente referenciadas como:

muitas vezes tiradas de um povo bárbaro, sem costumes, sem religião, e por ventura affectada de moléstias (...) seu filho beberá com o leite, que lhe comunica, as moléstias, esses costumes degradantes, que chocão a ordem da sociedade; porque as impressões recebidas na tenra idade decidem da sorte do homem no resto de seus dias (...).<sup>135</sup>

As memórias do Dr. Emilio Joaquim da Silva Maia, estimado médico lembrado por Imbert<sup>136</sup> constituíam referência em matéria de aleitamento materno. Em relatório lido pelo Dr. J.C. Soares de Meirelles em sessão de doze de julho de 1834, aquele doutor apresenta os males submetidos às crianças que não são amamentadas por suas mães, afirmando que a mortalidade é incomparavelmente maior nos países onde há a prática, como o caso do Brasil, onde os males são incalculáveis e as amas são geralmente escravas africanas que em suas palavras são “brutas, infectadas de moléstias que trazem do seu país, e além disso immoraes, e depravadas.” (*Revista Médica Fluminense*, 1834).<sup>137</sup> Para o Dr. Maia o país adquiriu um costume bárbaro, contrário a natureza, que unidos à outras causas naturais serviu para diminuir a sua população.

Mesmo contrapondo-se ao renomado colega e sob os riscos de duras críticas de seus pares, o dr. Imbert aconselha a confiar a criança a uma ama de leite, em vez de submeter as mães à consequências piores. A essa altura, já transgredindo o espírito de vanguarda que elegia a amamentação materna como recurso de remediação contra as epidemias associadas à figura do escravo, o médico recomenda as amas africanas, pois, segundo ele, as mesmas apresentariam melhores condições de amamentação em relação às amas brancas. As escravas seriam fisicamente mais dispostas devido a sua constante exposição às altas temperaturas das regiões equatoriais. Gilberto Freyre sinaliza que eventualmente Imbert estivesse certo sobre o poder de amamentação da mulher negra. De acordo com o autor, a tradição brasileira já o dizia: “para a ama de leite não há como a negra.” (1981:444). Contudo, Freyre afirma que esse vigor estaria porventura associado as suas melhores condições eugênicas. Por razões sociais, e não de clima, o que teria corroborado com a preferência dos portugueses da América a oferecer seus filhos ao peito de uma escrava que “além do leite mais farto apresentavam-se satisfazendo outras

---

<sup>135</sup> REGO, Pedro da Silva-*Os cuidados que reclama a mulher depois do parto natural*, Centro de Ciência da Saúde-CCS/UF RJ, 1838, p.28;

<sup>136</sup> IMBERT. *Guia Médica das Mães de Família*. op.cit., p.50;

<sup>137</sup> *Revista Médica Fluminense*. Relatório, 12/07/1834, p.6;

condições, das muitas exigidas pelos higienistas portugueses do tempo de D.João V. (...) . Serem mães de filhos sadios e vivedouros”(p.445).

Diante desse cenário, a análise da saúde da ama negra deveria preceder algumas observações<sup>138</sup>: moça forte e robusta; deveria ter parido o mais próximo possível da idade da criança que iria amamentar; o leite deveria ser sem cheiro, branco e adocicado; os seios convenientemente desenvolvidos, nem rijos, nem moles; sem marcas ou cicatrizes; sem indícios de alporcas (infecção nos gânglios linfáticos); dentes claros e limpos e por fim, sem vício de humores. Nesse caso, a ama deveria ser imediatamente rejeitada, pois, de acordo com Imbert, que se declara apologista da doutrina hipocrática, a ama poderia transmitir vírus específicos durante a amamentação, o que ocasionaria a transmissão de “ todas as alterações humorais, de que possa estar infectada”<sup>139</sup>.

O emprego das escravas no aleitamento, apesar da crença na comunicação dos humores por meio lácteo,<sup>140</sup> poderia deixar Imbert em uma situação aparentemente controversa perante a comunidade médica. O doutor demonstra estar a par dos recentes debates e reconhece todos os possíveis “perigos” que se apresentam ao empregar uma ama negra. Todavia, sua única ressalva é para que haja a substituição imediata da ama, ou na ausência de uma, aconselha-se a utilização da alimentação artificial com o leite de burra ou de égua, os mais recomendáveis, segundo ele<sup>141</sup>. Quanto ao mais, a partir desse ponto, as recomendações se detém apenas no seu regime alimentar a fim de não trazer mais prejuízos a criança.

O contexto social vivido pelo dr. Imbert tem na defesa da amamentação materna uma das ideias de progresso social que também envolvia a aversão a figura do escravo. Esse, tido como corrompido pelos costumes bárbaros, tinha em seu leite um perigo moral. Acreditava-se que a criança alimentada por ama negra poderia adquirir as características da nutriz, tornando-se dentre outras coisas, insolente. O incentivo ao aleitamento materno estava inversamente proporcional à instituição da escravidão. Um país com pretensões civilizatórias não poderia estar calcado na dependência dessa instituição, sendo assim, eliminar o hábito de fazer as

---

<sup>138</sup> IMBERT. *Guia Médica das Mães de Família. op.cit.* p.51-53;

<sup>139</sup> *Ibidem*;

<sup>140</sup> Segundo essa teoria, a transmissão poderia ocorrer da seguinte forma: “O estado de saúde dependeria da exata proporção e da perfeita mistura dos quatro humores, que poderiam alterar-se por ação de causas externas ou internas. O excesso ou deficiência de qualquer dos humores, assim como o seu isolamento ou miscigenação inadequada, causariam as doenças com o seu cortejo sintomático”. Cf. (REZENDE, 2009:52);

<sup>141</sup> IMBERT. *Guia Médica das Mães de Família. op.cit.* p.377;

escravas “ amamentar os bebês de seus senhores também significava distanciar-se do regime de escravidão, tornando a imagem do país mais higiênica”(CARULA, 2012:212).

Nesse contexto, a brevidade do doutor Imbert ao tratar de um tema conflituoso desperta curiosidade. A sequência de seu discurso pode revelar-se intrigante pois, o mesmo declara sua preferência pela escolha das amas negras demonstrando sua justificativa, ao passo que reconhece sua delicada posição diante da comunidade médica, admitindo brechas em seu discurso, evidenciando uma postura ora conservadora ora progressista. Isso pode gerar dúvidas quanto a sua representatividade, nos fazendo refletir se o dr. Imbert apresentava-se apenas como um médico conservador ou insistia forçosamente na utilidade do negro a fim de prorrogar a manutenção do sistema escravista por ele utilizado. Independentemente da resposta para esse questionamento, importa perceber que ambas as faces poderiam operar dentro do exercício de sua profissão e na constituição de seu nome como autor, mesmo que esse posicionamento pudesse, por vezes, nos parecer conflituoso.

Embora a perspectiva acima apresente indagações, a atenção de Imbert à figura da escrava gestante não é algo incomum. Em seu *Manual do Fazendeiro*, como proprietário de uma fazenda no “centro de huma das mais ricas e fertéis Provincias do Imperio Brasil”<sup>142</sup>, preocupado com possíveis abortos provocados pelas cativas insatisfeitas com sua aparência devido à gestação, aconselha os senhores a prometer um prêmio a todas as negras que levassem até o fim a sua gravidez. Tal premiação serviria também de estímulo àquelas que ainda não haviam concebido, para o fazerem da mesma forma<sup>143</sup>. Além da maternidade, a criação de vínculos familiares por meio do casamento também era incentivada com uma premiação que, nesse caso, consistia na concessão de uma mobília, roupas novas para o casal e de um pequeno quarto para que pudessem habitar.<sup>144</sup> Todos esses incentivos apresentavam motivos claramente declarados pelo autor: “Este prejuízo das negras muito damno causa ao progresso da população escrava (...)”; “(...) todos os vínculos são os laços de família, os que mais fortemente prendem o homem a seus deveres (...). Em suma, as escravas deveriam ser encorajadas a reproduzir e conduzir sua gravidez até o final a fim de aumentar o patrimônio de seus senhores, bem como, o casamento incentivado com vistas a criação de vínculos o que impediria possíveis fugas. Diante de um cenário marcado pela carência de escravos sendo comercializados, os senhores deveriam se precaver.

---

<sup>142</sup> IMBERT. *O Manual do Fazendeiro*, op.cit., p.356;

<sup>143</sup> *Ibidem*, p.254;

<sup>144</sup> *Ibidem*, p.358;

Imbert não estava sozinho. Alguns autores de manuais de fazendeiros do século XIX direcionaram seus tratados para a busca do aumento dos rendimentos senhoriais. Neles, incluíam-se os cuidados com as escravas gestantes e recém-nascidos, como vimos aqui. Carlos Augusto Taunay em seu *Manual do Agricultor Brasileiro*, descreve: “Casadas ou solteiras, as pretas prenhes devem ser tratadas com mimo e aplicadas a hum trabalho moderado. O parto e mamentação merecem as competentes atenções”<sup>145</sup>. Já Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, barão de Pati de Alferes, em *Memória sobre A Fundação de uma Fazenda na Província do Rio de Janeiro* de 1847 recomenda:

Não mandeis á roça, por espaço de um anno, a preta que estiver criando; occupai-a no serviço de casa, como lavar roupa, escolher café, e outros objetos. Quando ella tiver seu filho criado, irá então, deixando o pequeno entregue a uma outra que deve ser a ama secca de todas as mais crias para lava-las, mudar-lhe roupa, e dar-lhes comida (...).<sup>146</sup>

Rafael Marquese aponta que tais recomendações residiam na precaução com relação ao aumento dos preços que certamente ocorreria com o fim do tráfico transatlântico, dessa forma, “a estratégia para tanto repousava no estímulo à reprodução dos cativos, seja através da constituição de uniões estáveis ou pela melhoria do tratamento concedido às pretas grávidas e aos recém-nascidos (...)”.<sup>147</sup>

Bárbara Canedo R. Martins também destaca a importância assumida pelas escravas grávidas nesse cenário. A autora demonstra que as gestantes e aquelas recentemente paridas poderiam tornar-se amas-de-leite em potencial. Evidencia a intenção de alguns senhores em comprar escravas ainda na adolescência ou juventude que já tinham uma cria ou que estivessem grávidas a fim de investir no mercado de trabalho das amas-de-leite, o que provavelmente geraria mais lucros do que utilizar esses indivíduos em outras atividades.<sup>148</sup>

Nos tempos de Imbert, diversos jornais atestavam a intensidade desse negócio e nos permitem refletir sobre o espaço ocupado pelas cativas no serviço de aleitamento. Os trechos abaixo são amostras dos anúncios mais correntes em dois importantes periódicos contemporâneos ao manual do dr.Imbert:

---

<sup>145</sup>TAUNAY, Carlos Augusto. *Manual do Agricultor Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J.Villeneuve e Comp., 1839, p.17;

<sup>146</sup> WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda. *Memória sobre A Fundação de uma Fazenda na Província do Rio de Janeiro (1847-1878)*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa/ Brasília: Senado Federal, 1985, p.26-27;

<sup>147</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar. A Administração do trabalho Escravo nos Manuais de Fazendeiros do Brasil Império, 1830-1847. *Revista de História*, FFLCH-USP, 137 (1997), p.107-108;

<sup>148</sup> MARTINS, Bárbara Canedo R. Reconstruindo a Memória de um Ofício: as amas-de-leite no mercado de trabalho urbano no Rio de Janeiro (1820-1880). *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro:6-2:138-167, 2012;

“Aluga-se, na Rua da Quitanda, n.13 huma boa ama com muita abundância de leite, e muito carinhosa” (*Jornal do Commercio*, 1840);<sup>149</sup>

“Aluga-se, na Rua da Cadêa, n.48, loja de duas portas, excelentes amas de leite, huma delas parida há 40 dias” (*Jornal do Commercio*,1840);<sup>150</sup>

“Aluga-se, na rua do Sacramento n.4, duas raparigas para ama de leite, raparigas recolhidas, com muito bom leite em abundância, huma de 15 dias e outra de 1 anno, aluga-se só para casa [...], pois são de estimação. Na mesma aluga-se huma mocamba que cose, engomma, lava e cozinha, com a condição de não sahir à rua.”(*Jornal do Commercio*, 1841);<sup>151</sup>

“Precisa-se alugar, na rua de S.Francisco da Prainha n.42, huma ama de leite, livre e de bosn costumes”( *Jornal do Commercio*,1842);<sup>152</sup>.

“Vende-se na rua do Principe, em Vallongo, n.41, sobrado, huma ama de leite, com hum filho nascido de 50 dias, a qual não tem vícios nem moléstias”( *Jornal do Commercio*,1842);<sup>153</sup>

“Vende-se uma mucama de 16 annos, ama de leite com cria, ou sem ella, tem muito boa conducta, o leite é novo, e com abundancia, sabe coser, lavar, engomar, e cozinhar, é recolhida, e trata muito bem de uma criança, e dá se em conta; na rua do Lavradio, n.23.”(*Diario do Rio de Janeiro*, 1840)<sup>154</sup>

“Vende-se uma preta ama de leite, sem cria, de idade de 24 annos, o leite é do primeiro parto; na rua do Sabão n.221.” (*Diario do Rio de Janeiro*, 1842);<sup>155</sup>

“Precisa-se de uma ama de leite, na rua nova do Livramento n.15, mas quer-se pessoa muito sadia, de bons costumes, com leite novo e que seja parda ou preta recolhida.”( *Diario do Rio de Janeiro*, 1843);<sup>156</sup>

Segundo Maria Elizabeth R. Carneiro (2007), “preta, com muito bom leite, prendada e carinhosa” era o modelo ideal de ama de leite veiculado nas colunas do *Jornal do Commercio* e constituía o tipo de anúncio mais corriqueiro nos jornais da Corte, onde era ressaltado a saúde das escravas, a idade das amas, idade do leite, as informações relativas a qualidade dos serviços e da longevidade das rendas. Os anúncios ainda traziam a boa conduta e o bom comportamento das amas comercializadas.

---

<sup>149</sup> *Jornal do Commercio*, 15/01/1840, Annuncios, Anno XV, n.13;

<sup>150</sup> *Jornal do Commercio*, 21/08/1840, Annuncios, Anno XV, n.220;

<sup>151</sup> *Jornal do Commercio*, 17/09/1841, Annuncios, Anno XVI, n.237;

<sup>152</sup> *Jornal do Commercio*,03/01/1842, Annuncios, AnnoXVII, n.4;

<sup>153</sup> *Ibidem*;

<sup>154</sup> *Diario do Rio de Janeiro*, 29/01/1840, Amas de Leite, Anno XIX, n.22;

<sup>155</sup> *Diario do Rio de Janeiro*, 25/02/1842, Amas de Leite, Anno XXI, n.44;

<sup>156</sup> *Diario do Rio de Janeiro*, 10/04/1843, Amas de Leite, Anno XXII, n.81;

É possível verificar que o negócio com escravas lactantes representava uma importante atividade econômica nas cidades. Mesmo pequenos plantéis de escravos poderiam ter no aluguel de amas de leite um de seus negócios (ALENCASTRO, 1997:63). Havendo disponibilidade de leite materno, existia oferta de amas-de-leite. Um dos ramos que utilizou largamente o serviço de aleitamento mercenário foi a Roda dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia. Carneiro aponta que entre os proprietários de amas de leite que alugavam suas escravas para aleitar crianças enjeitadas haviam nomes de presidentes de província, deputados e senadores, desembargadores, ministros, conselheiros de Estado, militares e médicos. Tal negócio podia mostrar-se visível na organização daquela instituição e claramente rentável para alguns proprietários, como foi o caso do Marechal José Maria da Silva Bittencourt que com o aluguel de uma única ama auferiu no ano de 1858 uma receita de cerca de 455\$000. E muito mais promissor para o Visconde de Itaboraí que alugou sete escravas para a instituição no período de 1862 a 1865, tendo recebido um total de 2:240\$000 por aqueles serviços, sendo o proprietário e locador de amas que recebeu a maior soma pelo aluguel de escravas (CARNEIRO, 2006).

Madame Durocher, conhecida parteira da Corte, no exercício de sua profissão atendeu diversas amas acometidas de enfermidades. O relato permite-nos perceber o grau de exploração dessas mulheres por seus senhores e dimensionar a extensão desse comércio:

É incrível o abuso do direito do senhor contra o escravo, e o numero de escravas physicamente impossibilitadas de amamentar que diariamente vem ao nosso consultório: umas syphiliticas, outras escorbúticas; umas com empigens, outras tuberculosas; umas chloroticas, outras escrofulosas; quase todas sem leite, porque, contra todas as leis divinas e humanas, se lhes tem arrancado os filhos para leval-os à roda, afim de alugar as mães, mais facilmente, com amas de leite. Ora, como bastam dias sem dar de mamar para estancar o leite, resulta que se alugam assim mesmo amas, e o que de mais revoltante há é que depois de uma ama esgotada por uma longa criação, ainda se obriga a pobre escrava a dizer que pariu a poucos dias, e que se não tem bastante leite é porque o filho foi para a a roda e não tem dado de mamar (...)  
(*Correio Paulistano*, 1870)<sup>157</sup>

Durante a realização dessa pesquisa, não foi possível verificar dados concretos que permitam propor uma relação real de J.B.A.Imbert com o mercado das amas-de-leite, apesar de acreditarmos que esse negócio poderia se apresentar como algo lucrativo para um proprietário que, de acordo com ele, possuía entre sua escravaria mais de duzentos indivíduos e, certamente muitas mulheres em período pós-natal. De acordo com essa perspectiva, a figura do médico,

---

<sup>157</sup> *Correio Paulistano*, 07/12/1870, p.4;

autor da *Guia Médica* e do senhor de escravos, autor de o *Manual do Fazendeiro*, não podem ser desvinculadas, embora os manuais pareçam revelar faces distintas de um mesmo autor.

Quiçá, o envolvimento de Imbert com o mercado das amas de leite poderia até constituir uma justificativa provável para que o doutor tenha colocado em risco sua autoridade perante a comunidade médica. Contudo, é importante destacar que sua postura também pode revelar que, conquanto, todos os perigos advindos de seu posicionamento, a construção de sua identidade autoral parece preocupar mais a Imbert. Como vimos, ele afirma que uma longa experiência no clima do país, o forçava a optar pela adoção do emprego das amas-de-leite africanas, evocando sua autoridade baseada no exercício da profissão que vinha sendo realizado há doze anos no país<sup>158</sup>. Além do clima, o autor ainda se baseia na tenra idade das futuras mães brasileiras que segundo ele, as impedia de suportar uma amamentação prolongada.

Outro fator contribuinte na construção de sua autoria científica é visto no prefácio da *Guia Médica*. Nele, o autor exalta a utilidade de sua obra que viria a preencher uma lacuna promovida pela ausência de uma “medicina de diploma” antes restrita aos grandes cidades do Império: “ (...) o Brasil reclama os socorros de huma medicina domestica, sabia, e prudente (...)”<sup>159</sup>. Ademais, Imbert ressalta a originalidade da *Guia Médica*, mencionando que os conselhos ali contidos não “estavam dirigidos por vistas scientificas (...)”<sup>160</sup> ao contrário dos autores anteriores a ele. Afirma sua competência profissional ao se basear nos anos de experiência no país. Experiência essa, calcada na Higiene, a ciência dos “povos civilizados” que iria dirigir todo o seu discurso. Outrossim, podemos acrescentar a essas informações, outras obras publicadas por Imbert citadas em importantes jornais da Corte<sup>161</sup> ainda no início de sua carreira no Brasil. Essas publicações sugerem que o esculápio possuía a intenção de constituir-se como autor no país, acumulando capital científico e fazendo seu nome conhecido.

Na construção desse nome, Imbert segue delineando seu perfil autoral ao desenvolver um “código higiênico” pautado nos avanços mais recentes dessa ciência em ascensão. Nesse

---

<sup>158</sup> *Guia Médica. op.cit.*, p.49;

<sup>159</sup> *Ibidem*, p.10;

<sup>160</sup> *Ibidem*, p.12;

<sup>161</sup> Me refiro as seguintes obras: *Conselhos às Mães de Família*, mencionada no *Diário do Rio de Janeiro* (13/01/1832), *Tratado da Velhice, ou Arte de Prolongar a Vida e Conselhos às Mães Brasileiras sobre o Aleitamento*, citadas na *Revista Médica Fluminense* (out./1835, n.7). Como apontado na nota n.48, essas publicações não foram localizadas durante a realização dessa pesquisa.

delineamento, o médico criou mecanismos de afirmação individualizados em que o lugar da prova,

(...) da validação e da verdade se deslocava da dinâmica de reverências cortesãs para um espaço suficientemente independente e autônomo, mobilizando seus próprios critérios, instrumentos e medidas de objetividade. Abria-se o caminho para um sistema de autoria e de validação discursiva embasado na individualização e autoridade do homem de ciência, no destaque uno e indivisível ao seu nome próprio que agrupava competências reconhecidas por seu pares (LICOPPE, 1996 *apud* MEDEIROS, 2018:39).

À vista disso, percebemos que o debate sobre a construção de uma maternidade por “vistas científicas” que teve seu ápice a partir da década de 1870 foi introduzido pela *Guia Médica* décadas antes. Embora a maternidade higiênica proposta por Imbert contivesse orientações teóricas análogas a de outros manuais de medicina doméstica, a obra apresenta aspectos capitais que se dispõem a identificar o pensamento do autor J.B.A.Imbert. Sua inserção nas redes científicas que se formavam no interior da AIM, onde se fomentavam a autoridade e a autoria dos livros de medicina, certamente também auxiliaram na afirmação de sua autoridade científica conferindo ao seu discurso e à suas obras o reconhecimento como um homem da ciência que agrupava as competências reconhecidas por seus pares ao passo que, o legitimava como um autor capaz de dialogar com a sociedade e os problemas de sua época.

## CAPÍTULO III- A *Guia Médica das Mães de Família*: Por Caminhos e Trajetórias.

### 3.1- Entre Livros, Livreiros e Leitores: A Trajetória Editorial e Comercial da *Guia Médica*.

“Com todas estas precauções, e garantias seja-me permitido nutrir a doce esperança de que a minha *Guia* poderá ser de alguma utilidade para o publico, e sobre tudo, ás mães de família Brasileiras, a quem tive especialmente em vista ao empreender este trabalho.”<sup>162</sup>

É com esta declaração no prefácio da *Guia Médica das Mães de Família* que o doutor Imbert finaliza a apresentação de sua obra disponibilizando-a a partir de então, ao público, em especial, as suas principais destinatárias, as mães.

A fim de investigar os caminhos percorridos pela *Guia Médica* com o intuito de traçar uma possível trajetória de sua vida editorial e comercial, recorri a periódicos produzidos a partir da década de 1830, considerando como ponto de partida para a análise a chegada de J.B.A. Imbert ao Brasil e o período de produção de suas primeiras obras.<sup>163</sup> A tabela abaixo apresenta os jornais selecionados:

Tabela 2- Periódicos produzidos a partir da década de 1830.<sup>164</sup>

Periódicos	Ano de Produção
<i>A Província do Mato-Grosso: periódico litterario, noticioso e dedicado aos interesses da província</i>	1879-1886
<i>A Sentinella da Monarchia</i>	1840-1847
<i>Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro- Almanaque Laemmert</i>	1844-1885
<i>Annaes Brasiliense de Medicina</i>	1851-1885
<i>Annaes de Medicina Brasiliense</i>	1845-1851
<i>Annaes do Parlamento Brasileiro</i>	1826-1873
<i>Archivo Médico Brasileiro</i>	1844-1847
<i>Brasil. Ministério do Império: Relatório da Repartição dos Negócios do Império</i>	1832-1888

<sup>162</sup> IMBERT. *Guia Médica das Mães de Família*. op.cit., p.17;

<sup>163</sup> Aqui considero o ano de 1831 como sua chegada ao país e a primeira edição de o *Manual do Fazendeiro* de 1834;

<sup>164</sup> A seleção dos periódicos considerou o período entre os anos de 1830 até o final do século XIX. Tal seleção foi guiada por uma busca mais ampla orientada pelo termo “Imbert” pois, acredita-se que esse poderia abarcar um número maior de informações, não apenas no que diz respeito a obra em questão. Os periódicos pesquisados se encontram disponibilizados no sítio da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<i>Collecção de Modinhas Brasileiras</i>	1872
<i>Correio da Tarde: Jornal Commercial, Político, Litterario e Noticioso</i>	1855-1882
<i>Correio Mercantil</i>	1836-1849
<i>Correio Official</i>	1833-1841
<i>Diário de Pernambuco</i>	1840-1849
<i>Diário do Rio de Janeiro</i>	1821-1858
<i>Folhinha Biographica para o anno de 1862 contendo a Biographia de Brasileiros Illustres; muitas notícias interessantes e chronicas do Anno</i>	1862
<i>Folhinha Civil e Ecclesiástica</i>	1836-1862
<i>Folhinha de Utilidade Pública</i>	1849
<i>Gazeta de Notícias</i>	1875-1879
<i>Gazeta Médica da Bahia</i>	1867-1905
<i>Jornal do Agricultor: princípios práticos de economia rural</i>	1879-1894
<i>Jornal do Commercio</i>	1850-1899
<i>Jornal do Recife</i>	1858-1938
<i>O Auxiliador da Indústria Nacional</i>	1833-1896
<i>O Campista</i>	1834-1891
<i>O Constitucional: Folha Política, Litteraria e Commercial</i>	1851-1864
<i>O Despertador</i>	1838-1841
<i>O Globo: Jornal Commercial do Maranhão</i>	1852-1890
<i>O Liberal de Pernambuco</i>	1852-1858
<i>O Mercantil</i>	1844-1845
<i>Pedro II</i>	1840-1889
<i>Publicador Maranhense</i>	1842-1885
<i>Revista Médica Brasileira</i>	1841-1843
<i>Revista Médica Fluminense</i>	1833-1841
<i>Treze de Maio</i>	1845-1861

Fonte: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional

Sobre a importância das fontes impressas e a escolha de um jornal como objeto de estudo, Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado em *O Bravo Matutino* (1980:19) entendem a imprensa como:

instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero ‘veículo de informações’, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere.”

Morel & Barbosa resumem o papel da imprensa como “agente histórico que intervém nos processos e episódios, não mero ‘reflexo’”(2006:1). Nesse sentido, compreende-se a presença da *Guia Médica* nos jornais não apenas como sinais de sua representatividade na sociedade oitocentista, mas, como fruto de interesses diversos, como da comunidade médica, de livreiros e demais lojistas em comercializar a obra, e de editores de jornais empenhados em promover sua divulgação, assim como apontado por Tania Bessone, que indica o uso da

imprensa com fins educativos e intencionalmente disseminadora de conhecimento (FERREIRA, 2007).

Uma das primeiras referências à obra nos jornais data de um ano antes de sua publicação. No ano de 1842 a *Guia Médica* era anunciada no prelo,<sup>165</sup> coluna normalmente elaborada por outros autores, que tinha o objetivo de despertar a curiosidade do leitor, deixando-o mais bem informado sobre os lançamentos. Nesse momento, o formato mais recorrente dos anúncios nesses jornais era o descrito abaixo:

Guia médica das mãis de família ou da infancia considerada na sua hygiene, com suas doenças e os respectivos tratamentos, precedida de alguns conselhos sobre alguns cuidados e precauções que reclama o estado de gravidez, seguida de um formulário medical, apropriado a natureza e objeto da obra, pelo doutor J.B.A. Imbert, cavaleiro da Ordem de Christo e autor do Manual do Fazendeiro.

Esta guia, que o autor se tem esforçado para apresentar ao alcance da inteligência das mais de família, e na qual examinou tudo o lhes pôde interessar, e principalmente para as guiar com segurança, não só relativamente a gravidez, como sobre a educação hygienica e moléstias de seus filhos, formará um volume in 8º grande, para mais de quatrocentas páginas, cujo preço será de 3\$000réis, para subscriptores, e de 4\$000 réis para os que não forem. Subscreve-se na rua da Quitanda n°61, na casa de Agostinho de Freitas Guimarães, rua do Sabão n°26, e na typographia Franceza, rua S. José, n°64.; (*Diário do Rio de Janeiro*, 1842)<sup>166</sup>

Um outro modelo também podia ser verificado:

Guia Médica popular das mãis de família, ou a infância considerada na sua hygiene [...], expostos com clareza para o entendimento de pessoas alheias à arte de curar, precedida de considerações hygienicas sobre o estado de prenhez, seguida de um formulário medical próprio ás moléstias da infância pelo Dr. J.B.A. Imbert- 1 vol. De 425 páginas, encadernado.....Rs 3\$000.

Sabemos pela estatística mortuária quão considerável é o número de crianças, na primeira infância, que povoão os cemitérios. Neste livro as mãis de família encontrão saltares conselhos, os quaes, sendo seguidos, contribuirão para conservar mais de uma preciosa vida. (*Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, 1844-1885)<sup>167</sup>

Tais anúncios possuíam características em comum: eram extensos e descreviam as obras sem especificar o número da edição ou outras particularidades. As especificações começaram a ser listadas somente quando se intencionava ressaltar o baixo preço das mercadorias

---

<sup>165</sup> Ferreira aponta que os comentários de livros recém-saídos do prelo, tinham na maioria das vezes, um teor laudatório que revelava a opinião dos editores, homens eruditos e ligados às *belas-letras* e, “inaugurariam uma tradição da imprensa brasileira, de registrar, comentar e criticar obras saídas do prelo e que fossem consideradas objetos de reflexão.” Cf. (FERREIRA, 2007:187-188);

<sup>166</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 30/07/1842, Anno XXI, n.165, p.2;

<sup>167</sup> *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, Catálogo da Livraria Universal de H. Laemmert & C., 1844-1885, p.12;

(FERREIRA, 2011:46). Porém, os anúncios mais correntes não ocupavam muito espaço no jornal. Apresentavam o título das obras e seu caráter geral, como “obras em francês”, “livros em diferentes idiomas”, “coleção de livros de medicina” ou “livros diversos”.

Inicialmente, a *Guia Médica* era apresentada nas colunas “Sahio á luz” ou “Achar-se á venda”. Sobre essa disposição dos anúncios, Maria Beariz Nizza da Silva esclarece que essa estrutura, repetida em todos os números do periódico, tinha nos primeiros, os textos publicados na Corte e no seguinte, os livros à venda, incluindo os importados da Metrópole (1973:443). Já no final do século, a obra passou a ser publicada em colunas como “Livros baratos” ou “Livros baratíssimos”, indicando possivelmente uma maior circulação desse tipo de literatura e seu consequente barateamento.<sup>168</sup>

Nos leilões, como podemos conferir no exemplo abaixo, as obras vendidas tinham suas descrições cada vez mais especializadas, com as características dos seus lotes e o nome dos antigos proprietários, como parte de uma exigência legal (FERREIRA, 2005:2).

Grande leilão de livros de medicina e literatura, antiga e moderna, ricamente encadernada, e algumas gravuras coloridas, e todos em bom estado pertencentes à biblioteca do Ilm.Sr.Dr.Imbert, que se retira temporariamente desta corte para tratar de sua saúde (*Jornal do Commercio*,1843).<sup>169</sup>

Como vimos no capítulo dois desse trabalho, além desses anúncios que indicavam a presença da *Guia Médica* no prelo ou recém “saída á luz”, o *Diário do Rio de Janeiro* de janeiro de 1832, já mencionava uma obra de autoria de Imbert com proposta semelhante ao manual. Foi lançada pouco depois da chegada do médico ao Brasil e portanto, onze anos antes da publicação da *Guia Médica*. O conteúdo da obra não é conhecido, nem mesmo a data de sua publicação, acredita-se porém, que a mesma tenha sido escrita ainda em terras francesas, o que indicaria os anseios de Imbert por desenvolver a sua carreira como médico e escritor no Brasil.<sup>170</sup>

Sahio á luz Conselhos ás Mães de Família, próprios á dirigi-las na educação Física e Moral de seus filhos, em Portuguez, e Francez, por J.B.A. Imbert. Esta obra he utilíssima para qualquer Sra. poder criar seus filhos. Vende-se em casa de Gueffier & Comp., rua da Quitanda, n.79 e Srs. Veigas, rua da Quitanda canto de S.Pedro, e rua dos Pescadores, n.49, preço 1\$rs.(*Diário do Rio de Janeiro*,1832);<sup>171</sup>

---

<sup>168</sup> Essa questão será retomada no tópico seguinte;

<sup>169</sup> *Jornal do Commercio*, 20/07/1843, Ano XVIII, n.190;

<sup>170</sup> Como mencionado, a natureza da obra é desconhecida pois, não foi verificado nenhum outro anúncio que permita inferir sobre esse aspecto, tampouco a suposta obra foi localizada durante a realização dessa pesquisa;

<sup>171</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 13/01/1832, n.10, p.33;

A *Guia Médica* foi publicada pela Typographia Franceza que também constituía um dos seus locais de venda. Essa tipografia, como foi mencionado no capítulo primeiro, pertencia a Jean Soleil Saint-Amand e, apesar de informações escassas, sabe-se que após sua aquisição por George Leusinger em 1852 ela se tornou uma das tipografias mais bem equipadas do país e desempenhou um relevante papel no avanço da impressão no Brasil. Constantemente modernizada por equipamentos importados da Alemanha e dos Estados Unidos e com a contratação de artesãos qualificados, esse estabelecimento chegou a publicar na mesma década de publicação da *Guia Médica* importantes obras da literatura brasileira, tais como, os primeiros poemas de Joaquim Norberto, *Modulações Poéticas* e as duas primeiras edições de *A Moreninha*, de J.M. Macedo. Por volta do final do século, a Typographia Franceza ainda era a preferida do governo em detrimento da própria Typographia Nacional (HALLEWELL, 2005:158). Isso pode nos sugerir que a publicação da *Guia Médica* representasse uma promessa de sucesso nas vendas, ou ainda a representatividade do dr. Imbert poderia respaldar o possível êxito da obra no mercado editorial, justificando assim o interesse de tão conceituada tipografia.

Outros locais de vendas também foram listados nos jornais. Alguns eram estabelecimentos de editores consolidados no mercado, contudo, o manual também poderia ser encontrado em lojas de artigos diversos. Entre os editores, temos a loja dos Srs. Laemmert na Rua da Quitanda, nº77. Hallewell assinala que história e ciência estavam entre os principais gêneros literários de interesse da Laemmert, entretanto, foram os manuais técnicos e os do tipo “faça você mesmo”, como de agricultura, economia doméstica e etiqueta os que provavelmente foram mais lucrativos para proprietários. Em Medicina, a Laemmert publicou o conhecido *Dicionário de Medicina Popular e das Ciências Acessórias para Uso das Famílias* de Pedro Luiz Napoleão Chernoviz com mais de três mil tiragens custando cerca de 9\$000 em dois volumes em brochura. Em 1851, a obra foi novamente editada em três volumes ilustrados por 12\$000 ou 15\$000 encadernados.

Os manuais mostravam-se lucrativos para o mercado editorial dos Laemmersts que em 1865 a tipografia lançou ainda o *Dicionário de Medicina Doméstica e Popular* de Theodore Langaard, seguindo a mesma linha editorial de Chernoviz. O jornal *Publicador Maranhense* de maio de 1868 informava que a obra encadernada de três volumes com 2.180 páginas ilustradas com cerca de 230 figuras, custava 10\$000 (*Publicador Maranhense*, 1868).<sup>172</sup>Entretanto, o jornal *O Globo* de outubro de 1877 indica uma valorização no seu preço, talvez pelo aumento na

---

<sup>172</sup> *Publicador Maranhense*, 05/05/1868, Anno XXVII, p.4;

quantidade de ilustrações que chegava a 400 figuras. O valor dos três volumes custava 20\$000 (*O Globo*, 1877).<sup>173</sup>

Em uma breve comparação com os manuais acima, também vendidos pela Laemmert, vemos que a *Guia Médica* encontrada em formato *in-oitavo* no valor de até 5\$000rs em volume brochado e 6\$000rs o volume encadernado (*Folhinha de Utilidade Pública*, 1849) sem menção de ilustrações, o que encarecia o preço da obra, tinha esse valor compatível e até valorizado em relação a outros manuais, considerando que a mesma foi publicada em apenas um único volume.

Eram também mencionados nos jornais outros pontos de venda, tais como, a casa de Agostinho de Freitas Guimarães, na Rua do Sabão nº26 e a loja de João Pedro da Veiga & Cia, na Rua da Quitanda, esquina de S. Pedro. João Pedro deu continuidade ao promissor negócio do pai, Luís Saturnino da Veiga, um dos primeiros livreiros da cidade. Martins & Luca destacam os pontos de venda de livros como significativos espaços urbanos nas cidades brasileiras. As tipografias e livrarias eram habitualmente frequentadas por redatores, leitores e até mesmo por outros consumidores, pois vendiam produtos diversos, como roupas, louças, bijuterias, perfumes, papelaria e até remédios. Esses locais tornaram-se pontos de leitura e encontro de uma camada privilegiada composta por leitores que tinham como características: “um alto nível de escolaridade, grande interesse por livros, bibliotecas pessoais e frequência amiudada a livrarias, cafés e centros formais de sociabilidade intelectual.”(FERREIRA, 1996:367).Sobretudo por meio da leitura coletiva, a circulação da palavra falada, manuscrita ou imprensa era efetivada (MARTINS; LUCA, 2008:38).

Até pelo menos o final do século XIX podemos verificar a presença da *Guia Médica* circulando em boa parte do território nacional; seu último registro nos periódicos consta o ano de 1899 (*Jornal do Recife*,1899).<sup>174</sup>Além da Corte, a obra foi anunciada em periódicos de outras províncias ou demais localidades representadas pelos seguintes jornais: *O Liberal de Pernambuco*, *Diário de Pernambuco* e *Jornal do Recife* (Pernambuco), *Treze de Maio* (Pará), *Pedro II* (Fortaleza), *O Constitucional* (Bahia), *O Globo* (Maranhão) e *A Província de Matto-Grosso* (Mato-Grosso). Tais periódicos noticiavam a obra ao lado de outros livros de medicina, sendo vendida em livrarias ou armazéns de produtos diversos.<sup>175</sup>Alessandra El-Far menciona que os livros também podiam chegar a demais regiões por meio de encomendas. Ao divulgar

---

<sup>173</sup> *O Globo*, 20/10/1877, p.4;

<sup>174</sup> *Jornal do Recife*, 25/04/1899;

<sup>175</sup> Sobre esses pólos da imprensa, Martins & Luca esclarecem que na Corte, o jornal foi o grande disseminador de notícias, mas, em Salvador e no Recife, pontos geopolíticos e comerciais, a presença de uma imprensa remanescente de momentos de crise política aguda podia ser notada, além do Maranhão e Pará, porém em uma menor escala.Cf. (MARTINS; LUCA, 2008);

seus títulos na imprensa, autores e livreiros davam início a uma busca por novos clientes. De acordo com ela, algumas literaturas, principalmente as mais baratas, podem ter atingido lugares distantes e pouco populosos (FAR, 2006).

Conquanto o alto índice de analfabetismo no país, registrado a quase 80% na metade do século XIX, o acesso aos livros, normalmente realizado por meio de “leituras frívolas”, novelas, poesias ou peças (FERREIRA, 2001:1) não ficou limitado a esse gênero literário. Impulsionado pela Imprensa Régia, que se tornou uma aliada na publicação de livros diversos, como as gramáticas e as várias ciências, entre elas, a Medicina (NEVES, 2014:176) esse acesso foi tornando-se cada vez mais possível por meio da transmissão do conhecimento que não se efetuava apenas por meio da palavra escrita, como afirma Morel (2009:163) mas, ultrapassava as fronteiras sociais não se restringindo ao círculo dos letrados, embora esses detivessem o poder de produção. Em outras palavras, isso pode ser melhor elucidado pela a noção de “circularidade” apontada por Carlo Ginzburg, apreendida por sua vez de Mikhail Bakhtin: “[a circularidade] entre a cultura das classes dominantes e das classe subalternas existiu, na Europa pré-industrial, um relacionamento circular feito de influências recíprocas, que se movia de baixo para cima, bem como de cima para baixo”(GINZBURG, 2006:10).

Os anúncios das obras de Imbert publicados até cerca de finais dos XIX podem indicar um relativo aumento do interesse por assuntos relacionados às ciências em geral. Moreira & Massarani apontam como um dos indicadores para esse aumento o crescimento no número de periódicos relacionados à ciência a partir da década de 1860 (MOREIRA; MASSARANI, 2002). O consumo dessas literaturas também é contatado através do registro de obras e de bibliotecas em inventários. Além das “leituras frívolas”, era possível verificar em bibliotecas particulares a presença de literatura médica e jurídica voltada normalmente para a utilização no exercício dessas profissões. Já nas bibliotecas públicas a frequência dos leitores tinha objetivos diversos: além da leitura de periódicos como os citados aqui, o exame de obras raras, literatura de viagens, mapas, plantas, etc. O acervo de algumas dessas bibliotecas abrangia temas que nem sempre era possível encontrar nas livrarias (FERREIRA, 2005).

A divulgação e acesso mesmo que parcial à *Guia Médica* e às outras obras de Imbert, pode ter se dado não somente por meio das livrarias, de armazéns ou bibliotecas. Os anúncios ou notícias de jornais funcionaram como uma espécie de termômetro no que se refere as transformações ligadas ao comportamento do público leitor (BESSONE, 2014). Esses anúncios poderiam funcionar como indicadores dos interesses da clientela. Na leitura de sinopses e

comentários da obra nos jornais ou ainda nas conversas informais, as ideias do médico eram ecoadas, não se reduzindo aos círculos letrados, num provável movimento de circularidade, como destacado anteriormente, sendo possível afirmar que esses periódicos foram importantes disseminadores do manual, pois não era necessário ser privilegiado socialmente para adquirir eventualmente um exemplar, cujo preço era acessível<sup>176</sup> até mesmo a um escravo de ganho, caso esse quisesse (MARTINS; LUCA, 2008).

Em relação às mulheres, que viriam a ser as principais leitoras de Imbert, supõe que essa parcela da população era reduzida por volta da primeira metade do século XIX, porém, gradativamente, esse número foi se ampliando. O foco de interesse inicial dessas consumidoras era a moda, a literatura e a propaganda de produtos voltados para a economia doméstica (MOREL, 2008). Com relação a esse último, acredita-se que entre os interesses domésticos estavam a busca por literaturas que as auxiliassem nos cuidados relativos à saúde familiar, tal como, os oferecidos pelos manuais de medicina doméstica.

---

<sup>176</sup> Cerca de 40 a 80 réis o exemplar;

### 3.2- Difusão dos Manuais de Medicina Doméstica: A *Guia Médica das Mães de Família*, um caso bem-sucedido?

Por meio dos enunciados “pessoas alheias á arte de curar”, “pessoas estranhas á arte de curar”, ou simplesmente “Guia médica **popular** das mães de família,”<sup>177</sup> em se tratando do manual analisado nessa pesquisa, os compêndios de medicina doméstica eram anunciados nos jornais, indicando a finalidade dos autores, livreiros ou editores de ampliar o público leitor com a promessa de que as obras recém-lançadas poderiam ser compreendidas por um leitor menos especializado.

Esses compêndios destinados ao público leigo buscavam empreender um diálogo direto com um leitor não iniciado na matéria médica e se inserem no gênero divulgação ou vulgarização científica, cada vez mais frequente no meio editorial a partir do século XIX, sendo discriminados pelo termo “popular”. Aline Medeiros afirma que esse termo aponta para duas direções: A primeira diz respeito ao público a quem se endereçava, definido genericamente como “pessoas alheias à arte de curar” e, a segunda denota uma exclusão desse público alheio à ciência médica, que por sua vez, só teria acesso pleno à obra por meio de uma estratégia de tradução e adaptação da linguagem (MEDEIROS, 2018). O termo popular definido por Michel de Certeau (1995) é resultado de uma negação. Esse gesto de exclusão se refere mais àqueles que empreendem, do que àqueles que são negados ou excluídos sob a alcunha de “popular”. Em outras palavras, os autores dos manuais de medicina doméstica se reservavam ao direito de evocar a autoridade digna dos homens da ciência, se distinguindo dos demais cidadãos não iniciados nos assuntos científicos.

O autor de a *Guia Médica*, também buscava a inclusão desse público, atribuindo a si próprio essa alcunha. Procurando ser o “historiador popular”<sup>178</sup>, o dr. Imbert intencionava valer-se do benefícios proporcionados pela ciência ao longo dos tempos e colocá-los à disposição de seu público: “aproveitar-me da ciência senão n’aquillo que fosse suscetível de facilitar a inteligência da narração”<sup>179</sup>. Por certo, como dito anteriormente, traduzir os conhecimentos médicos em uma narrativa de fácil entendimento constituía o objetivo da maioria dos autores desses compêndios. Marques (2004:39) assevera que: “[os autores] eram unânimes em afirmar

---

<sup>177</sup> Grifo nosso;

<sup>178</sup> IMBERT. *Guia Médica das Mães de Família*. op.cit., p.12;

<sup>179</sup> *Ibidem*;

que suas recomendações eram fáceis, sumamente praticáveis e visavam impedir os charlatões de explorar e enganar o povo”. Ou ainda como dito por Buchan:

No hay outro médio para remediar este daño que procurar la pública instruccion. El modo mas eficaz de destruir la charlatanería em qualquer arte ó ciência, es el comunicar sus luces al pueblo. Escriban los médicos sus recetas em lengua vulgar, manifiesten sus intenciones al enfermo de modo que puedan proporcionarse á su entendimiento, y enséñenles á conocer quando la medicina há hecho el deseado efecto (...).<sup>180</sup>

A destinação das obras às “pessoas alheias à arte de curar” ou “estranhas” representava, a ampliação do público consumidor desses manuais, numa tentativa de divulgação ou popularização dos preceitos da ciência médica, enquanto se alertava contra os embustes dos charlatões, demarcando assim, de forma conjunta, o espaço da medicina oficial. Em termos editoriais, constituía o interesse dos autores, editores e demais interessados na vendagem das obras. Entretanto, o próprio dr. Tissot reconhecia os obstáculos para tal ampliação, entre os quais estava obviamente, o analfabetismo. Para tanto, o médico esperava que seus conselhos pudessem ser transmitidos através de todos aqueles que tivessem acesso à sua obra, tais como, os padres, os proprietários de terra, cirurgiões, etc, isto é, seus conselhos deveriam ser propagados mesmo que por meio da leitura coletiva ou das conversas informais”(MARQUES, 2004:1).

Sobre a divulgação ou propriamente o uso do termo “popularização”, Roger Chartier discute seus possíveis significados ao analisar os leitores “populares” da Europa Renascentista entre os séculos XV e XVII. Chartier examinou os testamentos de artesãos e mercadores considerando a presença de livros nesses registros. De fato, era uma minoria que os possuía, porém uma parcela não desprezível da população. No entanto, o autor atribui um novo sentido para essa análise, utilizando o exemplo de Menocchio, o moleiro perseguido pela Inquisição de *O Queijo e os Vermes* de autoria de Carlo Ginzburg (GINZBURG, 2006).

Para ele, o que caracterizava o moleiro como um leitor “popular” não era o *corpus* de suas leituras, mas sim, sua maneira de ler, compreender e utilizar os textos a que tinha acesso. De acordo com esse pressuposto, os livreiros-editores europeus do período analisado investiram em um mercado popular do impresso na tentativa de conquistar os leitores mais humildes através de uma fórmula editorial que baixasse os custos de produção e consequentemente o preço de venda e a eleição de textos ou gêneros suscetíveis de captar um maior número possível de leitores, entre eles, os menos afortunados. O fruto dessas estratégias editoriais foi difundir

---

<sup>180</sup> BUCHAN. *Medicina Doméstica. op.cit.* p. XXXII, XXXIII;

entre os leitores “populares” textos que eles anteriormente conheceram ou que eram restritos aos setores mais cultos. Dessa forma, a popularização estaria associada a uma circulação dos textos estendida a totalidade da sociedade. Em outras palavras, com a transformação gráfica nos textos, as obras puderam ganhar novos públicos, mais amplos e menos doutos, recebendo novos significados distintos dos planejados por seus autores ou construídos por seus primeiros leitores (CHARTIER, 1997).

As dificuldades em determinar os significados e os usos dos termos “divulgação”, “vulgarização” e mais propriamente “popularização” nas ciências é uma preocupação que se estende aos autores contemporâneos. Bernard Lightman classifica a definição desses correlatos como problemática, com destaque para o último, que segundo ele, apresenta conotações tão negativas que o seu uso para discutir temas relativos ao século XIX introduz uma distorção que parece justificar sua dispensa.

O autor admite utilizar o termo “popular” como alusão a algo altamente bem-sucedido ou destinado a um público em massa. Todavia, o termo não era utilizado em referência à ciência até pelo menos o início do século XIX onde há indícios de sua menção por volta da década de 1830. Lightman cita Raymond Willians que afirmou que “popularizar” constituía um termo político até aquele século, isto é, sinônimo de pertencer ao povo e, mais tarde assumiu o significado de apresentar o conhecimento de maneiras geralmente acessíveis. O autor também aponta o significado atribuído pela Royal Institution da Grã-Bretanha que é atrair grandes audiências e prosperidade financeira. Por fim, Lightman ressalta o devido cuidado no uso da expressão “popularizador da ciência” que, de um modo geral, podia significar coisas diferentes para atores diferentes dependendo se isso era visto como algo positivo ou negativo (LIGHTMAN, 2007).

Moema Vergara em *Ensaio Sobre o Termo “Vulgarização Científica” no Brasil do Século XIX* (2008) elucida melhor esse conceito. No estudo, a autora analisa seu histórico que envolve suas práticas e os processos sociais que o construíram. Segundo ela, nesse período essa expressão designava especificamente a ação de falar de ciência para os leigos. Contudo, no século XX, o termo caiu em desuso, dando lugar a “divulgação científica”, que se refere às várias instâncias da comunicação da ciência.

A autora indica que o sentido negativo do termo já podia ser observado no início do século XIX como demonstrado pelo *Dicionário da Língua Portuguesa* de Antonio de Moraes Silva onde verifica-se: “Vulgarização” é o ato ou ação de vulgarizar, que por sua vez significa

“reduzir ao estado do plebeu, e homem vulgar. Fazer comum, com abatimento da nobreza, gradação de apreço, respeito. Traduzir em vulgar, romancear. Publicar a todos, prostituir-se”.<sup>181</sup> Segundo ela, de acordo com o dicionário, há uma perda da “aura” e um deslocamento de valores, de nobres para plebeu, culminando com a corrupção que seria o ato de prostituir-se. Já na edição de 1891 do mesmo dicionário, foi adicionado: “tornar alguma coisa geralmente conhecida, sabida, tornar-se geral, vulgar, espalhar-se muito; divulgar-se”. Vergara resume que a vulgarização científica do século XIX trazia consigo algumas preocupações, tais como como: “o limite na transmissão dos conteúdos; a preocupação de estar ao alcance de todos e assim conferir um efeito universal ao conhecimento; além de carregar a centelha do novo”(p.139).

Retomando aos anúncios de divulgação da *Guia Médica* nos jornais, podemos cotejá-los com os objetivos do dr. Imbert que foram citados anteriormente: “tive a ideia, (...), de colher na sciencia algumas noções, e pô-las ao alcance da intelligencia das mães”, “busquei de preferencia os preceitos mais simples, mais fáceis, e menos arriscados na aplicação”, “indiquei os meios de tratamento mais simples”, “facilitar a intelligência da narração”<sup>182</sup>. Percebemos o propósito do autor em destinar o manual a uma parcela da população que, naquele momento era alvo de preocupação da classe médica em razão do problema da mortalidade infantil. As mães, destinatárias desses manuais, embora representassem um número reduzido de leitores, tinham o acesso a obra mesmo que de forma parcial ou por vezes, rudimentar. Certamente, não devemos considerar apenas a aquisição do conhecimento via leitura individual, mas, a sua transmissão por meio da coletividade, das conversas entre essas mães, comadres, através das parteiras que liam e ressignificavam o conhecimento, entre outros. Na “facilitação da intelligência da narração” o conhecimento é estendido às pessoas “alheias á arte de curar”, esse é o ponto onde se funde o objetivo do autor e demais interessados na vendagem da obra, onde o papel dos livreiros, tipógrafos e editores foi fundamental para a ampliação e divulgação de impressos, fossem eles pertencentes a qualquer gênero (FERREIRA, 2011).

É nessa perspectiva que podemos destacar algo em comum nos aspectos da divulgação ou popularização dos manuais de medicina doméstica: a ampliação do público leitor, por meio do “fazer comum” ou ainda “tornar alguma coisa geralmente conhecida, sabida, tornar-se geral,

---

<sup>181</sup>A autora utiliza a edição de 1813, porém é possível verificar a mesma definição na edição original do dicionário publicada em 1789. Cf.: SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portugueza Composto pelo Padre d.Rafael Bluteau, Reformado e Accrescentado por Antonio de Moraes Silva*. Tomo Segundo. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, p.537. Disponível em: <https://books.google.com.br>, acesso 02 de julho de 2018;

<sup>182</sup> IMBERT. *Guia Médica das Mães de Família*. op.cit., p.10, 11-12;

vulgar, espalhar-se muito; divulgar-se”<sup>183</sup>. Obviamente, os autores desses manuais eram cômicos dos limites dessa divulgação que, dificilmente iria ocorrer se não por meio de uma “facilitação da narração” como exposto por Imbert e ainda por Buchan “[...]escriban los médicos sus recetas em lengua vulgar, manifiesten sus intenciones al enfermo de modo que puedan proporcionarse á su entendimiento”<sup>184</sup>. Como destacado, isso perpassa seguramente, pelos interesses comerciais de editores ou livreiros como foi indicado por Chartier que por meio da transformação gráfica nos textos, as obras puderam ganhar novos públicos, mais amplos e menos instruídos e, por conseguinte, recebendo novos significados distintos dos planejados por seus autores ou construídos por seus primeiros leitores. Assim, circulação das ideias de Imbert poderiam ultrapassar o público estritamente leitor, embora o uso de sua produção impressa fosse monopolizado por esse.

Todavia, é importante destacar que essa popularização traz consigo uma advertência como observado por Certeau (1995). O tornar “popular” apresenta uma negação, isto é, uma exclusão. É na ação de estender os conhecimentos médicos a um público não iniciado nesses assuntos, a classe médica se impunha como o único conhecimento legítimo, alertando para os perigos das crenças não autorizadas pela medicina oficial. Nessa ação, os manuais de medicina doméstica viriam a cumprir um de seus propósitos: a repreensão aos charlatães.

É pouco provável conseguirmos aferir com precisão a audiência da *Guia Médica* ao longo do século XIX ou mesmo identificar com exatidão quem eram seus leitores. Em se tratando dos jornais, fonte mais profícua para se analisar a receptividade das obras de Imbert entre leitores e o mercado editorial, as cartas enviadas à redação habitualmente referiam-se a assuntos relacionados à atividade profissional do médico e não diretamente com a *Guia Médica*, sendo tais cartas atinentes à jornais de natureza especializada.

Não obstante a esses dados, é possível atestar a sua influência perante a comunidade médica e a autoridade científica atribuída às suas obras mesmo diante dos imbróglis nos quais se envolveu ao longo de sua carreira que foram citados nessa pesquisa. Abaixo, são mencionadas algumas dessas referências:

(...) onde cada médico mostra o que he, si não tivesse frequentes ocasiões de conhecer e avaliar os conhecimentos médicos do Sr.Imbert; tem adiante dos olhos o seu Tratado da Velhice, ou Arte de Prolongar a Vida; os seus Conselhos as Mães Barsileiras sobre o aleitamento; e o seu Manual do Fazendeiro. Todos esses escriptos concebidos e publicados pelo Sr.Dr. Imbert,

---

<sup>183</sup> SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa. op.cit.* Conforme as versões de 1789 e 1891;

<sup>184</sup> BUCHAN. *Medicina Doméstica. op.cit.*, p. XXXII-XXXIII;

no Rio de Janeiro, depois de sua chegada; são irrefragáveis documentos da muita instrução, capacidade, e modéstia do Sr. Dr. Imbert (...) (*Revista Médica Fluminense*, 1835);<sup>185</sup>

Não lastimamos a conducta do Sr. Frederico por ele ser estrangeiro, e menos porque o invejamos; parece-nos que a nossa posição nos porá a salvo dessa suspeita; de mais hum Sigaud, hum Imbert, hum Cuissant, hum Coats, e outros dignos Médicos estrangeiros, estão muito mais nas circunstancias de terem êmulos, do que o Sr. Frederico (...) (*Revista Médica Fluminense*, 1835);<sup>186</sup>

Se a homeopathia conta algumas pessoas que exerção sem título, [sic]; temos muitas boticas onde se vendem, para se applicado por qual quer curandeiro, pílulas, elixires e panacéas, pra todas as moléstias indistintamente e para poder qualquer envenenar-se a si e a su família: quem se lembrou jamais de reclamar contra tais abusos, e de gritar para acudir a polícia? Não temos ahi a medicina de Buchan, O Aviso ao Povo de Tissot? O Diccionario de Chernoviz? O Manual do Fazendeiro, de Imbert? (*Jornal do Commercio*, 1846);<sup>187</sup>

As plantas medicinais da nossa flora pela maior parte (vimos que) ainda não passarão da medicina popular. Achão-se muitas delas indicadas em obras de medicina escriptas por estrangeiros no Brasil (Sigaud, Imbert, Chernoviz). Coube-lhes lugar no formulário farmacêutico destes (...) (*Pedro II*, 1863).<sup>188</sup>

Esses dados constituem importantes elementos que nos permitem aferir em certa medida, a acumulação de capital científico pelo dr. Imbert. Mas, devemos adicionar a esses, a sua inserção na AIM, juntamente com as relações profissionais e até pessoais mantidas pelo doutor ao longo de sua carreira, tais como, o dr. Sigaud e o dr. Emílio Joaquim da Silva Maia, a quem Imbert mencionou de forma honrosa na *Guia Médica*. Todas essas informações nos permitem deduzir o grau de autoridade científica conferida as suas obras e refletir sobre a construção do “nome” ou o reconhecimento desse, não somente perante a comunidade médica, mas, diante de seus possíveis leitores ou ouvintes.<sup>189</sup>

No que diz respeito a esse reconhecimento, a *Guia Médica* foi aludida por importantes autores contemporâneos a ela, bem como em relevantes obras de nossa historiografia. Theodoro Langgaard em seu *Dicionário de Medicina Doméstica e Popular* de 1865 ressalta o caráter vulgar da obra: “Guia Médica Popular das mãis de família, (...), expostos com clareza para o entendimento das pessoas alheias á arte de curar (...)” e ainda a notoriedade de Imbert:

---

<sup>185</sup> *Revista Médica Fluminense*, outubro/1835, n.7;

<sup>186</sup> *Revista Médica Fluminense*, dezembro/1835, n.9;

<sup>187</sup> *Jornal do Commercio*, 20/01/1846, Anno XXI, n.20;

<sup>188</sup> *Pedro II*, 24/04/1863, Anno XXIII, n.91;

<sup>189</sup> Como mencionando no capítulo dois, a aquisição de autoridade ou a acumulação de capital científico de acordo com Pierre Bourdieu significa: “[...] é fazer um ‘nome’, um nome próprio, um nome conhecido e reconhecido, marca que distingue imediatamente seu portador [...]”. Cf. (BOURDIEU, 1983:132);

“O ilustrado e bem conhecido autor desta obra elementar (...)”<sup>190</sup>. Langgaard ainda reproduz a descrição da obra presente na maioria dos jornais e mencionando seu valor em volume brochado (2\$500) e encadernado (3\$000).

Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala* (1981) cita a *Guia Médica* de forma detalhada para tratar de questões relativas ao aleitamento materno e mortalidade infantil relacionando-os com o tema da escravidão como exposto no capítulo dois desse trabalho. Além da obra, Freyre também faz alusão ao *Manual do Fazendeiro* e *Uma Palavra sobre o Charlatanismo e os Charlatães*.

Além desses, uma outra referência ao dr. Imbert é feita por Lycurgo Santos Filho em *História Geral da Medicina Brasileira* (1977). No livro, Filho não cita a *Guia Médica* propriamente, mas sim, o *Manual do Fazendeiro* juntamente com uma pequena bibliografia do médico.

Retomando aos caminhos percorridos pela *Guia Médica* verificamos, como já mencionado aqui, sua ampla divulgação na Corte em importantes jornais como o *Jornal do Commercio* e *Diário do Rio de Janeiro* que apostavam numa linha mais mercantil e noticiosa, além de outros periódicos de efêmera duração. Circulou pela Bahia e Pernambuco que apresentaram uma relevante imprensa juntamente com o Rio de Janeiro ainda no governo joanino, além do Pará e Maranhão que foram pólos geopolíticos e comerciais. Também há registros de venda da obra em Fortaleza e Mato-Grosso, publicada muitas vezes por meio de transcrições de jornais de maior circulação.

Pode-se afirmar que a *Guia Médica* esteve presente em grande parte do território que se constituía nacional, em sua maioria, vendida em casa de livreiros ou mais frequentemente em estabelecimentos comerciais que negociavam vários tipos de gêneros, além da possibilidade de aquisição através de encomendas, levadas por vezes, por caixeiros viajantes. Ao divulgarem seus títulos na imprensa, os livreiros em busca de novos clientes enfatizavam: “Para qualquer ponto do Império” atingindo lugares distantes e menos populosos. Alessandra El-Far (2006) aponta que algumas das obras caracterizadas por “gosto do povo” que incluíam os manuais, almanaques, livros de receita, folhetos, histórias infantis, entre outros, puderam permanecer nas prateleiras das livrarias por anos ou décadas seguidas, sendo reeditadas e recebendo novos

---

<sup>190</sup> LANGGAARD, Theodoro, J.H. *Diccionario Medicina Domestica e Popular*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1865;

formatos o que contribuiu significativamente para o desenvolvimento do mercado editorial brasileiro. Novas edições e repetidas tiragens são os fatores mais evidentes que permitem dimensionar a popularização dos manuais no século XIX, como já mencionara Chernoviz em carta, relatando que em apenas três dias, tinha vendido trezentos exemplares enviando-os para várias localidades do país. O autor esperava que a venda fosse promissora o que o obrigaria a imprimir uma segunda edição, o que de fato ocorreu. O *Formulário ou Guia Médico* teve dezenove edições em português e, pelo menos três em espanhol.<sup>191</sup>

Efetivamente, não podemos atribuir o mesmo significado à *Guia Médica* avaliando sua popularização por intermédio do número de tiragens pois, a mesma apresentou apenas uma única edição. Contudo, é possível inferir por meio dos dados apresentados que o manual tornou-se conhecido da população brasileira, obviamente a maioria letrada, por meio dos diversos anúncios frequentemente publicados até cerca de final dos XIX. Os jornais, que naquele momento traziam transcrições de longos trechos de livros ou comentários das obras, tornaram-se veículos de disseminação desses conteúdos; ou seja, mesmo quem não tinha acesso a tais livros poderia lê-los em partes ou terem o conhecimento do seu conteúdo por meio das críticas feitas em colunas como “Anúncios”, “No Prelo” ou “Saiu á luz” (MARTINS; LUCA, 2008). Patrícia Pina explica a importância desse impresso para o Brasil dos Dezenove:

Enquanto suporte de informação e cultura, o jornal pode suprir as necessidades intelectuais do leitor. Mesmo em sua fase inicial, no Brasil do século XIX, ele poderia ser lido em qualquer lugar, por uma ou por várias pessoas, poderia ser alvo de uma leitura coletiva, alcançando, assim, até mesmo receptores analfabetos-poderia ser, também, emprestado, vencendo limites, imposições e dificuldades financeiras (PINA, 2010:8).

Com a aproximação do final do século fatores como: o aumento no índice de letramento, um maior número de obras em circulação, baixos preços e as estratégias de divulgação conseguiram levar o texto impresso para a vida cotidiana de uma parcela cada vez maior dessa população. Tratando-se da *Guia Médica*, dos frequentes anúncios nos jornais até o final dos XIX até as citações em importantes obras do século XX, é possível considerar que a obra tornou-se um caso bem-sucedido de divulgação dos manuais de medicina doméstica e conseqüentemente de vulgarização da ciência no século XIX pois, como dito por Bessone (2014), os anúncios ou notícias de jornais funcionaram como uma espécie de termômetro no que se refere as transformações ligadas ao comportamento do público leitor. Assim sendo, tais

---

<sup>191</sup>FORMULÁRIO OU GUIA MÉDICO. Brasileira-A Divulgação Científica no Brasil. Disponível em: [www.fiocruz.br](http://www.fiocruz.br) acesso em 28 de junho de 2018;

anúncios refletiam os interesses desse público, ao passo que, permitiam a divulgação e acesso mesmo que parcial à *Guia Médica* e às outras obras de Imbert. Ademais devemos também considerar a transmissão do conhecimento via oral como um dos fatores propulsores na divulgação dos manuais. De acordo com Rosemberg (1983:23), a audiência bem sucedida dos manuais de medicina doméstica na Inglaterra do século XVIII, tenha se dado através da ministração do conhecimento adquirido nas obras por meio de uma elite rural, aos seus vizinhos, familiares e dependentes impossibilitados de empregar um médico. Segundo ele, esse fator provavelmente tenha sido o responsável por transformar *Medicina Doméstica* de Buchan e *Aviso ao Povo sobre sua Saúde* de Tissot em livros de uso popular.

Em nosso caso, acredita-se que as interseções das expressões orais e escritas, das culturas letradas e iletradas tenha exercido um papel preponderante na divulgação da *Guia Médica* ao considerarmos que a obra ultrapassou os limites das casas da elite alfabetizada, consumidora de jornais e demais obras impressas e frequentadora de bibliotecas e livrarias. Alcançou as alcovas de mães recém paridas, as comadres entre trocas de receitas e conselhos ditados pelo doutor, as parteiras que mesclavam as prescrições médicas com os conhecimentos populares e as conversas entre mãe e filha na cozinha da casa grande, observadas muitas vezes, por uma ama negra. Cumpria-se assim, o desejo dos autores desses compêndios de medicina que esperavam que seus conselhos pudessem ser transmitidos através de todos aqueles que tivessem acesso à sua obra, isto é, propagando seus discursos, mesmo que por vias auditivas (MARQUES, 2004:1).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de três capítulos deste trabalho procurou-se analisar os manuais de medicina doméstica tendo como principal objeto de análise a *Guia Médica das Mães de Família*. Sob as lentes desse manual pedagógico voltado para a instrução das mães nos cuidados com as crianças, buscou-se compreender suas características, usos e inserção num contexto caracterizado pelo processo de institucionalização da medicina e rearranjo dos diversos agentes de cura dentro do amplo cenário das práticas medicinais no Brasil do século XIX (PIMENTA, 2004:72).<sup>192</sup> Nesse contexto, inúmeras terapias foram reunidas em uma única categoria: o charlatão.<sup>193</sup>

Tal processo foi lento e conflituoso e os manuais de medicina doméstica constituíram um dos meios utilizados pela medicina oficial na tentativa de demarcar seu espaço e estabelecer sua autoridade ao serem introduzidos nos lugares onde a figura do médico era praticamente inexistente. Esses manuais levaram a medicina acadêmica à população do imenso território rural do país, enquanto impunham-se como único conhecimento legitimado, alertando simultaneamente para os perigos do charlatanismo.

A *Guia Médica*, inserida nesse cenário, representa o reflexo das teorias higiênicas vigentes que também permearam o ensino médico no Brasil, onde a maternidade, estabelecida como função primordial da mulher, foi constituída como um campo de constantes debates. Através de sua análise e outras obras análogas também utilizadas nessa pesquisa, foi possível perceber o lugar ocupado pela mulher e sua função de acordo com o pensamento médico do período examinado, onde ela é definida pelo seu útero. Esse órgão, considerado como parte central do corpo da mulher, exigia toda a atenção da classe médica, especialmente em ocasião de uma gestação. No discurso médico iluminista, a centralidade do útero constituiu um tema recorrente nas teses e compêndios de medicina.

Entretanto, a obra demonstrou o cuidado diferenciado apresentado pelo doutor com relação às mães brancas e as negras escravizadas. Às primeiras, apresentadas no manual como

---

<sup>192</sup> A Lei de 03/10/1832 é apontada como uma das principais responsáveis no estabelecimento do monopólio legal das artes de curar por parte dos médicos. Algumas categorias passaram a ser deslegitimadas, enquanto outras tiveram seu exercício atrelados à Faculdade de Medicina.

<sup>193</sup> O “charlatão” foi a denominação atribuída à uma categoria abrangente que englobava curandeiros, homeopatas, boticários, parteiras, médicos não habilitados pelas escolas de medicina, práticos leigos fabricantes de remédios, entre outros. O termo denominava uma “figura hostil em oposição à identidade do médico, portador dos saberes da ciência e único profissional confiável para questões de saúde”(SAMPAIO, 2001:30 *apud* FARIAS, 2012:24).

as “mães de família”, tinham o acesso aos benefícios oriundos da ciência higiênica e portanto, amparadas por essa. Já as escravas, foram representadas por duas categorias: pelas parturientes e pelas que atuavam como parteiras. Aquelas que estavam para dar a luz foram razão de apreensão do médico, por receio da perda de um bem: “As negras que acabão de parir, isto he, que acabão de aumentar o capital do seu senhor (...)”(IMBERT, 1839:257); seus partos mereciam atenção e o cuidado de seus senhores por se tratarem de uma questão econômica como foi evidenciado, que poderia envolver possíveis perdas diante de um cenário sem garantias de reposição como determinado pela lei do fim do tráfico. Já àquelas que atuavam como parteiras foram alvo de toda indignação do médico por colocarem em riscos a vida das parturientes e de seus bebês o que ocasionaria grandes prejuízos financeiros.

Outra conclusão que chegamos a respeito dos posicionamentos de Imbert frente à escravidão é sobre a utilização das amas-de-leite. Sua postura revela-se intrigante diante de uma análise menos minuciosa, gerando indagações devido a sua insistência na utilização das escravas como amas-de-leite, contrariando o discurso progressista propagado pela comunidade médica de então que exaltava o aleitamento materno relacionando-o com ideias civilizatórias que envolvia a aversão à figura do escravo, considerando seu leite como um perigo de ordem moral.

Como vimos, efetivamente, não possuímos subsídios para propor qualquer envolvimento do médico com o comércio das amas-de-leite, entretanto, os enfrentamentos no interior de sua classe devido sua conduta conservadora nos sugerem que ele poderia estar mais interessado em construir o seu nome como autor, assim como preconizado por Bourdieu, fazendo-se “conhecido e reconhecido”<sup>194</sup> através de uma dinâmica não mais baseada nas reverências típicas de um sistema de corte mas, num sistema de autoria autônomo, mobilizado por seus próprios critérios. Imbert reafirma sua identidade autoral tendo como bases sua experiência como médico no país<sup>195</sup> e suas habilidades como autor de diversas obras médicas. O desenvolvimento de um código destinado à instrução das mães que segundo ele, tinha como originalidade estar pautado nos mais recentes avanços da Higiene, iria suprir a carência de literaturas médicas direcionadas ao público leigo. Desse modo, o autor prosseguia na acumulação de capital científico, a medida que, ocupava o seu lugar de homem da ciência para

---

<sup>194</sup> BOURDIEU. *O Campo Científico. op.cit.*, p.132;

<sup>195</sup> IMBERT. *Guia Médica. op.cit.*, p.49;

além das honrarias conferidas aos membros da Academia Imperial de Medicina, mas como um autor que reunia o estatuto de verdade e confiabilidade em suas obras.

Por fim, saliento as contribuições da *Guia Médica* para o estudo da divulgação científica no século XIX tendo como fio condutor os manuais. Em ações como , “fazer comum”, “tornar alguma coisa geralmente conhecida”, “sabida”, “vulgar”, “divulgar-se”<sup>196</sup>, os autores desses manuais ampliavam o acesso a esses títulos, enquanto estabeleciam sua autoridade científica como portadores da medicina acadêmica trazendo consigo a negação ou exclusão das crenças não autorizadas pela medicina oficial (CERTEAU:1995). Nessas ações, os manuais de medicina doméstica viriam a cumprir um de seus propósitos: a repreensão aos charlatães.

Embora todos os limites dessa divulgação, com destaque para o problema do analfabetismo, devemos considerar, as interseções das expressões orais e escritas assim como apontado por Rosemberg (1983) ao avaliar a audiência bem sucedida de *Medicina Doméstica* de Buchan e *Aviso ao Povo sobre sua Saúde* de Tissot. De acordo com o autor, a comunicação por meio das conversas entre familiares e vizinhos, tenha sido fator determinante para o sucesso nessa divulgação. Em nosso caso, acredita-se que os jornais tenham sido colaboradores nessa tarefa pois, segundo Patrícia Pina (2010:8):

(o jornal) poderia ser lido em qualquer lugar, por uma ou por várias pessoas, poderia ser alvo de uma leitura coletiva, alcançando, assim, até mesmo receptores analfabetos-poderia ser, também, emprestado, vencendo limites, imposições e dificuldades financeiras.

Nesse âmbito, é possível considerar a *Guia Médica* como um exemplo de popularização da ciência, assim como visto no terceiro capítulo desse estudo, ao ponderar sua circulação nos ambientes domésticos, em livrarias ou demais espaços de sociabilidade, sendo lida ou interpretada por uma coletividade que por sua vez, tornou-se responsável por sua propagação.

Neste trabalho, a *Guia Médica das Mães de Família* foi utilizada como introdução e veículo para o estudo dos manuais de medicina doméstica entre os séculos XVIII e XIX. Considero essa temática ainda carente de estudos mais sistematizados, sobretudo em língua portuguesa. Destaco a inexistência de trabalhos sobre a obra e a escassez de informações sobre o autor como consideráveis obstáculos. Trilhar um caminho ainda desconhecido suscitou o levantamento de hipóteses que ainda não puderam ser totalmente comprovadas. Não obstante a essas dificuldades, a *Guia Médica* revelou-se um importante material para o estudo das feições

---

<sup>196</sup> SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa. op.cit.* Conforme as versões de 1789 e 1891;

medicina do período abordado e as diversas tentativas da classe médica em se impor como o único conhecimento legitimado. Ressalto o uso dessa obra como um dos pontos de partida para o estudo dos compêndios de medicina popular, sobretudo àqueles voltados para a educação feminina sob a ótica da Medicina. Os estudos sobre maternidade poderão ser enriquecidos através da análise mais consistente de uma obra como a *Guia Médica*, em aspectos como a visão científica sobre a mulher e o papel destinado a ela, além dos diferentes tratamentos oferecido às mães de acordo com sua cor e classe. Dessa forma, apresento esta contribuição para este campo historiográfico, desejando o aparecimento de novos estudos que venham enriquecer e preencher as lacunas que porventura ainda existam nessa pesquisa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Fontes

AZEVEDO, Aluísio. *A Mortalha de Alzira*. Rio de Janeiro, Garnier, 1903;

BUCHAN, William. *Medicina Doméstica*. Tomo I. Madrid: Imprensa Real, 1785. Disponível em: <https://archive.org>;

BUCHAN, G. *Medicina Doméstica ou Tratado Completo dos Meios de Conservar a Saúde, e de Curar, e Precaver as Enfermidades por Via de Remédios Simples*. 4 Vol. Tradução Manoel Henriques de Paiva. Lisboa: Tip. Academia Real de Ciências, 1801;

COUTINHO, José Lino. *Cartas sobre a Educação de Cora Seguidas de um Cathecismo Moral, Político, e Religioso*. Bahia: Typographia de Carlos Poggetti, 1849;

FERREIRA, Luis Gomes. *Erário Mineral*, v. 1, 1735;

FRANCO, Francisco de Mello. *Tratado da Educação Fysica dos Menino, para Uso da Nação Portuguesa*. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciências, 1790;

IMBERT, Jean Baptiste Alban. *Uma Palavra sobre o Charlatanismo e os Charlatões*. Rio de Janeiro: Typografia de J.S.Sain -Amant e L.A Burgain, 1837. Disponível em: <https://www.nlm.nih.gov/>;

\_\_\_\_\_, Jean Baptiste Alban. *Manual do Fazendeiro ou Tratado Doméstico sobre as Enfermidades dos Negros*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1839; Disponível em: [https://archive.org/stream/DELTA539211FA/BSG\\_DELTA53921\\_1FA\\_0001#page/n0/mode/2up](https://archive.org/stream/DELTA539211FA/BSG_DELTA53921_1FA_0001#page/n0/mode/2up);

\_\_\_\_\_, Jean Baptiste Alban. *A Guia Médica das Mães de Família ou A Infância Considerada na sua Hygiene, suas Moléstias e Tratamentos*. Rio de Janeiro: Typographia Franceza, 1843;

LANGGAARD, Theodoro, J.H. *Diccionario Medicina Domestica e Popular*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1865;

MORAES, Francisco. *Estudantes Brasileiros em Coimbra (1772-1872)*. Anais Da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1940;

NEVES, Guilhermina de Azambuja. *Entretenimentos sobre os Deveres de Civildade Colecionados para Uso da Puericia Brasileira de Ambos os Sexos*, 1875;

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa Composto pelo Padre d.Rafael Bluteau, Reformado e Accrescentado por Antonio de Moraes Silva*. Tomo Segundo. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. Disponível em: <https://books.google.com.br>, acesso 02 de julho de 2018;

TAUNAY. Carlos Augusto. *Manual do Agricultor Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J.Villeneuve e Comp., 1839;

TISSOT, Samuel Auguste André David. Tomo I, Lisboa: Officina de Filippe da Silva e Azevedo,1786, p. XXVIII. Disponível em: <https://books.google.es/books?id>, acesso em 15 de março de 2018;

\_\_\_\_\_, Samuel Auguste David. Tomo II, Lisboa: Regia Officina Typografica, 1777. Disponível em: <http://obrasraras.sibi.usp.br>, acesso 10 de abril de 2018;

### **Jornais**

*Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, n.3, 1844;

*Diário do Rio de Janeiro*, 13/01/1832, n.10;

*Diário do Rio de Janeiro*, n.159, 20/07/1843;

*Jornal do Commercio*, 20/07/1843, Ano XVIII, n.190;

*Jornal do Commercio*, 04/08/1843, Ano XVIII, n.204;

*Jornal do Commercio*, 21/08/1843, Ano XVIII, n.220;

*Jornal do Commercio*, 17/01/1845, Anno XX, n.16;

*Jornal do Commercio*, 20/01/1846, Anno XXI, n.20;

*Ostensor Brasileiro-Jornal Litterário e Pictoral*. Rio de Janeiro, 1845-1846;

*Pedro II*, 24/04/1863, Anno XXIII, n.91;

*Revista Médica Fluminense*, outubro/1835, n.7;

*Revista Médica Fluminense*, dezembro/1835, n.9;

### **Teses**

BARROS, José Joaquim Ferreira Monteiro. *A Mulher, e sua Diferença do Homem; e sobre o Regimem que deve seguir no Estado de Prenhez*. Centro de Ciência da Saúde-CCS/UFRJ, 1845;

COSTA, Francisco de Paula. *Algumas Considerações sobre o Charlatanismo em Medicina*., Centro de Ciência da Saúde-CCS/UFRJ;

JARDIM, David Gomes. *A Higiene dos Escravos*. Rio de Janeiro, Centro de Ciência da Saúde-CCS/UFRJ, 1847;

LEITÃO, Antonio Gonsalves d'Araujo - *Sobre a hygiene da infância*.,. Centro de Ciência da Saúde-CCS/UFRJ, 1840;

MEIRELLES, Zeferino Justino da Silva. *Breves Considerações sobre as Vantagens do Aleitamento Maternal*. Centro de Ciência da Saúde-CCS/UFRJ, 1847;

YALLE, Luiz Vianna D'Almeida. *Mulher e Matrimonio Medicamente Considerados*, Centro de Ciência da Saúde-CCS/UFRJ, 1847;

REGO, Pedro da Silva-*Os cuidados que reclama a mulher depois do parto natural*, Centro de Ciência da Saúde-CCS/UFRJ, 1838;

## **Bibliografia**

ABREU, Jean Luis Neves. A Colônia Enferma e a Saúde dos Povos: A Medicina das 'Luzes' e as Informações Sobre as Enfermidades da América Portuguesa. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.14, n.3, p.761-778, jul-set, 2007;

\_\_\_\_\_. *Nos Domínios do Corpo. O saber Médico Luso-Brasileiro no Século XVIII*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011;

ALENCASTRO, Luís Felipe. "Vida Privada e Ordem Privada no Império". In: \_\_\_\_\_ & NOVAES, Fernando. *História da Vida Privada no Brasil, Volume 2*, 1997;

APPLE, Rima. Constructing Mothers: Scientific Motherhood in the Nineteenth and Twentieth Centuries. *Social History of Medicine*. Oxford: The Society for the History of Medicine, p.161-178, 1995;

ÀRIES, Phillipe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981;

BADINTER, Elisabeth. *Um amor Conquistado. O Mito do Amor Materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985;

BARREIROS, Bruno Fernandes. *Concepções do Corpo no Portugal do Século XVIII: Sensibilidade, Higiene e Saúde Pública*. 297 f. Tese (Doutorado em História, Filosofia e Patrimônio da Ciência e da Tecnologia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova Lisboa, Lisboa, 2014;

BARRETO, Maria Renilda Nery. *A Medicina Luso-Brasileira: Instituições, Médicos, Populações Enfermas em Salvador e Lisboa (1808-1851)*. 257f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde). Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, Rio de Janeiro, 2005;

BARRETO, Maria Renilda Nery. A Ciência do Parto nos Manuais Portugueses de Obstetrícia. *Gênero*. Niterói, v.7, n.2, p.219-236, 1 sem.2007;

BARRETO, Patrícia Regina Corrêa. Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: Oficina de Homens. XIII Encontro de História Anpuh-Rio *Identidades*, Seropédica, RJ, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-UFRRJ, 2008;

BESSONE, Tania Maria. *Palácios de Destinos Cruzados. Bibliotecas, Homens e Livros no Rio de Janeiro (1870-1920)*. São Paulo:EDUSP, 2014;

BYNUM, William. *História da Medicina*. Porto Alegre: L&PM Editores, 2011;

BOTO, Carlota. *A Escola do Homem Novo. Entre o Iluminismo e a Revolução Francesa*. Editora UNESP: São Paulo, 1996, p.21;

BOURDIEU, Pierre. O Campo Científico. In Ortiz, Renato. *Pierre Bourdieu*. São Paulo:Ática, 1983;

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino: Imprensa e Ideologia no Jornal O Estado de S.Paulo*. São Paulo:Alfa-Ômega, 1980;

CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. *Procura-se “Preta, Com Muito Bom Leite, Prendada e Carinhosa”*: Uma cartografia das Amas de Leite na Sociedade Carioca (1850-1888). 409 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas, UNB, Brasília, 2006, p.83-84;

CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. Uma Cartografia das Amas-de Leite na Sociedade Carioca Oitocentista. *Textos de História*, vol.15, n.1/2, 2007, p.122-123;

CARULA, Karoline. Perigosas Amas de Leite: Aleitamento Materno, Ciência e Escravidão em *A Mãe de Família*. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.19, supl., dez.2012, p.205-206;

CARVALHO, Kátia de. *Travessia das Letras*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999;

CERTEAU, Michel de. *A Cultura no Plural*. Campinas:Papirus, 1995;

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril. Cortiços e Epidemias na Corte Imperial*. Editora Companhia das Letras: São Paulo, 1996;

CHARTIER, Roger. “Lecturas e Lectores ‘Populares’ desde El Renacimiento hasta la Época Clássica”. In CAVALLO, Guglielmo e CHARTIER, Roger. *História de La Lectura en El Mundo Occidental*. México:Editora Taurus Minor, 1997, pp. 469-493;

- \_\_\_\_\_, Roger. *O que é um Autor? Revisão de uma Genealogia*. São Carlos:EDUFSCAR, 2012;
- COELHO, Edmundo Campos. *As Profissões Imperiais. Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro (1822-1930)*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 1999;
- CORBIN, Alain. *Saberes e Odores. O Olfato e o Imaginário Social nos Século XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987;
- CORÇÃO, Gustavo. *Machado de Assis, Obras Completas*. v.III Rio de Janeiro, Nova Aguillar, 1979;
- CORADINI, Odaci Luiz. A Formação da Elite Médica, a Academia Nacional de Medicina e a França como Centro de Importação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n°35, janeiro-junho de 2005;
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1989;
- D'INCÃO, Maria Ângela. “Mulher e Família Burguesa”. In DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla.(orgs). *História das Mulheres no Brasil*. 8ª ed. São Paulo: Contexto, 2006;
- DULIEU, Louis. *La Medicine a Montpellier*. Tome IV. De la Première a la Troisième République. 2ª parte. Avignon: les Press Universelles, 1988-1990;
- EDLER, Flávio. “A Medicina Acadêmica Imperial e as Ciências Naturais”. In HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antônio Augusto Passos. *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*. Editora Access: Rio de Janeiro, 2001;
- EDLER, Flavio Coelho. Saúde e Higiene Pública na Ordem Colonial e Joanina. Comentário. *Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira*. Disponível em: <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br>. Acesso em 12 de julho de 2017;
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador. Uma História dos Costumes*. Volume 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1990;
- EHRENREICH, Barbara; ENGLISH, Deirdre. *Brujas, Parteras y Enfermeras*. NY: The Faculty Press, 1981;
- FAR, Alessandra El. *Páginas de Sensação. Literatura popular e Pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004;
- \_\_\_\_\_. *O Livro e a Leitura no Brasil*. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 2006;

FARIAS, Rosilene Gomes. Pai Manoel, o Curandeiro Africano e a Medicina no Pernambuco Imperial. *História, Ciências e Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.19, supl. dez.2012;

FERREIRA, Luís Otávio; MAIO, Marcos Chor; AZEVEDO, Nara. A Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro: a Gênese de uma Rede Institucional Alternativa. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, IV (3), nov.1997-fev.1998;

\_\_\_\_\_, Luiz Otávio. Os Periódicos Médicos e a Invenção de uma Agenda Sanitária para o Brasil (1827-1843). *História, Ciências e Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.6, n.2, 1999;

FERREIRA, Antonio Gomes. *Gerar, Criar, Educar: A criança no Portugal do Antigo Regime*. Coimbra: Quarteto, 2000;

\_\_\_\_\_, Antonio Gomes. Higiene e Controlo Médico da Infância e da Escola. *Cad. Cedes*, Campinas, v.23, n.59, abril, 2003;

FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. “Os Livros na Imprensa: As Resenhas e a Divulgação do Conhecimento no Brasil na Segunda Metade do Século XIX”. In CARVALHO, José Murilo de (org.). *Nação e Cidadania no Império: Novos Horizontes*. Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2007;

\_\_\_\_\_, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. Comércio de Livros: Livreiros, Livrarias e Impressos. *Escritos Cinco*. Ano 5, n.5, 2011;

\_\_\_\_\_, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. Livros de História: Bibliotecas e Mercado Editorial no Século XIX. *XXIII Simpósio Nacional de História-ANPUH*, Londrina, 2005;

\_\_\_\_\_, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. As Bibliotecas Públicas Cariocas no Século XIX. *XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação*, Campo Grande/MS, set/2001;

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro. Editora Graal, 1979;

\_\_\_\_\_, Michel. *A Ordem do Discurso. Aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 20ªed. São Paulo: Edições Loyola, , 2010;

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro; Editora Brasil América, 1981,

FREITAS, Ricardo Cabral. *Os Sentidos e as Ideias: Trajetória e Concepções Médicas de Francisco de Mello Franco na Ilustração Luso-Brasileira (1776-1823)*. 279 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde). Casa de Oswaldo Cruz-FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2017.

GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes. O Cotidiano e as Ideias de um Moleiro Perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006;

GUIMARÃES, Maria Regina Cotrim. Os Manuais de Medicina Popular de Chernoviz na Sociedade Imperial. *Cantareira*, n.5, vol.1, Ano 02, Abr-Ago 2004;

\_\_\_\_\_, Maria Regina Cotrim. Chernoviz e os Manuais de Medicina Popular no Império. *Fontes*.v.12, n.2, mai/ago, 2005, p.501-14;

\_\_\_\_\_. *Civilizando as Artes de Curar. Chernoviz e os Manuais de Medicina Poupular*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2016;

HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil: Uma História*. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2005;

KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. ‘Amas Mercenárias’:O Discurso dos Doutores em Medicina e os Retratos de Amas-Brasil, Segunda Metade do Século XIX. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.16, n.2, abr-jun., 2009;

LAVRIN, Asunción. La Niñez em México e Hispanoamérica: Rotas de exploración. In: *La Famíllia en El Mundo Iberoamericano*. Pilar Gonzalbo Aizpuru y Cecilia Rabell (comps). México: Instituto de Investigaciones Sociales UNAM, 1994;

LICOPPE, Christian. *La formation de la Pratique scientifique: le discours de l’expérience en France et en Angleterre, 1630-1820*. Paris: La Découverte, 1996;

LIGHTMAN, Bernard. *Victorian Popularizers of Science. Designing Nature for New Audiences*. Chicago: The University Chicago Press, 2007;

MACHADO, Maria Helena P.T. “Entre dois Beneditos: Histórias de Amas de Leite no Ocaso da escravidão”. In: XAVIER, G; FARIAS, J.B de; GOMES, F.(orgs). *Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-Emancipação*. v.1. São Paulo: Summus/Selo Negro, 2012;

MARQUES, Vera Regina Beltrão. Conselhos ao Povo: Os Manuais de Medicina Doméstica no Setecentos. ANPUH-XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, João Pessoa, 2003;

\_\_\_\_\_, Vera Regina Beltrão. Instruir para Fazer a Ciência e a Medicina Chegar ao Povo nos Setecentos. *Varia História*, n.32, julho/2004;

MARQUESE, Rafael Bivar. Diáspora Africana, Escravidão e a Paisagem da Cafeicultura no Vale do Paraíba Oitocentista. *Almanack Braziliense*, n.7, maio/2008;

MARTINS, Ana Paula Vosne. “A Medicina da Mulher: Visões do Corpo Feminino na Constituição da Obstetrícia e da Ginecologia no Século XIX”. Tese de Doutorado. UNICAMP. SP, 2000, p.38 e 39. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000212201>;

\_\_\_\_\_, Ana Paula Vosne. *Visões do Feminino. A Medicina da Mulher nos Séculos XIX e XX*. [online]. Editora FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2004;

\_\_\_\_\_, Ana Paula Vosne. Vamos criar seu Filho: Os Médicos Puericultores e a Pedagogia Materna no século XX. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, n.1, jan-mar, pp.135-134, 2008;

MARTINS, Bárbara Canedo Ruiz. “O Aleitamento Mercenário: Os Saberes Médicos e o Mercado de Trabalho das Amas de Leite (Rio de Janeiro, 1850-1884)”. In: PIMENTA, Tânia S.; GOMES, Flávio. *Escravidão, Doenças e Práticas de Cura no Brasil*. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2016, p.171-172;

MEDEIROS, Aline da Silva. Autoria Científica do doutor Chernoviz entre a Vulgarização da Medicina e a Formação Profissional: O Caso do Dicionário de Medicina Popular, 1842-1890. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.25, n.1, jan-mar., 2018, p.33-49;

MOARES, R.B de. A Impressão Régia no Rio de Janeiro. In CAMARGO, A.M.; MORAES, R.B de. *Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro (1808-1822)*. São Paulo: Kosmos, 1993;

MOLINA, Matias M. *História dos Jornais no Brasil. Da Era Colonial à Regência (1500-1840)*. v.1. Rio de Janeiro. Companhia das Letras, 2015;

MOREL, Marcos; BARBOSA, Marialva. *História da Imprensa no Brasil: Metodologia*. Rede Alfredo de Carvalho. Cátedra Unesco/Metodista de Comunicação para o Desenvolvimento Regional, 2006. Disponível em: [http://www2.metodista.br/unesco/redealcar\\_inventario.htm](http://www2.metodista.br/unesco/redealcar_inventario.htm) acesso em 25/05/18;

\_\_\_\_\_, Marco. “Os primeiros passos na palavra impressa”. In MARTINS, A.L & LUCA, T.R. de (org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo:Contexto, 2008,

\_\_\_\_\_, Marco. “Das Gazetas Tradicionais aos Jornais de Opinião: Metamorfoses da Imprensa Periódica do Brasil.” In NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. *Livros e Impressos: Retratos dos Setecentos e dos Oitocentos*. Rio de Janeiro:EDUERJ, 2009;

MOREIRA, Ildeu de Castro; Luisa Massarani. Aspectos Históricos da Divulgação Científica no Brasil. *Ciência e Público: Caminhos da Divulgação Científica no Brasil*. Rio de Janeiro, Casa da Ciência/UFRJ, 2002;

MOTT, Maria Lucia Barros. A Parteira Ignorante: Um Erro de Diagnóstico Médico? *Revista Estudos Feministas*, Santa Catarina, Vol.7, n.1 e 2, 1999;

MOTT, Maria Lúcia. Une Sage-Femme Franco-Brésilienne à Rio de Janeiro au XIX e Siècle. *Clio.Femmes, Genre, Histoire*, 19, 2005;

- NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. Ler, Contar e Escrever: Educação e Livros no Rio de Janeiro Joanino (1808-1821). *História: Questões & Debates*, Curitiba, n.60, Editora UFPR, jan/jun.2014;
- PEREIRA, Júlio César Medeiros da S. “A América devora os Pretos’: Teses Médicas, Manuais de Fazendeiros e Grandes Escravarias”. In: PIMENTA, Tânia; GOMES, Flávio (orgs.). *Escravidão, Doenças e Práticas de Cura no Brasil*. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2016;
- PIMENTA, Tania Salgado. Transformações no Exercício das Artes de Curar no Rio de Janeiro Durante a Primeira Metade do Oitocentos. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, vol.11 (suplemento 1), p.67-92, 2004;
- PINA, Patricia Kátia. da Costa. O Jornal, o Leitor e a Leitura no Oitocentos Brasileiro. *Labirintos: Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos Portugueses*, n.8, Bahia: UEFS, 2010. Disponível em: [http://www1.uefs.br/nep/labirintos/edicoes/02\\_2010/03\\_dossie\\_patricia\\_katia\\_da\\_costa\\_pina.pdf](http://www1.uefs.br/nep/labirintos/edicoes/02_2010/03_dossie_patricia_katia_da_costa_pina.pdf) acesso em 12 de agosto de 2018;
- PITA, João Rui. “Práticas Científicas à Volta de 1900: Química, Microbiologia e Saúde Pública em Portugal”. In: PEREIRA, Ana Leonor; DOMINGUES, Heloísa B.; PITA, João Rui; SALAVERRY, Oswaldo. *A Natureza, as suas Histórias e seus Caminhos*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006
- PORTER, Roy. *Patients and Practitioners: Lay Perceptions of Medicine in Pre-Industrial Society*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986;
- PORTER, Roy. *The Popularization of Medicine (1650-1850)*. London: Routledge, 1992;
- RAGO, Elisabeth Juliska Rago. *Outras Falas: Feminismo e Medicina na Bahia (1836-1931)*. São Paulo, Annalume/Fapesp, 2007;
- RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. A Distinção e suas Normas: Leituras e Leitores dos Manuais de Etiqueta e Civilidade-Rio de Janeiro, Século XIX. *Acervo*, Rio de Janeiro, v.8, n.12, p.139-152, jan/dez 1995;
- REZENDE, Jofre Marcondes de. *À sombra do Plátano: Crônicas de História da Medicina* [online]. São Paulo: Editora Unifesp, 2009, p.52. Disponível em <http://books.scielo.org/>;
- RODHEN, Fabíola. *Uma Ciência da Diferença: Sexo e Gênero na Medicina da Mulher*. 20ªed., Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.

RODRIGUES, Kássia. Os Manuais de Fazendeiros, o Governo dos Escravos e Medicina no Século XIX. XIV Encontro Regional da Anpuh-Rio Memória e Patrimônio. Rio de Janeiro, 19 a 23 de julho de 2010. UNIRIO;

ROSENBERG, Charles E. Medical Text and Social Context: Explaining William Buchan's *Domestic Medicine*. *Bulletin of the History of Medicine*, Maryland, v.57. The Johns Hopkins University Press, 1983;

ROSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio, ou da Educação*. 3ª ed. São Paulo: Difel, 1979;

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas Trincheiras da Cura*. Campinas: Unicamp, 2001;

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. *História Geral da Medicina Brasileira*. Vol.I. São Paulo: Editora HUCITEC/EDUSP, 1991;

SCAVONE, Lucila. *Dar a Vida e Cuidar da Vida: Feminismo e Ciências Sociais*. São Paulo: Editora Unesp, 2004;

SCHAWARCZ, Lilia Moritz. "Introdução". In: ROQUETTE, J.I. *Código do Bom-Tom. Regras da Civilidade e do Bem Viver no século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997;

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Livro e Sociedade no Rio de Janeiro. *Separata da Revista de História* n°94. São Paulo, Brasil, 1973, p.443;

\_\_\_\_\_, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. São Paulo: Editora Nacional, 1978;

TAUNAY, Carlos Augusto. *Manual do Agricultor Brasileiro* (1ª ed.1839). Rafael de Bivar Marquese (org.). São Paulo, Cia das Letras, 2001;

TELLES, Lorena F.da S. "'Inspeccionada e Afiançada por Médicos': Amas de leite entre discursos e Práticas da Medicina (São Paulo, 1880-1920)". In: PIMENTA, Tânia S.; GOMES, Flávio. *Escravidão, Doenças e Práticas de Cura no Brasil*. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2016;

SHORTER, Edward. *A Formação da Família Moderna*. Coleção Pequena História. Lisboa: Terramar, 1975;

SMITH, Ginnie. "Prescribing the Rules of Health: Self-help and Advice in the Late Eighteenth Century". In: PORTER, Roy. *Patients and Practitioners: Lay Perceptions of Medicine in Pre-Industrial Society*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986;

VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001;

VALE, Renata William Santos. Um Balanço da Instrução no Mundo Luso-Brasileiro. Comentário, *Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira* Disponível em: <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=766&sid=96>;

VEIGA, Cynthia Greive. Cultura Escrita e Educação: Representações da Criança e Imaginário da Infância- Brasil, Século XIX. In: Lopes, A. (Org). *Para a Compreensão Histórica da Infância*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007;

VIANA, Iamara da Silva. *Corpos Escravizados e Saber Médico: Proposições de Jean-Baptiste Alban Imbert (1830-1850)*. 272 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016;

VERGARA, Moema de Rezende. Ensaio Sobre o Termo “Vulgarização Científica” no Brasil do Século XIX. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v.1,n.2, jul/dez, 2008;

VILLALTA, Luiz Carlos. “O que se Fala e o que se Lê: Língua, Instrução e Leitura”. In MELLO e SOUZA, L. (Org.). *História da Vida Privada no Brasil. Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, vol.1, 1997;

WAISSE, Silvia; AMARAL, Maria Thereza Cera Galvão do; ALFONSO-GOLDFARB, Ana M. Raízes do Vitalismo Francês e Montpellier. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.18, n.3, jul-set, 2011;

WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda (barão de Pati de Alferes). *Memória sobre A Fundação de uma Fazenda na Província do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa/ Brasília: Senado Federal, 1985;

WILSON, Adrian. “Participant or patient? Seventeenth century childbirth from the mother’s point view”. In PORTER, Roy. *Patients and Practitioners: Lay Perceptions of Medicine in Pre-Industrial Society*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986;

WENDT, Cristiano Eduardo; DALBOSCO, Claudio Almir. Iluminismo Pedagógico e Educação Natural em Jean-Jacques Rousseau. *Educação*. Santa Maria, v.37, n.2, p.220-240, mai/ago, 2012;

WITTER, Nikelen A. Dos Cuidados e das Curas: A Negociação das Liberdades e as Práticas de Saúde entre Escravos, Senhores e Libertos (Rio Grande do Sul, Século XIX). *História Unisinos* 10(1): 14-25, Janeiro/Abril 2006;

